

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA PORTO DE AMORIM

Classes sociais em livros didáticos de Geografia

Versão corrigida

São Paulo

2016

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA PORTO DE AMORIM

Classes sociais em livros didáticos de Geografia

Versão corrigida

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria Vanzella Castellar

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A524c Amorim, Paulo Henrique Oliveira Porto de
Classes sociais em livros didáticos de Geografia
/ Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim ;
orientadora Sonia Maria Vanzella Castellar. - São
Paulo, 2016.
241 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Livro didático. 2. Ensino. 3. Classes sociais.
4. Geografia. I. Castellar, Sonia Maria Vanzella,
orient. II. Título.

Nome: AMORIM, Paulo Henrique Oliveira Porto de

Título: Classes sociais em livros didáticos de Geografia

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Aprovado em: 04 de dezembro de 2015

Banca examinadora

Profa. Dra. Sonia Maria Vanzella Castellar (orientadora)

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Vanderli Custódio

Instituição: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Jerusa Vilhena de Moraes

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Nestor André Kaercher

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Marcos Antônio Campos Couto

Instituição: Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Janaína,
com amor.

AGRADECIMENTOS

A vida é cheia de momentos decisivos, mas raramente percebemos quando estamos vivendo um deles. Eu me considero feliz por lembrar a situação que reorientou meu destino e me trouxe até o doutorado na Universidade de São Paulo (USP).

Esse trabalho não existiria se não fosse a disposição de Elisa Verdi e Gustavo Prieto (Guaratiba, sempre) para sair de São Paulo dias antes do Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) de julho de 2010 e encarar o inverno do Sul para passar algum tempo comigo, um recém-chegado às terras catarinenses. A disposição ganhou ares de bravura quando o itinerário mudou de Florianópolis (SC) para São Miguel das Missões (RS) via Cruz Alta (RS), e, por fim, transformou-se em heroísmo quando virou uma viagem a bordo de um Chevette ano 1990.

Eles já mereciam condecorações por esses feitos, mas naquele encontro ajudaram a desfazer a náusea acadêmica que tinha me acertado e reacenderam em mim o desejo de estudar nesta universidade. Como se não fosse o bastante, ofereceram apoio irrestrito durante todo o tempo da pesquisa. Agradeço-lhes enormemente, vocês mudaram a minha vida e eu sou mais feliz por isso.

Um agradecimento de igual tamanho precisa ser feito aos meus amigos Paulo Favero e Carolina de Paula, também responsáveis por forjar em mim a ideia de estudar em São Paulo. Todos os momentos, mesmo os mais difíceis, pareciam mais simples pela segurança de estar com vocês. E um agradecimento especial à pequena Teresa pelos desenhos, pelas canções, pelas histórias e por

me abrigar tantas vezes com sua família.

Agradeço a minha orientadora Sonia Maria Vanzella Castellar pela confiança depositada em mim e no meu projeto. Foi um grande privilégio desfrutar de sua convivência e testemunhar seu compromisso com o ensino crítico e transformador. Registro também meus cumprimentos aos demais membros do grupo de pesquisa “Educação e didática da geografia: práticas interdisciplinar” em especial ao amigo Mendel Aleluia, companheiro das incursões fluminenses no território paulista.

A meus amigos, agradeço amplamente pela convivência, pela atenção e pelo carinho. Agradeço em especial a Karine Beppler por me ajudar em algumas atividades relacionadas à tese, assim como a Evelin Biondo pela leitura crítica e, novamente, a Carolina de Paula pela sua revisão profissional.

A meus pais, Mariza Ferreira de Oliveira e Ary Paulo Porto de Amorim, pelo amor incondicional e constante incentivo aos estudos. Agradeço também a meu querido sobrinho Davi por trazer mais alegria às nossas vidas.

À minha querida Janaína Zanchin, por todo seu amor, mas também pela intervenção direta na organização do trabalho, por colaborar com o levantamento de dados nas coleções didáticas e por compreender os momentos de afastamento que a confecção desta tese me exigiu.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), pela oportunidade de licenciamento para dedicação ao curso de doutorado.

A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.

Milton Santos

RESUMO

AMORIM, Paulo Henrique Oliveira Porto de. **Classes sociais em livros didáticos de Geografia**. 2016. 240 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O presente trabalho propõe-se a discutir a seguinte questão: como os livros didáticos de Geografia abordam o conceito de classes sociais? Analisaram-se os textos de 12 das 14 coleções de livros didáticos de Geografia para ensino médio distribuídas pelo Estado brasileiro através por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Em cada coleção, foram destacados os textos relacionados a classes sociais e classificados em seis grupos temáticos: Geografia e Sociedade, Meio Ambiente, Processos Político-Territoriais, Geografia e Atividade Industrial, Geografia e Questões Urbanas e Agricultura e Questões Agrárias. Para a análise dos textos didáticos, estabeleceu-se o materialismo histórico como referencial teórico sobre classes sociais, especialmente as contribuições de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Antonio Gramsci e Edward Thompson. Por meio desses aportes teóricos definiram-se três níveis de conceituação sobre classe: incipiente, correspondente às conceituações mais genéricas; estrutural, remetendo ao trabalho com classes sociais relacionado-as principalmente à produção econômica; e histórico, que alia aspectos políticos e culturais à economia, relacionado a formação de classes à dinâmica da sociedade. Como resultado, constatou-se o predomínio de textos que lidam com classes

sociais em um nível incipiente. Além disso, nota-se maior concentração dos textos de nível conceitual histórico no grupo temático de Agricultura e Questões Agrárias. Conclui-se pela necessidade de maior aprofundamento teórico nas abordagens sobre classes sociais pela literatura do ensino de Geografia, assim como de ampliação da presença dessa abordagem no conjunto dos grupos temáticos.

Palavras-chave: Livro didático. Ensino. Classes sociais. Geografia.

RESUMEN

AMORIM, Paulo Henrique Oliveira Porto de. **Clases sociales en libros de texto de Geografía**. 2016. 240 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Este trabajo tiene como objetivo discutir la siguiente cuestión: ¿cómo los libros de texto de Geografía discuten el concepto de clases sociales? Se analizaron los doce textos de catorce colecciones de libros de texto de Geografía de la educación secundaria distribuido por el gobierno brasileño a través del Programa Nacional de Libros de Texto (Programa Nacional do Livro Didático – PNLD). En cada colección, se destacaron textos relacionados con clases sociales y clasificados en seis grupos temáticos: Geografía y Sociedad, Medio Ambiente, Procesos Políticos y Territoriales, Geografía y la Actividad Industrial, Geografía y Cuestiones Urbanas, y Agricultura y Problemas de la tierra. Para el análisis de los textos, se estableció el materialismo histórico como el marco teórico acerca de las clases sociales, en especial las contribuciones de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin, Antonio Gramsci y Edward Thompson. A través de estas contribuciones teóricas fueron definidos tres niveles de conceptualización de clase social: incipiente, que corresponde a conceptos más generales; estructural, en el trabajo con clases sociales miradas principalmente por la producción económica; y histórico, que combina aspectos políticos y culturales de la economía, relacionando la formación de clases con las dinámicas de las sociedades. Como

resultado, se nota el predominio de los textos que tratan de clases sociales en el nivel incipiente. Además, hay una mayor concentración de los textos de nivel conceptual histórico en el grupo temático de la Agricultura y Problemas de la Tierra. En conclusión, se señala la necesidad de profundizar más los enfoques teóricos de las clases sociales por la literatura enseñanza de la Geografía, así como para ampliar su uso en todos los grupos de estudio.

Palabras-clave: Libro de texto. Enseñanza. Clases sociales. Geografía

ABSTRACT

AMORIM, Paulo Henrique Oliveira Porto de. **Social classes in Geography textbooks**. 2016. 240 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This work aims to debate the following question: how do Geography textbooks discuss the concept of social classes? Twelve out of fourteen Geography textbooks collections for secondary education distributed by the Brazilian government through the National Textbook Program (Programa Nacional do Livro Didático – PNLD) were analyzed. In each collection, texts related to social classes were selected and classified into six thematic groups: Geography and Society, Environment, Political and Territorial Processes, Geography and Industrial Activity, Geography and Urban Issues and Agriculture and Land issues. Historical materialism was established as the theoretical framework of social classes for the analysis of those texts, especially the contributions of Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin, Antonio Gramsci and Edward Thompson. Through these theoretical contributions defined three levels of conceptualization of class: an incipient level, corresponding to more generalist approaches; a structural level, related to the texts that work the idea of social classes mainly linked to economic production; and a historical level, which combines political and cultural aspects with economic issues, related the making of classes to the dynamics of societies. As a result, it was noticed the predominance of texts that deal with social classes

in incipient perspectives in comparison with other conceptual levels. In addition, it was observed a greater concentration of historical level texts in the thematic group Agriculture and Land Issues. As a conclusion, it is pointed the need for deeper theoretical approaches of social classes at Geography teaching literature, as well as to expand its use to every thematic groups.

Keywords: Textbook. Teaching. Social classes. Geography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Número de páginas e distribuição de conteúdos por unidades das coleções selecionadas para análise.....	84
Quadro 2 – Caracterização das coleções selecionadas para análise, segundo sua proposta pedagógica.....	86
Quadro 3 – Número de trechos selecionados por classe temática – Volume 1 ...	88
Quadro 4 – Número de trechos selecionados por classe temática – Volume 2 ...	89
Quadro 5 – Número de trechos selecionados por classe temática – Volume 3 ...	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – ensino fundamental regular (2003 a 2014)	78
Tabela 2 – Evolução do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – ensino médio regular (2004 a 2014)	79

LISTA DE SIGLAS

CEI	Comunidade dos Estados Independentes
Colted	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
Farc	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
Fename	Fundação Nacional do Material Escolar
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
INL	Instituto Nacional do Livro
Libras	Linguagem Brasileira de Sinais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
Nafta	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
Plid	Programa do Livro Didático
Plidef	Programa do Livro Didático para Ensino Fundamental
Plidem	Programa do Livro Didático para Ensino Médio
Plides	Programa do Livro Didático para Ensino Superior
Plidesu	Programa do Livro Didático para Ensino Supletivo

PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDR	União Democrática Ruralista
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Unesco	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	20
1 INTRODUÇÃO	23
1.1 NOTAS METODOLÓGICAS	26
2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE CLASSES SOCIAIS	34
2.1 MARX E ENGELS	35
2.2 DESDOBRAMENTOS NO CAMPO MARXISTA	48
2.3 MATERIALISMO E CRÍTICA ATIVA: AS CONTRIBUIÇÕES DE GRAMSCI E THOMPSON.....	53
2.4 SÍNTESE: TRÊS NÍVEIS CONCEITUAIS SOBRE CLASSES SOCIAIS	61
3 SOBRE LIVROS DIDÁTICOS	64
3.1 HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL	64
3.1.1 Primórdios.....	64
3.1.2 O Estado Novo, suas diretrizes educacionais e os livros didáticos ..	66
3.1.3 Políticas sobre livros didáticos durante o período ditatorial	70
3.1.4 O período 1985-2012: o surgimento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).....	74
3.2 EDITAIS, AVALIAÇÕES E GUIAS DE LIVROS DIDÁTICOS: O FUNCIONAMENTO DO PNLD	79
3.3 AS COLEÇÕES DIDÁTICAS: LEITURA E SELEÇÃO	87
4 O QUE DIZEM OS LIVROS DIDÁTICOS SOBRE CLASSES SOCIAIS QUANDO DISCUTEM...?.....	92
4.1 GEOGRAFIA E SOCIEDADE	93
4.1.1 Qual a compreensão apresentada nos livros didáticos sobre a composição das sociedades?.....	93
4.1.2 O que dizem sobre teorias demográficas?	99
4.1.3 Como os livros didáticos apresentam as migrações?	101

4.2 MEIO AMBIENTE	105
4.3 PROCESSOS POLÍTICO-TERRITORIAIS.....	107
4.3.1 Como se deu a formação dos Estados nacionais e de seus territórios?.....	108
4.3.2 Processos de formação territorial: Brasil e Estados Unidos	111
4.3.3 Qual a visão apresentada sobre dinâmicas regionais?	118
4.3.4 Como são analisados os processos de transformações políticas? 131	
4.3.5 Como são apresentados disputas e conflitos territoriais?.....	136
4.4 GEOGRAFIA E ATIVIDADE INDUSTRIAL	141
4.4.1 Como são apresentados os processos de industrialização?	141
4.4.1.1 <i>Brasil</i>	148
4.4.1.2 <i>Estados Unidos</i>	151
4.4.1.3 <i>Ásia</i>	153
4.4.2 Que discussões são apresentadas sobre localização industrial? ..	154
4.4.3 Como é vista a organização de trabalhadores?.....	159
4.5 GEOGRAFIA E QUESTÕES URBANAS	163
4.5.1 A gênese da urbanização e as classes sociais.....	163
4.5.2 Como é discutida a questão da moradia nas cidades?	169
4.6 AGRICULTURA E QUESTÕES AGRÁRIAS.....	181
4.6.1 Tipos de propriedade e de relações de trabalho	181
4.6.2 A estrutura fundiária brasileira	190
4.6.3 O uso de tecnologia no meio rural	198
4.6.4 Conflitos sociais no campo e reforma agrária.....	202
5 ANÁLISES FINAIS E RESULTADOS.....	210
5.1 CONCEPÇÕES INCIPIENTES	212
5.2 CONCEPÇÕES ECONÔMICO-ESTRUTURAIS.....	215
5.3 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS	218
6 CONCLUSÕES	223
REFERÊNCIAS.....	227
COLEÇÕES DIDÁTICAS ESTUDADAS.....	238

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é resultado da convergência de vivências que tive em diferentes espaços de formação. Inicialmente, não estava claro que esses momentos compostos por experiências culturais, políticas, acadêmicas e profissionais poderiam convergir para um ponto comum. A trajetória do doutorado foi também o caminho dessa aproximação.

A atuação desde 2008 como docente em escolas técnicas federais, primeiro em Sapucaia do Sul (RS) e depois em São José (SC), inseriu em meu cotidiano a preocupação constante com o aprimoramento do ensino de Geografia. Lecionando em turmas de nível médio, deparei-me ainda no primeiro ano com o momento de eleger a coleção de livros didáticos que seria adotada pela escola durante os próximos três anos. Foi a primeira vez em que senti a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre o que era veiculado por aquelas coleções, assim como de contribuir para o melhor aproveitamento de um recurso público.

Em 2009, essas questões tiveram sequência com o ingresso como docente efetivo no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Porém outra experiência bastante significativa teve início no mesmo ano, quando tive a oportunidade de integrar a direção do sindicato dos trabalhadores da mesma instituição. Durante dois anos, meu cotidiano foi povoado por demandas e questionamentos relacionados ao envolvimento de trabalhadores com causas coletivas, à formação política, à relação com outras categorias de trabalhadores, entidades sindicais e partidárias e outros afazeres sindicais.

Ainda durante o período de participação na direção sindical e

especialmente durante um movimento paredista no final do primeiro semestre de 2011, o diálogo com estudantes sobre a questão sindical de nossa escola promoveu momentos de intensas reflexões. Por essa via, a questão das classes sociais tornou-se presente em minhas aulas, independente de organização curricular, planos de ensino e de aula. Mas essa situação despertou dúvidas sobre como abordar a questão das classes sociais a partir do ensino de Geografia.

Outra experiência vivenciada em 2011 tem relação direta com a tese que agora apresento. Durante aquele ano, participei do trabalho de escrita dos conteúdos de uma coleção de Geografia para o segundo ciclo do ensino fundamental. Esse trabalho me permitiu conhecer os bastidores da elaboração de livros didáticos, aumentando meu interesse por esse tipo de material e ressaltando a importância de trabalhos acadêmicos que contribuam para seu aprimoramento.

No entanto essas experiências ainda eram percebidas de modo isolado. Essa situação transformou-se com meu ingresso no curso de doutorado, no segundo semestre de 2011. Tanto as disciplinas cursadas – regularmente na Universidade de São Paulo (USP) com os professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Sonia Castellar e, como ouvinte, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com os professores Paulo Tumolo e Ricardo Müller – quanto as pesquisas bibliográficas sobre classes sociais permitiram-me reconhecer a afinidade daquelas vivências que, combinadas, motivaram-me a definir como tema de pesquisa as abordagens sobre classes sociais nos livros didáticos de Geografia para ensino médio.

Os quatro anos de dedicação a esse projeto foram bastante intensos e frutíferos, sendo esta tese seu principal resultado. Nela o leitor poderá encontrar

reunidos os elementos essenciais do trabalho desenvolvido. Espera-se que esse trabalho seja uma contribuição para o debate sobre métodos de estudos de livros didáticos pela proposta de análise abrangente das coleções, em vez de se trabalhar apenas com um capítulo ou volume.

A análise final do trabalho visa a identificar momentos positivos e também carências nos textos das coleções que abarcam classes sociais. Essas indicações podem contribuir ainda para uma reflexão mais ampla sobre o ensino de Geografia, uma vez que os livros analisados são frequentemente encontrados nas escolas. A síntese teórica sobre o conceito de classes sociais no materialismo histórico pode ser considerada um caminho para um reconhecimento sobre por onde o ensino de Geografia pode avançar na discussão a respeito de classes sociais.

Trata-se, por fim, da reflexão de um docente a partir sua prática. Espera-se que com a conclusão desta tese outros frutos apareçam, sobretudo na escola. Anima-me a oportunidade de compartilhar este trabalho, contribuindo para um ensino crítico de Geografia, e de imaginar sua recepção por leitores que ainda não percebam a relação entre suas experiências de dentro e de fora da escola para, quem sabe, despertar-lhes a motivação para refletir sobre elas.

1 INTRODUÇÃO

A utilização de livros no processo educacional é um fenômeno tão difundido quanto diversificado. Choppin (2004) comenta que já no século XVI eram empregados livros na educação em diferentes contextos culturais, como no Ocidente cristão ou no Japão. Mas, a partir do século XIX, observou-se a formação de novos Estados nacionais que reivindicavam para si a tarefa de organizar a educação das futuras gerações, situação que transformou os livros escolares em símbolos da soberania nacional.

No Brasil, a relevância dos livros escolares foi construída ao longo do século XX e pode ser constatada no tempo presente. Ela se dá, em primeiro lugar, pela existência de um programa estatal que avalia, compra e distribui exemplares de coleções em todo o território nacional. Conseqüentemente, os livros didáticos hoje estão presentes em todas as escolas públicas do Brasil, contemplando turmas de todas as séries da educação básica.

Os dados do mercado editorial reforçam a importância das coleções didáticas no Brasil. Em 2011, uma pesquisa apontava que um em cada três livros lidos por brasileiros com hábito de leitura era didático, assim como que esse gênero de literatura é o mais popular no país, superando mesmo as publicações religiosas (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2011). Portanto não é exagero considerar que esses materiais têm grande influência na formação de conceitos e valores entre a população brasileira, especialmente entre aqueles que se encontram em idade escolar.

A grande projeção alcançada pelos livros didáticos no Brasil foi

acompanhada pela sua afirmação como objeto de trabalhos acadêmicos. Como propõe Emmel (2011), diferentes linhas de pesquisa ou coletivos de pensamento constituíram-se com a finalidade de avaliar e criticar materiais didáticos, averiguando a qualidade do que é distribuído ao alunado.

O presente trabalho alinha-se à perspectiva avaliativa e propõe-se a discutir a seguinte questão: como o conceito de classes sociais é abordado nos livros didáticos de Geografia para ensino médio distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)? Buscam-se investigar as formas de conceituação sobre classe social presentes nos livros dedicados ao ensino de Geografia e em quais contextos temáticos esse conceito se faz presente.

O conceito de classe social consolidou-se nas Ciências Humanas na segunda metade do século XIX. Desenvolvendo-se de forma atrelada ao materialismo histórico, ao longo do tempo o conceito de classe conheceu diversas formulações, tornando-se uma chave de interpretação essencial para a compreensão das sociedades capitalistas por evidenciar a existência de grupos que se diferenciam por questões econômicas, políticas e culturais. Trata-se, portanto, de uma ferramenta conceitual de grande valor para a realização de uma educação crítica, ou seja, fomentadora de compreensões críticas sobre a realidade em que vivemos.

A afirmação de ferramentas conceituais provoca grandes debates e não foi diferente com o conceito de classe. Sua história foi marcada por divergências que resultaram em compreensões distintas sobre sua natureza e sua serventia. A revisão das diferenças que motivaram esses debates é um caminho que se adotou nesse trabalho para reconhecer a complexidade que há por trás da ideia de classes sociais.

No final do século XX, porém, ganharam volume críticas que buscavam colocar em xeque o conceito de classes sociais para o contemporâneo. Em síntese, pode-se afirmar que essas ponderações questionavam a validade desse conceito diante das transformações nas estruturas produtivas motivadas pela disseminação de novas tecnologias da informação e também diante da conjuntura política europeia e internacional a partir dos anos 1980, com relativo recrudescimento de partidos de esquerda. Gorz (1987) e Offer (1989) são exemplos de pensadores dessa vertente.

A popularização dessa perspectiva foi acompanhada pela redução do uso do conceito de classes sociais entre as ciências humanas. Contudo, conforme sinaliza Mattos (2012), ao longo dos anos 1990 e 2000 essa visão refratária ao conceito de classes sociais foi contrastada com a intensificação da exploração do trabalho e com o despertar de novas forças políticas. Essa conjuntura suscitou também a retomada de esforços teóricos sobre classes sociais, perspectiva com a qual o presente trabalho se identifica.

A construção de respostas ao questionamento principal levou-nos a organizar esta tese em quatro capítulos, além desta Introdução. O próximo capítulo, o segundo da tese, versa justamente a respeito do desenvolvimento teórico sobre classes sociais. Encontra-se nessa seção uma leitura sobre autores notadamente envolvidos em debates sobre classes sociais, assim como nossa proposta de sintetizar as teorizações em três níveis conceituais: incipiente, estrutural e histórico.

O terceiro capítulo dedica-se a caracterizar os livros didáticos como objeto de pesquisa. Realiza-se, primeiramente, uma apresentação de sua trajetória no Brasil, enfatizando sua vinculação com ações estatais. Em um segundo momento,

caracteriza-se especificamente o conjunto de livros analisados para o presente trabalho.

O quarto capítulo é dedicado a apresentar os dados da pesquisa, ou seja, os textos selecionados nos livros didáticos estudados por serem relacionados a classes sociais. Essa apresentação ordena-se segundo grupos temáticos, colocando em comparação as posições encontradas em cada coleção.

O quinto capítulo dedica-se a uma análise geral das obras e textos selecionados, seguindo das Considerações finais deste trabalho, que constituem seu sexto e último capítulo.

1.1 NOTAS METODOLÓGICAS

A posição de destaque obtida pelos livros didáticos na educação deu origem a numerosos direcionamentos de pesquisa. Num esforço de síntese assumidamente arriscado, Choppin (2004) identifica no estado da arte da pesquisa sobre manuais didáticos duas grandes vertentes: a primeira dedica-se ao conteúdo dos livros escolares, tanto na perspectiva histórica, que lhes concebe como documentos, como na perspectiva educacional, que se interessa pelo que é ensinado por meio dos manuais; a segunda vertente coloca os conteúdos portados pelos livros em segundo plano e lida com suas características materiais, isso é, como objeto físico e como mercadoria produzida e consumida sob

circunstâncias determinadas¹.

Este trabalho identifica-se com a primeira vertente. Salles (2010) sinaliza, entretanto, que o estudo de conteúdo de livros didáticos teve grande impulso entre as décadas de 1980 e 1990, mas posteriormente passou a enfrentar grande resistência. O motivo seria a popularização seguida pelo desgaste do gênero de pesquisa que se caracteriza pela identificação de conteúdos ideológicos nos materiais escolares seguida pela denúncia de sua vinculação ao interesse de classes dominantes². A principal crítica que se fez a tal postura teórica aponta a visão exageradamente reduzida da dinâmica social que envolve a produção e a utilização do livro didático (MUNAKATA, 2012).

É também Munakata (2012) quem alerta sobre o contexto histórico em que se generalizaram os trabalhos sobre ideologia nos conteúdos de livros didáticos: o fim do período militar e início da redemocratização no Brasil. Assim, o autor afirma que o “livro didático (e paradidático) era compreensivelmente objeto de suspeição, do mesmo modo que era suspeita – e não sem razão – toda a organização escolar consolidada pela ditadura” (MUNAKATA, 2012, p. 271).

Porém o desgaste da análise dos conteúdos deixa em aberto a importante tarefa de crítica para o aprimoramento dos próprios livros didáticos. Nesse sentido, reivindica-se a relevância de pesquisas que, sem cair em reducionismos, sejam capazes de apontar direções para as quais a literatura dedicada ao ensino possa avançar e que, no mesmo movimento, coloquem em questão a qualidade do que é entregue aos estudantes pelo Estado brasileiro.

¹ Os trabalhos de Munakata (1997) e Gatti Jr. (2004) são exemplos de pesquisas brasileiras que se enquadram na segunda vertente.

² A obra que se tornou a maior expressão desse gênero de pesquisa é **As belas mentiras**, de Nosella (1981).

A confecção desta tese deu-se por meio de dois instrumentos de pesquisa: revisão bibliográfica e pesquisa documental. A primeira corresponde ao procedimento aplicado para identificar as principais vertentes da discussão conceitual sobre classes sociais dentro do materialismo histórico, e as possíveis conexões entre elas e a Geografia. A segunda está relacionada ao levantamento de dados nos livros didáticos analisados.

A revisão bibliográfica tem como principal objetivo apresentar os autores mais destacados na teorização sobre classes sociais. Seus pensamentos serão apresentados recorrendo-se às principais obras de referência de cada um. A seleção das obras mais relevantes para a compreensão de cada pensador tomou como referência os trabalhos de Mattos (2007) e Santos (1987). Esses estudiosos propuseram, a partir de ângulos diferentes, roteiros de leitura sobre a questão das classes sociais no materialismo histórico a partir da obra de Karl Marx e seus sucessores.

O historiador Marcelo Badaró Mattos (2007) destaca o aspecto cronológico da construção do conceito de classes sociais. Sua interpretação relaciona a evolução conceitual às experiências vivenciadas pelos pensadores e pelo movimento operário (ambiente social no qual, segundo o autor, nasce a discussão moderna sobre classe), a partir do século XIX. Nessa perspectiva, a apreensão do conceito de classes sociais em sua complexidade envolve percorrer o pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels em direção a seus sucessores.

A proposta do economista Theotônio dos Santos (1987), porém, indica um caminho metodológico oposto. Para esse autor, a única forma de apreender o sentido do conceito de classes sociais e manter a coerência com o método materialista seria começar pelo que há de mais recente em termos de

desenvolvimento intelectual e seguir em direção às primeiras contribuições sobre o tema. As conceituações mais novas seriam mais complexas e explicariam, portanto, as anteriores.

O que se quer nesta tese é uma síntese desses dois caminhos. Ressaltamos o alerta lançado por Santos (1987) sobre a importância de compreender as primeiras reflexões sobre classe à luz das conceituações mais complexas. Entretanto, como forma de exposição, adotou-se a perspectiva cronológica, a fim de relacionar a discussão conceitual com dados históricos dos autores estudados.

A pesquisa documental representa o momento em que serão analisados os livros didáticos de Geografia selecionados para este trabalho. Esse procedimento de investigação enquadra-se no que Minayo (2007) define como pesquisa qualitativa. Para autora, pesquisas dessa natureza trabalham com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um espaço de relações, processos e fenômenos que não são esclarecidos pela simples manipulação de variáveis quantitativas.

Outra caracterização importante sobre as pesquisas qualitativas é encontrada em Bogdan e Biklen (1994). Entre vários aspectos, esses autores lembram que a investigação qualitativa é descritiva, isto é, não visa a reduzir os dados a símbolos numéricos, mas a abordar o objeto da pesquisa de forma minuciosa. Os autores afirmam ainda que as abordagens qualitativas em educação valem-se do raciocínio indutivo, passando de observações às abstrações: “Não recolhem dados ou provas com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 50). Com o objetivo de deixar essa perspectiva ainda mais pronunciada, optou-se aqui

por expor os dados extraídos dos livros didáticos acompanhados do exercício teórico que nos ajudou na etapa de análise³.

Faz-se importante especificar a razão de tratarmos livros didáticos como documentos. Para tanto, consideramos as relevantes contribuições constantes nos trabalhos de Cellard (2008), Pimentel (2001) e Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), todos diretamente preocupados em esclarecer o que é análise documental. Tomando-os como base, afirmamos que na pesquisa documental o texto ou documento é o próprio objeto da investigação e alvo de tratamento analítico, o que se distingue, por exemplo, das pesquisas bibliográficas, onde se busca identificar contribuições e oposições de autores sobre um determinado tema. Em outras palavras, na pesquisa documental o texto é uma fonte primária, enquanto nas pesquisas bibliográficas o texto é uma fonte secundária⁴.

Há também que se observar na análise documental o contexto histórico dos documentos e a natureza dos textos selecionados (CELLARD, 2008). Por essa razão, as análises do *corpus* documental serão precedidas por discussões sobre o que faz um livro ser caracterizado como didático e por uma apresentação da história da política estatal de aquisição e distribuição de materiais didáticos para escolas. Pimentel (2001) ressalta ainda que a pesquisa documental não deve tomar *a priori* rígidas categorias de análise, pois o contato com o objeto de

³ Vemos um paralelo entre a forma de exposição adotada e o modo como alguns historiadores utilizam documentos como fontes para construção de suas narrativas. Os trabalhos de Thompson (2011) e Ginzburg (1989) serviram como boas referências para a construção dessa abordagem.

⁴ Essa afirmação coloca-nos em divergência com Pinheiro (2003). Em seu esforço de categorização da produção acadêmica sobre ensino de Geografia no Brasil, o autor reúne pesquisas documentais e bibliográficas num mesmo grupo, pois considera muito sutil a diferença entre elas. Entretanto enxergamos aí uma diferença essencial que resulta em trajetos distintos. Uma pesquisa bibliográfica nos levaria a enfatizar o conjunto de referências em que um texto se apoia. O que propomos, entretanto, é considerar o que está escrito com ou sem referências. Não se nega a importância das referências bibliográficas, mas elas caem para o segundo plano.

pesquisa frequentemente abre novas perspectivas ao pesquisador.

Pode-se afirmar que um dos obstáculos desse tipo de análise é a eleição do *corpus* documental que será estudado. Os documentos devem apresentar credibilidade e representatividade. Para dar resposta a essa demanda, optou-se por trabalhar na presente tese com livros indicados para escolas públicas de nível médio pelo PNLD. Nesse caso, o programa estatal traduz-se em certeza de tratar-se de materiais que tiveram ao menos a possibilidade de ampla circulação, além de terem sido aprovados em processos de avaliação, antes de serem oferecidos aos professores. Também é considerável o fato de que os livros distribuídos por meio do PNLD representam um expressivo montante de recursos da sociedade brasileira (conforme será demonstrado mais adiante) e, por isso, devem estar constantemente submetidos ao exercício da crítica.

A escolha por analisar o conjunto dos livros didáticos ofertados pelo PNLD durante um período ainda se revela importante para que se tenha uma visão abrangente do que é oferecido pela literatura destinada ao ensino de Geografia a respeito de uma temática específica, no nosso caso, classes sociais. Nesse tocante, também nos diferenciamos de grande parte dos trabalhos de pós-graduação de Geografia destinados à análise de livros didáticos, na medida em que estes frequentemente realizam análises seccionais das coleções, ora optando por analisar as coleções mais vendidas⁵, ora um volume ou capítulo específico dentro das coleções⁶.

Embora essas opções sejam legítimas e justificáveis do ponto de vista metodológico, acabam limitando o poder de alcance da crítica a um importante

⁵ Rua (1992), Dias (2009) e Furim (2012) são exemplos de trabalhos que seguem essa opção.

⁶ Silva (2004), Maciel (2008), Desiderio (2009) exemplificam essa linha de trabalho.

programa do Estado brasileiro. Também se perde a chance de conhecer a diversidade do que é ofertado pelo ensino de Geografia e de identificar contribuições de qualidade que, por alguma razão, não tiveram sucesso comercial. Acreditamos que essas razões são suficientes para incentivar análises extensivas em detrimento de recortes menos abrangentes dentro das coleções de livros didáticos.

No ano de 2012, o PNLD ofertou 14 coleções de livros didáticos para escolha por parte dos professores das escolas públicas de ensino médio. Dessas, tivemos acesso a 12 coleções. Os títulos e a distribuição de conteúdos dentro de cada coleção serão apresentados em capítulo posterior dedicado à apresentação dos livros didáticos.

Essas coleções foram submetidas a leitura integral. Em seguida, foram selecionados trechos em que os livros didáticos expressavam argumentos relacionados a classes sociais. Os trechos selecionados passaram, por fim, por uma classificação segundo grupos temáticos que representam grandes áreas da Geografia. São eles: Geografia e Sociedade, reunindo temas ligados à caracterização de sociedades, demografia e migrações; Meio Ambiente; Processos Político-Territoriais, envolvendo discussões sobre formação e disputa territorial, transformações políticas e dinâmicas regionais; Geografia e Atividade Industrial, no qual são englobados processos de industrialização, discussões sobre localização industrial e organização de trabalhadores; Geografia e Questões Urbanas, com temas como urbanização e organização espacial das cidades; e, finalmente, Geografia e Questões Agrárias, abrangendo os tipos de relações de propriedade e de trabalho, discussões sobre a estrutura fundiária brasileira, o uso de tecnologia no meio rural e conflitos sociais no campo.

A classificação dos textos selecionados não se deve, portanto, à organização original dos conteúdos das coleções. Assim, os grupos temáticos permitiram que as coleções fossem analisadas comparativamente, mesmo a partir de textos originalmente dispostos em volumes distintos.

Faz-se necessária ainda uma observação sobre as referências bibliográficas das coleções analisadas. A norma seria aplicar o sistema autor-data, porém, visando a facilitar a identificação da origem dos excertos e a evitar repetições, optou-se por identificá-los por meio do nome da coleção, número do volume e da página em que se encontram. As referências completas podem ser consultadas no final do trabalho.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE CLASSES SOCIAIS

A palavra “classe” expressa a ideia de que uma sociedade apresenta grupos ou conjuntos internos distintos. Conforme comenta o historiador Marcelo Badaró Mattos (2007), a utilização dessa ideia não é recente. Para ilustrar tal afirmação sem retroagir a períodos históricos remotos, o autor lembra-nos de que na França do século XVIII já se utilizava a denominação “classe” para se referir a subdivisões do universo do trabalho, como agricultura, indústria, comércio e serviços. Durante o século XIX, percebeu-se entre os franceses uma mudança significativa quando o termo passou a designar grupos em situações desiguais, mas a ideia de classe permanecia essencialmente ligada ao exercício profissional: “até o fim do século, a maior parte das referências à classe por parte dos próprios trabalhadores tomava o termo por sinônimo de profissão ou ofício: ‘classe dos tipógrafos’; ‘classe dos metalúrgicos’; ‘classe dos mineiros’ etc.” (MATTOS, 2007, p. 34). Posição semelhante era encontrada na Inglaterra, onde também ao longo do século XIX ocorriam transformações importantes, com o uso da expressão “classes trabalhadoras” para denotar a coesão de um grupo em oposição a outros.

Também durante o século XIX, a ideia de classes sociais ganhou refino intelectual, passando a integrar o conjunto de ferramentas teóricas utilizadas por estudiosos em suas investigações sobre a sociedade e suas dinâmicas. Esse movimento de absorção e reelaboração acadêmica da noção de classes sociais está intimamente relacionado ao trabalho de Karl Marx e de Friedrich Engels e às origens do materialismo histórico (BOTTOMORE, 2001; GIDDENS, 2005; MATTOS, 2007).

Inicialmente, deve-se frisar que o movimento de produção do conceito materialista de classe não foi mera operação teórica. Este pode ser compreendido como resultado do envolvimento iniciado, por volta de 1840, entre os pensadores alemães e organizações de trabalhadores e movimentos socialistas europeus. Concordando com Mattos (2007, p. 34), podemos afirmar que

Tendo em vista essa relação entre palavras e movimentos, a transformação no uso do termo classe, tendendo a indicar uma nova categoria de análise da realidade social, capaz de dar conta das desigualdades econômico-sociais na sociedade capitalista, indica um momento de auto-representação consciente dos trabalhadores sobre sua situação social, interesses comuns e oposição de interesses em relação à(s) outra(s) classe(s).

Entretanto, também é amplamente reconhecido que os fundadores do materialismo histórico não chegaram a sistematizar ou definir resolutamente o conceito de classes sociais. Isso significa que a apreensão de suas contribuições depende de uma visão global de suas obras.

2.1 MARX E ENGELS

Vistos em conjunto, os trabalhos de Marx e Engels podem ser tomados como uma tentativa de entendimento da dinâmica da sociedade capitalista. Nesse percurso, fez-se fundamental a compreensão dessa organização societária como um conjunto formado por partes desiguais. Foi para pensar essas classes que Marx lançou-se a investigar as “leis do movimento” do capital, do salário e do

trabalho, conforme lembra Therborn (1978).

Os sucessivos aprofundamentos sobre classes sociais que os autores promovem em suas conceituações podem ser percebidos numa comparação entre seus primeiros e seus últimos trabalhos. Começando por Marx, já encontramos em sua “Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução”, publicada em 1844, uma leitura sobre a sociedade alemã (MARX, 2013a). Nesse texto, o autor emprega indistintamente ideias de “esferas sociais” e “classes” para se referir às divisões internas de sua sociedade, entre as quais identifica a monarquia, a nobreza, os burocratas, a burguesia, as classes médias e o proletariado alemães (MARX, 2013a).

Nesse pequeno texto, Marx (2013a) tem como motivação a reflexão sobre a transformação da realidade social alemã. Já naquele momento, o autor identifica o proletariado como classe que poderá protagonizar essa mudança. Também por isso lhe confere atenção especial nessa curta missiva. Uma breve observação sobre a formação do proletariado é particularmente interessante:

O proletariado começa a se formar na Alemanha como resultado do emergente movimento industrial, pois o que constitui o proletariado não é a pobreza naturalmente existente, mas a pobreza produzida artificialmente, não a massa humana mecanicamente oprimida pelo peso da sociedade e, acima de tudo, da dissolução da classe média, embora seja evidente que a pobreza natural e a servidão cristão-germânica também engrossaram as fileiras do proletariado. (MARX, 2013a, p. 162)

Nesse ponto anterior ao desenvolvimento dos fundamentos do materialismo histórico, o pensamento de Marx expressa duas compreensões sobre classes sociais: em primeiro lugar, identifica as condições materiais (pobreza) como um elemento definidor de classe; em segundo, vê a formação de uma classe como resultado de ações humanas (“pobreza produzida

artificialmente”).

O entendimento de Marx sobre classes sociais começa a mudar a partir do acompanhamento de movimentos sociais na Alemanha. No mesmo ano de 1844, o pensador alemão publica o texto “Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”⁷ (MARX, 2010), cujo tema é o levante dos tecelões da Silésia, região atualmente dividida entre Polônia, República Tcheca e Alemanha. Nele se pode identificar uma abordagem sensivelmente diferente em relação ao texto anterior.

Escrito em tom de réplica a outro artigo publicado anteriormente por Arnold Ruge, o texto destaca a importância de tratar a sociedade de modo analítico. Em suas palavras:

Façamos o que o “prussiano”⁸ negligencia: diferenciem as diversas categorias que foram subsumidas na expressão “sociedade alemã”: governo, burguesia, imprensa e, por fim, os próprios trabalhadores. Estas são as diversas massas de que se trata aqui. (MARX, 2010, p. 29)

No mesmo artigo, podem-se assinalar duas inovações importantes no pensamento do autor. Primeiro, ele passa a considerar que o embate entre classes sociais não se dá amplamente, mas de forma determinada. É o que se depreende da seguinte passagem:

a revolta não estava voltada diretamente contra o rei da Prússia, mas contra a burguesia. Sendo aristocrata e monarca absoluto, não há maneira de o rei da Prússia gostar da burguesia; e muito menos de se assustar quando o servilismo e a impotência desta são reforçados por uma relação tensa e complicada com o proletariado. [...] O rei da Prússia,

⁷ Publicado originalmente em duas partes no periódico **Vorwärts!**, em agosto de 1844.

⁸ “Prussiano” é como Marx (2010) ironicamente se refere a Ruge, pois foi esse o pseudônimo adotado pelo último para assinar seu artigo.

como político, tem sua oposição direta na política, no liberalismo. Para o rei, não existe a oposição do proletariado, na mesma medida em que o rei não existe para o proletariado. O proletariado já precisaria ter obtido um poder decisivo para abafar as antipatias e as oposições políticas e atrair toda a inimizade da política contra si mesmo. (MARX, 2010, p. 27).

Igualmente, assinalamos, em concordância com Löwy (2010), que Marx (2010) reconhece uma classe social (o proletariado alemão) como parte ativa no processo de revolução política. Isso significa dizer que a ação da classe está à frente das elaborações teóricas. Esse viria a ser um dos primados do materialismo histórico e, ao mesmo tempo, um importante argumento em prol da centralidade do conceito de classes sociais no pensamento marxiano.

Entre os antecedentes da visão materialista sobre classes sociais está também o trabalho de Friedrich Engels (2010) denominado **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Publicado pela primeira vez em 1845, o texto traz longas observações sobre as condições de vida experimentadas pela população de um país já marcado pelo desenvolvimento industrial e, mesmo não sendo reconhecido como referência teórica⁹, registra uma compreensão sobre classe que desembocou na ulterior elaboração teórica feita pelos pensadores alemães.

Em suas observações, Engels (2010) distingue os sujeitos da sociedade inglesa entre classes proprietárias e não proprietárias. No primeiro grupo, reconhece a presença da aristocracia, formada por indivíduos que possuíam o poder estatal, e das *middle-classes* (classes médias), compostas pelos demais

⁹ O próprio Engels (2010) tinha essa impressão de seu trabalho. No prefácio à edição de 1892, o autor escreveu que considerava desnecessário “observar que, sob o ponto de vista teórico geral – no sentido filosófico, econômico e político –, este livro não se identifica inteiramente com as minhas concepções atuais. Em 1844, não existia o moderno socialismo internacional, que ulteriormente se constituiu como ciência, sobretudo e quase exclusivamente graças ao trabalho de Marx. Meu livro representa apenas uma das fases do seu desenvolvimento embrionário [...] também ao longo deste livro se mostram traços da herança de um dos antepassados do moderno socialismo, a filosofia clássica alemã”. (ENGELS, 2010, p. 350)

proprietários. No lado das classes não proprietárias estão o proletariado industrial, formado inicialmente por camponeses que lidavam com tecelagem; o proletariado rural, integrado pelos agricultores que perderam suas terras durante o processo de industrialização; e os operários das minas de carvão e de metais, surgidos depois que a industrialização ampliou as necessidades por esses materiais (ENGELS, 2010). Trata-se de uma forma de tratamento bem diferente daquela apresentada por Marx (2010; 2013a) no mesmo período.

Engels (2010) também registra o significado do trabalhador para as classes dominantes. Ao diagnosticar as condições de trabalho do proletariado industrial, afirma que “o homem, o operário, não é considerado mais do que uma fração do capital posta à disposição do industrial e a que este paga um juro, sob nome de salário, por sua utilização” (ENGELS, 2010, p. 64).

A análise de Engels (2010) sobre as condições materiais das classes trabalhadoras baseia-se em três aspectos: habitação, vestuário e moradia. As observações sobre esses elementos ocupam grande parte de seu livro, na qual são avaliadas também por juízos éticos (resultantes da “intransigência” ou “negligência” das classes proprietárias, por exemplo). Na parte final do texto, outro aspecto da classe trabalhadora é abordado: sua atividade política.

Aos olhos do autor, o proletariado inglês teria pouco a pouco se diferenciado politicamente da burguesia, ganhando consciência de seu poder. Essa diferenciação expressar-se-ia em níveis: primeiro, a criminalidade, considerada como manifestações individuais e isoladas da insatisfação proletária; em seguida, as revoltas com destruição de meios de trabalho¹⁰, vistas ainda como

¹⁰ “o furto era a forma de protesto mais rudimentar e inconsciente; nunca foi expressão geral da opinião pública dos operários [...]. A classe dos operários deu início à sua oposição à burguesia

incipientes por tocar um aspecto da questão social e por expor os trabalhadores ao poder dos patrões no final dos movimentos; depois, o associativismo de trabalhadores¹¹, forma que ganhou vigor a partir da abolição das restrições legais na Inglaterra, em 1824, e que deu ânimo às greves de trabalhadores; por fim, o nível em que as mobilizações operárias convergem para um nível político no qual os trabalhadores disputariam com os burgueses a instauração de sua própria lei. O cartismo e o owenismo seriam os grandes representantes do nível máximo de politização do operariado inglês. (ENGELS, 2010)

Nesse sentido, pode-se depreender que Engels (2010) distingue a classe como estrutura social e como movimento político. O primeiro sentido estaria ligado às condições materiais de vida, enquanto o segundo se relaciona à participação em ações reivindicatórias.

A partir do momento em que passam a trabalhar juntos, Marx e Engels começam a desenvolver progressivamente os preceitos do materialismo histórico. Nesse movimento, o conceito de classes sociais passa ao cerne de suas construções teóricas, até o ponto em que juntos declaram, nas primeiras linhas do Manifesto do Partido Comunista de 1848 que “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40).

Mas, antes mesmo do manifesto, já era possível reconhecer o embrião dessa concepção teórica. O livro **A ideologia alemã**, de 1845-1846, marca a

quando se rebelou violentamente contra a introdução das máquinas, nos primeiros passos do movimento industrial”. (ENGELS, 2010, p. 248-249)

¹¹ Esse nível “pressupõe a consciência de que o poder da burguesia se apoia unicamente na concorrência entre operários, isto é, na divisão do proletariado, na recíproca contraposição de interesses dos operários tomados como indivíduos. [...] Uma vez suprimida a concorrência entre operários, uma vez que todos se decidam a não mais deixar-se explorar pela burguesia, o reino da propriedade chegará ao fim. [...] A necessidade os compele a destruir não uma parte da concorrência, mas a concorrência em geral, e é isso que farão.” (ENGELS, 2010, p. 253)

guinada materialista dos autores (MARX; ENGELS, 2007). Logo no início do texto, eles sinalizam sua nova interpretação sobre a relação entre as classes e a história das sociedades, ao afirmar que “A indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio das necessidades vitais condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais e são, por sua vez, condicionadas por elas no seu modo de funcionamento” (MARX; ENGELS, 2007, p. 31). Em outras palavras, a produção material e as classes sociais de uma sociedade são elementos relacionados dialeticamente.

A produção de ideias ou, de maneira mais ampla, da consciência social nasce nessa interação. Por essa razão, Marx e Engels (2007, p. 47) apontam também que as ideias dominantes numa sociedade são as ideias da sua classe dominante:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. [...] Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.

Destaca-se ainda em **A ideologia alemã** a ponderação dos autores sobre as circunstâncias em que um indivíduo pode ser considerado parte de uma classe:

Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na

concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho. (MARX; ENGELS, 2007, p. 63)

Percebe-se que a compreensão dos autores dá um caráter duplo ao conceito de classes. Refere-se, num primeiro olhar, a uma condição estrutural, uma posição dentro da produção material da sociedade. Contudo, também se refere a uma condição determinada por circunstâncias históricas, na qual passam a contar os interesses e objetivos dos indivíduos. Essa é a raiz do que Lima (2005) entende como duplo significado do conceito de classes sociais no materialismo histórico, ora como categoria analítica, ora como categoria histórica. Para Mattos (2007), o objetivo do desenvolvimento teórico realizado nesse período por Marx e Engels (2007) – incluída a elaboração do conceito de classes sociais – tinha como objetivo a criação de uma teoria da dinâmica social.

Um dos mais célebres exercícios de leitura da realidade pelo prisma do materialismo histórico é o livro **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**, de Karl Marx (2011). Nele, o pensador alemão analisa a situação política francesa do início do século XIX e realiza um extenso mapeamento das classes daquele país, identificando mais do que burgueses e proletários, mas também pequeno-burgueses, funcionários do Estado, membros do clero, proprietários de terra e camponeses. Sobre os últimos, tornou-se famosa sua discussão sobre o fato de serem ou não uma classe:

a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições

econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. (MARX, 2011, p. 142-143)

Em termos analíticos, o conceito materialista histórico de classes sociais é elaborado e explicitado por Marx em seus trabalhos “Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política”, de 1859 (MARX, [s.d.]), e **O capital**, de 1867 (MARX, 2013b). Na primeira das referidas publicações, o autor aprofunda a discussão sobre a relação entre a produção material e a existência de classes nas sociedades. Em suas palavras:

na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.

O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social.

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (MARX, [s.d.], p. 2-3)

A produção social é vista num nível de complexidade maior do que se encontra nos trabalhos iniciais, e é definida como critério delimitador das classes sociais. Ferraz (2009) faz uma importante observação sobre a ligação entre o desenvolvimento desse olhar analítico e o avanço das leituras históricas, insistindo na importância de considerá-los conjuntamente.

O ponto em que esses dois olhares mais se aproximam é em **O capital** (MARX, 2013b). A obra parecia ter como meta justamente a síntese do escrutínio

econômico com a análise histórica. Therborn (1978) faz uma importante observação sobre as intenções de Marx com essa obra:

*Capital itself was not written primarily in order to reveal “who are the rich and who are the poor”, or to assess the magnitude of existing wealth. Marx’s central objective was rather to lay bare “the economic law of motion of modern society”, to show how wealth and poverty, domination and subjugation are (re-)produced and changed. Thus, the basic focus of analysis was neither property nor property-owners, but capital – that is to say, specific historical relations of production connected in a determinate manner to the productive forces, the state, and the social ensemble of ideas.*¹² (THERBORN, 1978, p. 131-132)

Porém, sabe-se que **O capital** restou incompleto. Publicado postumamente, o último capítulo da obra versa justamente sobre as classes fundamentais da sociedade capitalista – um texto breve e encerrado ainda com aspecto de rascunho (MARX, 2013b). Isso não significa, entretanto, que não se tenha desenvolvido ao longo da obra avanços significativos na concepção materialista sobre classes sociais.

De forma bastante sintética, pode-se pontuar que, em **O capital**, Marx (2013b) estabelece definitivamente sua compreensão sobre a gênese da divisão de classes na sociedade capitalista. Em seu método de exposição, o autor começa a análise das relações sociais a partir da mercadoria e do mercado. Seu raciocínio segue pela esfera da circulação até o ponto em que, no quarto capítulo do primeiro livro, anuncia a mudança do nível de análise:

¹² “O próprio *Capital* não foi escrito primeiramente de modo a revelar ‘quem são os ricos e quem são os pobres’ ou para avaliar a magnitude da riqueza existente. O objetivo central de Marx era mais desnudar ‘as leis econômicas do movimento da sociedade moderna’, demonstrar como riqueza e pobreza, dominação e subjugação são (re)produzidas e transformadas. Logo, o foco básico de análise não foi nem a propriedade nem os donos de propriedade, mas o capital – quer dizer, relações de produção históricas específicas conectadas de um modo determinado às forças produtivas, ao Estado e ao conjunto social de ideias” (THERBORN, 1978, p. 131-132, tradução nossa).

Deixemos, por tanto, essa esfera rumorosa, onde tudo se passa à luz do dia, ante os olhos de todos, e acompanhemos os possuidores de dinheiro e de força de trabalho até o terreno oculto da produção, em cuja entrada se lê: *No admittance except on business* [Entrada permitida apenas para tratar de negócios]. Aqui se revelará não só como o capital produz, mas como ele mesmo, o capital, é produzido. O segredo da criação de mais-valor tem, enfim, de ser revelado. (MARX, 2013b, p. 250)

Na sequência, o autor conclui o seguinte:

Ao abandonarmos essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, de onde o livre-cambista *vulgaris* extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber uma certa transformação, ao que parece, na fisionomia de nossas *dramatis personae* [personagens teatrais]. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... despela. (MARX, 2013b, p. 251)

A passagem acima ilustra a determinação marxiana da esfera da produção como locus da cisão das sociedades em classes. Essa definição legada por Marx (2013b) adquire a força de elemento identitário entre os adeptos do materialismo histórico, diferenciando-os de outras vertentes de estudos sobre divisões em sociedades¹³.

Entretanto, a própria exposição de Marx (2013b) em **O capital** transcende a análise da esfera da produção. Bensaïd (1999, p. 158) mostra como, ao longo do texto, o autor reapresenta a questão da relação entre classes em outros níveis,

¹³ Uma análise rica sobre as diferenças entre o conceito marxista de classe e outras correntes de pensamento sobre a sociedade, notadamente aquela inspirada em Max Weber, é encontrada em Therborn (1978).

de modo que

as classes já não são determinadas unicamente pela extorsão da mais-valia ou pelas categorias de trabalho produtivo e improdutivo, mas pela combinação da relação de exploração na produção, da relação salarial e da produtividade/não-produtividade do trabalho na circulação, da distribuição da renda na reprodução global.

Por isso, o conceito de classes sociais não pode ser reduzido unicamente ao antagonismo capital-trabalho. Em concordância com essa visão, Mattos (2007) reforça a ideia de que a análise do conceito de classes de Marx precisa ser completada com seus estudos políticos.

Os escritos dos últimos anos de vida de Marx e Engels são portadores das avaliações políticas subsidiadas pelo refino intelectual que acumularam ao longo de suas trajetórias. Assim, na **Crítica do Programa de Gotha**, publicada em 1891¹⁴, Marx (2012) critica severamente o documento redigido para a unificação de frações do movimento operário alemão por, entre outras coisas, apresentar uma caracterização incorreta sobre a relação entre classes¹⁵. Ainda Mattos (2007) indica também a carta de Marx à Friedrich Bolte, de 1871 (MARX, 2003), como outro exemplo disso. Nela se lê o seguinte:

¹⁴ A redação original é de 1875, conforme o prefácio da publicação.

¹⁵ Esse é um problema apontado em diferentes momentos do texto. Por exemplo, sobre a crítica à afirmação de que os meios de produção seriam monopólio da classe capitalista, Marx (2012, p. 26, grifo do autor) escreve: “Na sociedade atual, os meios de trabalho são monopólio dos proprietários fundiários (o monopólio da propriedade fundiária é até mesmo a base do monopólio do capital) e dos capitalistas. Os Estatutos da Internacional, na passagem em questão, não nomeiam nem uma nem outra classe de monopolistas. Eles falam de ‘*monopólio dos meios de trabalho, isto é, das fontes de vida*’; o aditamento ‘meios de vida’ mostra claramente que o solo está incluído entre os meios de trabalho”. Mais adiante, o autor lembra que “o ‘povo trabalhador’ na Alemanha consiste majoritariamente em camponeses, e não em proletários” (MARX, 2012, p. 40).

El movimiento político de la clase obrera tiene como último objetivo, claro está, la conquista del poder político para la clase obrera y a este fin es necesario, naturalmente, que la organización previa de la clase obrera, nacida en su propia lucha económica, haya alcanzado cierto grado de desarrollo.

Pero, por otra parte, todo movimiento en el que la clase obrera actúa como clase contra las clases dominantes y trata de forzarlas “presionando desde fuera”, es un movimiento político. Por ejemplo, la tentativa de obligar mediante huelgas a capitalistas aislados a reducir la jornada de trabajo en determinada fábrica o rama de la industria es un movimiento puramente económico; por el contrario, el movimiento con vistas a obligar a que se decrete la ley de la jornada de ocho horas, etc., es un movimiento político. Así pues, de los movimientos económicos separados de los obreros nace en todas partes un movimiento político, es decir, un movimiento de la clase, cuyo objeto es que se dé satisfacción a sus intereses en forma general, es decir, en forma que sea compulsoria para toda la sociedad. Si bien es cierto que estos movimientos presuponen cierta organización previa, no es menos cierto que representan un medio para desarrollar esta organización.¹⁶ (MARX, 2003, p. 448).

Pode-se, enfim, notar claramente a dupla dimensão do conceito de classe em Marx. Embora permaneça o olhar estrutural enraizado nas relações de produção, sobressai a definição de classe como resultado da ação política (vista acima por meio da avaliação sobre se um movimento é ou não é de classe), ou seja, como produto histórico da interação conflitante entre frações da sociedade.

¹⁶ “O movimento político da classe trabalhadora tem como objetivo último, claramente, a conquista do poder político para a classe trabalhadora, e para esse fim é necessário, naturalmente, que a organização prévia da classe trabalhadora, nascida de sua luta econômica, tenha alcançado certo grau de desenvolvimento.

Porém, por outro lado, todo movimento em que a classe trabalhadora atua como classe contra as classes dominantes e trata de forçá-las ‘pressionando de fora’ é um movimento político. Por exemplo, a tentativa de obrigar mediante greves a capitalistas isolados a reduzir a jornada de trabalho em determinada fábrica ou ramo da indústria é um movimento puramente econômico; pelo contrário, o movimento com vistas a obrigar que se decrete a lei da jornada de oito horas etc. é um movimento político. Assim, dos movimentos econômicos separados dos trabalhadores nasce por todos os lados um movimento político, isso é, um movimento de classe, cujo objeto é que se dê satisfação a seus interesses de forma geral, ou seja, de modo que seja compulsório para toda a sociedade. Se é certo que esses movimentos pressupõem certa organização prévia, não é menos certo que representam um meio de desenvolver essa organização”. (MARX, 2003, p. 448, tradução nossa)

2.2 DESDOBRAMENTOS NO CAMPO MARXISTA

O falecimento de Karl Marx e Friedrich Engels no final do século XIX não interrompeu o desenvolvimento do materialismo histórico e, conseqüentemente, de seu modo de conceituar a sociedade em classes. Na realidade, o que se observou foi o florescimento de diferentes vertentes de pensadores filiados ao que se denomina amplamente como marxismo.

Essas vertentes ou tradições marxistas são portadoras de divergências político-teóricas. Em alguns casos, tais divergências se traduzem também em diferenças quanto ao tratamento dispensado ao conceito de classes sociais. Inspirado em Thompson (1987) e em Mattos (2012), podem-se delimitar duas grandes vertentes: uma econômico-estruturalista e outra da chamada crítica ativa do materialismo histórico. Na realidade, essa cisma também esteve relacionada à Revolução Russa e à posterior problemática do alinhamento político de alguns intelectuais às diretrizes do Partido Comunista Soviético, razão pela qual as diferenças entre os dois lados aprofundaram-se ao longo do século XX.

A vertente econômico-estruturalista apresenta como características gerais a ênfase na análise da dinâmica social por meio da identificação de estruturas, e o entendimento da dimensão econômica como elemento primordial da organização das sociedades. Um dos representantes dessa linha de pensamento é o russo Georgi Plekhanov [s.d.]. Em 1891, o pensador assim expressava sua compreensão sobre a sociedade e a questão das classes:

Thus, man makes history in striving to satisfy his needs. These needs, of course, are originally imposed by nature; but they are later considerably

*modified quantitatively and qualitatively by the character of the artificial environment. The productive forces at man's disposal determine all his social relations. First of all, the state of the productive forces determines the relations in which men stand towards each other in the social process of production, that is, their economic relations. These relations naturally give rise to definite interests, which are expressed in Law. [...] The development of productive forces divides society into classes, whose interests are not only different, but in many – and, moreover, essential – aspects are diametrically antagonistic. This antagonism of interests gives rise to conflicts, to a struggle among the social classes. The struggle results in the replacement of the tribal organisation by the state organisation, the purpose of which is to protect the dominant interests. Lastly, social relations, determined by the given state of productive forces, give rise to common morality, the morality, that is, that guides people in their common, everyday life.*¹⁷ (PLEKHANOV, [s.d.], não paginado)

Plekhanov ([s.d.]) não ignora ou nega a diversidade das relações sociais, no entanto, ao compreendê-las como determinadas pelas forças produtivas, termina por subordiná-las dimensão econômica. Mattos (2012) observa ainda que esse autor separa também a técnica como fruto da consciência do homem e sua concretização como força produtiva, o que resulta numa compreensão mecânica da interação entre esses dois elementos.

Uma consequência dessa compreensão econômico-estruturalista é o entendimento de que as relações sociais estão fadadas a um resultado pré-determinado. Em outras palavras, isso quer dizer que a história humana já teria seus caminhos delimitados, cabendo aos homens apenas avançar nesse

¹⁷ “Assim, os homens fazem história no esforço de satisfazer suas necessidades. Essas necessidades, é claro, são originalmente impostas pela natureza; mas elas são depois consideravelmente modificadas quantitativa e qualitativamente pelo caráter do ambiente artificial. As forças produtivas à disposição dos homens determinam todas as suas relações sociais. Em primeiro lugar, o estado das forças produtivas determina as relações em que os homens aparecem diante uns dos outros no processo social de produção, isso é, suas relações econômicas. Essas relações naturalmente dão origem a interesses, que são expressos na Lei. O desenvolvimento das forças produtivas divide a sociedade em classes, cujos interesses não são apenas diferentes, mas em muitos – e, além disso, essenciais – aspectos são diametralmente antagonísticos. O antagonismo de interesses dá origem a conflitos, à luta entre classes sociais. A luta resulta na substituição da organização tribal pela organização estatal, cujo objetivo é proteger os interesses dominantes. Por último, as relações sociais, determinadas pelo estado dado das forças produtivas, dão origem à moralidade comum, a moralidade, isto é, que guia as pessoas na sua vida cotidiana comum.” (PLEKHANOV, [s.d.], não paginado, tradução nossa)

percurso. Além de Plekhanov ([s.d.]), esse traço aparece também nos textos do alemão Karl Kautsky (2000).

Em seu trabalho “The class struggle” (A luta de classes, em tradução nossa), o autor descreve da seguinte forma o desenvolvimento das classes sociais no capitalismo:

*The separation of great masses of workers from the means of production, their transformation into propertyless proletarians, was a condition necessary to capitalist production. Economic development made the change inevitable. But the rising classes were not content to sit by and watch the course of events; they resorted to violence to accelerate the change. It was through violence of the most brutal, repulsive kind that capitalist society was ushered in.*¹⁸ (KAUTSKY, 2000, não paginado)

O autor prossegue em sua linha de raciocínio para falar sobre o futuro da sociedade capitalista:

*We consider the breakdown of the present social system to be unavoidable, because we know that the economic evolution inevitably brings on conditions that will compel the exploited classes to rise against this system of private ownership. We know that this system multiplies the number and the strength of the exploited, and diminishes the number and strength of the exploiting, classes, and that it will finally lead to such unbearable conditions for the mass of the population that they will have no choice but to go down into degradation or to overthrow the system of private property.*¹⁹ (KAUTSKY, 2000, não paginado)

¹⁸ “A separação de grandes massas de trabalhadores dos meios de produção, sua transformação em proletários sem propriedades, foi uma condição necessária à produção capitalista. O desenvolvimento econômico tornou a mudança inevitável. Mas as classes ascendentes não se contentaram em sentar e observar o curso dos eventos, elas recorreram à violência para acelerar a transformação. Foi por meio do mais brutal e repulsivo tipo de violência que a sociedade capitalista foi desvelada”. (KAUTSKY, 2000, não paginado, tradução nossa)

¹⁹ “Nós consideramos inevitável a ruptura do sistema social atual, porque sabemos que a evolução econômica inevitavelmente traz as condições que vão compelir as classes exploradas a se erguer contra o sistema de propriedade privada. Sabemos que esse sistema multiplica o número e a força dos explorados, e diminui o número e a força das classes exploradoras, e que isso vai finalmente levar a tais condições insustentáveis para a massa da população que ela não terá escolha senão cair na degradação ou derrubar o sistema de propriedade privada”. (KAUTSKY, 2000, não paginado, tradução nossa)

Porém o debate sobre classes sociais, entre o final do século XIX e o início do século XX, foi impactado de maneira mais intensa pelas ideias de Vladimir Lênin. Além de sua produção teórica, pesou a favor desse intelectual russo seu êxito como dirigente da Revolução Socialista de 1917, que criou a União Soviética.

Uma parte significativa dos escritos de Lênin são posteriores à tomada do poder e tinham como objetivo divulgar suas posições políticas na Rússia e no exterior. Cardoso e Brignoli (1976) e Mattos (2012) ressaltam a importância da sua definição sobre classes sociais. Segundo Lênin ([s.d.]),

E que quer dizer "supressão das classes"? Todos aqueles que se dizem socialistas reconhecem este objetivo final do socialismo, mas nem todos, longe disso, refletem no seu significado. Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social. (LÊNIN, [s.d.]).

Cardoso e Brignoli (1976) apontam que a leitura leniniana mantém as relações de produção como critério fundamental para distinguir as classes sociais. Mattos (2012, p. 70), por outro lado, considera que essa visão é também “atenta à perspectiva relacional inerente ao uso marxiano de classe”. Entretanto essa perspectiva foi sensivelmente empobrecida pelos pensadores soviéticos que lhe sucederam.

O principal exemplo da degeneração do materialismo histórico de lavra soviética são os textos de Josef Stalin. A posição econômico-estruturalista é radicalizada, conforme se pode conferir em sua obra “Dialectical and Historical Materialism” (STALIN, [s.d.]), igualmente destinada à propagação de suas

posições políticas na União Soviética e no exterior.

A partir de uma interpretação das ideias de Marx e de Lênin, Stalin ([s.d.]) apoia-se firmemente na ideia de que a dinâmica social é regida pelas leis da dialética, portanto está em constante movimento e desenvolvimento. O ocaso do “velho” é acompanhado da ascensão do “novo”. Vistas por esse prisma, as classes sociais e suas relações de conflito são colocadas como uma consequência natural das leis que governam a sociedade. Para ilustrar, o autor faz uma referência à história política russa:

In the eighties of the past century [XIX], in the period of the struggle between the Marxists and the Narodniks, the proletariat in Russia constituted an insignificant minority of the population, whereas the individual peasants constituted the vast majority of the population. But the proletariat was developing as a class, whereas the peasantry as a class was disintegrating. And just because the proletariat was developing as a class the Marxists based their orientation on the proletariat. And they were not mistaken; for, as we know, the proletariat subsequently grew from an insignificant force into a first-rate historical and political force.

Hence, in order not to err in policy, one must look forward, not backward.

Further, if the passing of slow quantitative changes into rapid and abrupt qualitative changes is a law of development, then it is clear that revolutions made by oppressed classes are a quite natural and inevitable phenomenon.²⁰ (STALIN, [s.d.], não paginado)

Nota-se, nessa concepção teórica, a dinâmica das classes sociais vista

²⁰ “Na década de oitenta do século passado [XIX], no período de luta entre os Marxistas e os Narodniks [Populistas], o proletariado na Rússia constituía uma minoria insignificante da população, enquanto camponeses individuais constituíam a vasta maioria da população. Mas o proletariado estava se desenvolvendo como classe, enquanto o campesinato enquanto classe estava em desintegração. E apenas porque o proletariado estava se desenvolvendo como classe os Marxistas basearam sua orientação no proletariado. E eles não estavam equivocados; pois, como sabemos, o proletariado subsequentemente cresceu de uma força insignificante em uma força histórica e política de primeiro nível.

Assim, para não errar em política, deve-se olhar adiante, não para trás.

Além disso, se a passagem de lentas transformações quantitativas em rápidas e abruptas transformações qualitativas é a lei do desenvolvimento, então está claro que revoluções feitas por classes oprimidas são um fenômeno bastante natural e inevitável.” (STALIN, [s.d.], não paginado, tradução nossa).

como algo sobredeterminado pelas relações de produção, a ponto de ser absolutamente previsível. Aos homens restaria apenas decifrar os rumos da história e contribuir para precipitar ou retardar os acontecimentos, a depender de sua resignação aos caminhos pré-determinados.

A influência da concepção de Stalin ([s.d.]) sobre o materialismo histórico e sobre a reflexão a respeito das classes sociais alcançou níveis notáveis. Mattos (2012) ressalta sua presença em manuais de formação política encontrados no Brasil. Entre os soviéticos, a força da concepção stalinista é testemunhada pelo texto publicado em 1948 por Vladimir Fedosoeyev (2007, não paginado), no qual se lê:

Marx mostrou que a luta de classe do proletariado tem inevitavelmente que levar à liquidação da dominação política da burguesia e ao estabelecimento da ditadura do proletariado que constitui uma arma indispensável para destruir as classes e afastar as condições que dão lugar às distinções de classes e à exploração do homem pelo homem.

[...]

O marxismo-leninismo ensina que o papel dirigente da classe operária na luta pela liquidação do capitalismo e na reconstrução socialista da sociedade não é atingido de maneira elementar, mas sob a direção do partido revolucionário da classe operária. Os comunistas levam a bom termo a luta de classe do proletariado porque são a parcela mais avançada e organizada da classe operária e porque possuem uma compreensão científica das condições, do curso e dos resultados gerais do movimento proletário.

2.3 MATERIALISMO E CRÍTICA ATIVA: AS CONTRIBUIÇÕES DE GRAMSCI E THOMPSON

As reações às concepções econômico-estruturalistas surgiram rapidamente no seio do próprio materialismo histórico. Ao mesmo tempo em que refutam

elementos básicos da linha teórica que se consolidou com a política soviética, tais manifestações lançavam bases para outra compreensão sobre as classes sociais²¹.

O italiano Antonio Gramsci pode ser considerado um dos principais representantes do conjunto de pensadores que manifestavam desacordo com aquela interpretação das ideias de Marx. Datadas da primeira metade do século XX, suas obras antecipam críticas que avolumariam a partir da década de 1950, quando intelectuais e militantes de esquerda de diversas partes do mundo ensaiam rupturas com as orientações da teoria e da política soviética. Também nas obras de Gramsci se encontram bases importantes para interpretar as classes sociais como fenômeno histórico.

Segundo Oliveira (2008), Gramsci expõe suas ideias a partir da crítica a pensadores que identificava como materialistas vulgares ou mecanicistas. Um dos principais alvos de suas ponderações foi o economista italiano Achilles Loria. Num trecho dos *Cadernos do Cárcere*, o intelectual sardo faz a seguinte observação:

Em várias ocasiões afirmou-se nestas notas que a filosofia da práxis está muito mais difundida do que se admite. A afirmação é exata desde que se entenda como difundido o economicismo histórico, que é como o Prof. Loria denomina agora suas concepções mais ou menos desconexas; e que, portanto, o ambiente cultural se modificou completamente desde o tempo em que a filosofia da práxis iniciou suas lutas [...]. (GRAMSCI, 2007, p. 50)

Mattos (2012) vê nas reflexões gramscianas dedicadas à construção da hegemonia da classe dominante sobre as classes dominadas um avanço para o campo marxista no início do século XX, pois leva a questão da consciência para a

²¹ Para uma revisão mais ampla, conferir em Mattos (2012) as contribuições de György Luckács e Walter Benjamin.

dimensão política. O historiador brasileiro também observa que Gramsci distingue duas formas ou graus de correlação de forças entre classes: uma denominada social, de caráter estrutural, e uma política, ligada à consciência da classe.

Sobre a primeira, Gramsci (2007, p. 40) faz a seguinte observação:

Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser mensurada com os sistemas das ciências exatas ou físicas. Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção. Esta relação é o que é, uma realidade rebelde: ninguém pode modificar o número das empresas e de seus empregados, o número das cidades com sua dada população urbana, etc. Este alinhamento fundamental permite estudar se existem na sociedade as condições necessárias e suficientes para uma sua transformação, ou seja, permite verificar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que nasceram em seu próprio terreno, no terreno das contradições que ele gerou durante seu desenvolvimento.

Percebe-se claramente a intenção de contemplar a dimensão estrutural conforme colocada originalmente por Marx e, de certo modo, por alguns de seus seguidores. Retoma-se o argumento marxiano de **Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política** (MARX, [s.d.]) vistos anteriormente.

Entretanto, é em sua definição sobre a dimensão política das correlações de força que Gramsci (2007, p. 41) se destaca entre os teóricos sobre classes sociais:

O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da

solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados.

Assim, na leitura de Gramsci, uma classe se constitui a partir da comunhão de interesses e objetivos entre indivíduos. Mas o ponto mais elevado de coesão classista dá-se quando esses indivíduos passam a agir conjuntamente e conseguem estender seus interesses aos demais. Essa questão está na essência da discussão gramsciana sobre a construção da hegemonia de classe.

Apesar de bastante profícuas, as ideias de Gramsci tardaram a obter grande divulgação. Além da divergência da orientação soviética dominante, seu encarceramento e conseqüente morte precoce limitaram temporariamente seu alcance. Porém, na segunda metade do século XX, um amplo movimento de crítica à política soviética possibilitou a emergência de suas ideias. Nesse mesmo contexto surgiu e se destacou outro eminente contribuidor dos estudos sobre classes: o historiador inglês Edward Palmer Thompson²².

A morte de Stalin em 1953 ensejou a revisão de seus feitos por parte da burocracia soviética, processo que tem como símbolo maior o discurso feito por Nikita Krushev ao Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956, denunciando os crimes cometidos por seu antecessor. Porém a política externa soviética ainda dava sinais de continuidade, com reações violentas às revoltas na

²² Leituras mais abrangentes sobre a biografia de Thompson podem ser encontradas em Mattos (2012), Müller (2002) e em Palmer (1996).

Alemanha Oriental (1953) e na Hungria (1956), o que levou numerosos militantes a abandonar os partidos comunistas em todo o mundo.

É nesse contexto que se dá a ruptura de Thompson com o Partido Comunista da Grã-Bretanha. Advogando, num primeiro momento, por um “humanismo socialista”, o historiador dedica-se a construir alternativas teóricas e práticas ao que chamava de ortodoxia dominante do materialismo (THOMPSON, 2011). Esse objetivo leva-o a criticar os debates sobre classes entre marxistas e antimarxistas de seu tempo. Em suas palavras:

Nós devemos notar o modo pelo qual um tipo de reducionismo econômico desabilita a discussão sobre classe tanto entre antimarxistas e marxistas sectários. Na verdade, as ideologias prevaletentes tanto do Leste quanto do Oeste estão dominadas por uma caricatura degradada do marxismo; embora, no primeiro caso, nós temos uma imagem dos meios de produção espontaneamente gerando consciência e atividade revolucionária, com a classe trabalhadora vista não como agente mas intermediária de leis objetivas; enquanto que no segundo lado a imagem é muito parecida, mas o motor da mudança foi removido, e nós vemos todos os homens (exceto os “intelectuais”) como prisioneiros de seus interesses econômicos, da “estrutura” social e do condicionamento de status. (THOMPSON, 1960, p. 23, grifo do autor)

Percebe-se, apesar da distância temporal, grande semelhança entre o argumento thompsoniano e a crítica de Antonio Gramsci aos marxistas vulgares. Da mesma forma, nota-se no historiador a intenção de valorizar a capacidade humana de fazer história como sujeitos, ainda que sejam parte de uma estrutura social, intenção traduzida na expressão “agir humano” (THOMPSON, 1958; 1960).

Esses elementos compõem o arcabouço da sua obra mais famosa, **A formação da classe operária inglesa**, de 1963 (THOMPSON, 2011). No prefácio, o autor ressalta o caráter histórico das classes ao afirmar que, mais do que grupos de pessoas que ocupam a mesma posição em relação aos meios de produção, as classes seriam formadas por pessoas que se tornam conscientes de

seus interesses comuns e desenvolvem formas comuns de organização e ação:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência quanto na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 2011, p. 9-10)

É importante enfatizar que a visão histórica sobre as classes procura enfatizar também seu caráter relacional. “O que se torna aparente não são apenas os interesses comuns dentro de uma classe, mas interesses comuns como contrários a outra classe” diz Thompson (1960, p. 24). Trata-se, na visão de autor, de um processo na vida política e cultural, e não restrito ao nível da produção (embora reconheça sua importância).

Também é relevante salientar que nessa perspectiva é possível reconhecer tanto a formação quanto a desconstituição de uma classe (fazer e desfazer, se usarmos a terminologia thompsoniana). Assim, reconhece-se a dinâmica social como aberta a toda possibilidade. Rompe-se com a ideia de futuro predeterminado da vertente econômico-estruturalista.

Por fim, a forma como Thompson compreende classes sociais associa formação e conscientização. Isso quer dizer que uma classe pode ser identificada na medida em que se reconhece como tal. Esse processo de autoconscientização é mediado pela experiência, ou seja, pela forma como um grupo de pessoas vivencia, incorpora e compartilha situações por meio de tradições, ideias e valores. Salienta-se a dimensão cultural do conceito de classe social.

Assim, mesmo admitindo que a posição nas relações de produção

determina em grande parte as experiências humanas, faz-se necessário verificar se estas são elaboradas de modo que dê coesão a um grupo social. Nesse sentido, Thompson (2011) vê a confluência do protestantismo metodista com tradições populares, a exemplo da economia moral e da ideia de *freeborn englishman*²³, e movimentos associativistas do final do século XVIII como gênese da classe operária que ascende politicamente na Inglaterra na primeira metade do século XIX, diferindo de leituras que apontam a indústria capitalista como nascedouro do operariado²⁴.

A centralidade da experiência no conceito de classes sociais tornou-se um traço da produção de Thompson²⁵. Também se tornou elemento central de sua crítica à vertente econômico-estruturalista, o que foi explicitado no ensaio **A miséria da teoria** (THOMPSON, 1981). Nele, o autor faz efusiva defesa de estudos empíricos na análise de classes sociais frente ao raciocínio apriorístico. Em outras palavras, propõe que as classes sociais não sejam tomadas como recortes hipotéticos rigidamente preestabelecidos, grupos previamente delimitados que são preenchidos a partir de dados sobre a sociedade. Sua recomendação é que se assumam formulações provisórias e flexíveis, para que após sucessivas provas empíricas se chegue a definições concretas sobre classes.

²³ “Inglês livre de nascimento” na tradução para o português (THOMPSON, 2011)

²⁴ “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade diante do novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais”. (THOMPSON, 2011, p. 14)

²⁵ Ver Thompson (1984a, 1987, 1998).

Posteriormente, Thompson (1984b) buscou explicitar sua visão diferenciando dois tipos de experiência: a experiência vivida e a experiência percebida (também denominadas respectivamente como experiências I e II). Para o autor, a maioria dos acadêmicos de seu tempo identificava o termo “experiência” diretamente com a segunda acepção, relacionando-o ao que Marx e Engels (2007) denominaram consciência social e que, por isso, estaria sujeita a falsificações provenientes de interferências ideológicas. Entretanto é necessário prestar atenção também no modo pelo qual as pessoas experimentam suas condições materiais.

Um exemplo da ênfase dada à experiência vivida pode ser encontrado em

A miséria da teoria:

A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. (THOMPSON, 1981, p. 17)

Pode-se, por fim, reconhecer grande proximidade entre as proposições sobre classes sociais de Gramsci e de Thompson. Ambas se caracterizam pela compreensão de que classes são resultados da ação humana e, portanto, apesar de comportarem condicionantes estruturais, são eminentemente históricas. Outra observação pertinente vem de Mattos (2007) que, ao discutir o nexo entre a análise gramsciana das relações de força e a leitura thompsoniana da construção da autoconsciência da classe operária, afirma o seguinte:

Se em Gramsci os três momentos aparecem como uma sucessão de estágios, é preciso constatar que em Thompson, que também percebe momentos diferentes e os localiza no tempo, ao pensar a classe trabalhadora, não há possibilidade de existir classe – ao menos no que ele define como sua situação “madura”, ou seja, quando classe é uma auto-referência para os trabalhadores, e não apenas um instrumento de análise conceitual – sem que os três momentos tenham sido vencidos. (MATTOS, 2007, p. 48)

As proximidades identificáveis não parecem advir da influência de Gramsci sobre Thompson²⁶. Mattos (2007) observa que isso se deve provavelmente às referências igualmente utilizadas por ambos, especialmente os primeiros escritos de Marx e Engels, como **A ideologia alemã** (MARX; ENGELS, 2007), de onde se retira a compreensão de que uma classe se constrói na disputa com outra classe, ou seja, seu sentido relacional.

2.4 SÍNTESE: TRÊS NÍVEIS CONCEITUAIS SOBRE CLASSES SOCIAIS

A partir das leituras sobre as contribuições teóricas de autores ligados ao campo marxista, propomos considerar três diferentes níveis de conceituação sobre classes sociais: incipiente, estrutural e histórico.

O nível incipiente é o mais abrangente deles, pois reúne todo tipo de leitura que reconheça divisões em sociedades. Correspondem ao nível incipiente, por exemplo, definições de classes ancoradas em critérios como renda ou consumo e

²⁶ Não há referências a Gramsci nos textos seminais de Thompson publicados nos periódicos **New Reasoner** e **New Left Review** entre 1957 e 1960. Tempos depois, em **A miséria da teoria** (THOMPSON, 1981), umas referências ao pensador sardo aparecem. Quando este é identificado como alvo das críticas de Louis Althusser, Thompson escreve entre parênteses: “Não me desviarei agora para defender esse pensador criativo, mas ambíguo: ele não precisa de minha defesa, e tem defensores bastantes” (THOMPSON, 1981, p. 140).

que não estejam associadas, de alguma forma, às relações sociais de produção.

Os níveis de conceituação que denominamos como estrutural e histórico trazem uma clivagem importante diante das formulações incipientes. Por estarem enraizadas no materialismo histórico, as duas vertentes reconhecem na interação (a “luta”) entre classes um elemento central para a dinâmica social. Igualmente, há neles – com intensidades diferentes – a produção social como elemento distintivo das classes sociais frente a outras formas de classificação de grupos humanos.

O nível estrutural particulariza-se pela compreensão de que a dimensão econômica da produção é o critério maior para delimitarem-se as classes sociais. Assim consideradas, estas são posições dentro do sistema produtivo, cabendo às pessoas apenas aceitar o fato de pertencerem a um ou outro grupo. As análises sobre classes sociais consistiriam em circunscrevê-las pelos termos da economia e, desse modo, deduzir o sentido da história pré-determinado pelas próprias relações sociais de produção. No caso da sociedade capitalista, já estaria pontificada a revolta do proletariado contra a burguesia, restando apenas antecipar ou retardar esse acontecimento.

O nível histórico, porém, diferencia-se por, embora referenciado na estrutura econômica, abrir-se para a importância da política e da cultura na definição das classes sociais. Dessa forma, estas ganham contornos mais complexos, exigindo análises sobre formas de organização política e mesmo sobre o autorreconhecimento de uma classe.

O nível histórico de conceituação sobre classes sociais também se distingue pela ênfase em seu aspecto relacional. Isso significa que a formação de uma classe dá-se pela afirmação das diferenças e divergências em relação a

outro grupo. Associa-se ao aspecto relacional a compreensão de que as classes são produtos históricos da ação humana e, por isso, não possuem futuro pré-determinado. Nem mesmo a existência de uma classe é garantida aprioristicamente, estando sujeita ao (auto)fazer e desfazer.

Os três níveis conceituais identificados serão retomados para a análise dos textos dos livros didáticos de Geografia. Com base nas características apresentadas, procuramos não apenas identificar quando os livros trabalham sobre classes sociais, mas também de que modo se compreendem as classes e, conseqüentemente, quais perspectivas abrem-se ao leitor.

3 SOBRE LIVROS DIDÁTICOS

3.1 HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

3.1.1 Primórdios

A distribuição de livros didáticos no Brasil teve início ainda no século XIX, e está relacionada ao conjunto de transformações percebidas no país, então um território português, com a chegada da família real e da corte lusitana. Bittencourt (1993) afirma que em 1808 se criou a Impressão Régia, órgão que visava, entre outros objetivos, a administrar a impressão de materiais para fins educacionais.

Foi nesse contexto que se deu a publicação da obra **Corografia Brasílica**, de Manuel Aires de Casal (1817), que veio a ser considerada o primeiro livro de Geografia com fins didáticos produzido no Brasil. Esse trabalho pioneiro, entretanto, revela-se bastante inclinado à cosmografia, não dialogando com o tipo de saber geográfico que se produzia naquele tempo na Europa, notadamente por Alexander von Humbolt e Karl Ritter (VLACH, 2007).

O trabalho de Manuel de Casal (1817) foi seguido pela publicação de vários outros livros, como o **Compêndio de Geografia Universal**, de Bazílio Quaresma Torreão, de 1824 (SOUSA NETO, 2000), o **Compêndio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil**, do geógrafo e senador durante o Império Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, de 1856 (SOUSA NETO, 2000), além de

publicações de menor escala, produzidas em pequenas tipografias, e de resumos e notas produzidos pelos próprios professores de cada instituição, como o **Compendio de Geografia Elementar** de Justiniano José da Rocha, de 1838 (ROCHA, 1998), primeiro docente de Geografia do Colégio Pedro II. Ferracini (2012) aponta a publicação, em 1884, de outro manual didático: **Terra ilustrada, Geographia Universal: Physica, Etnogeographica, Politica, Economica das cinco partes do mundo**, de Eugenio de Barros Raja Gabaglia, de 1880. Todas essas obras mantiveram uma Geografia de caráter mnemônico, privilegiando a memorização de nomes de lugares e fenômenos geográficos em relação a seu devido entendimento.

O crescimento da distribuição de materiais didáticos observado ao longo dos anos levou o Império brasileiro a adotar medidas de controle de circulação. Segundo Ferracini (2012, p. 40),

Com o aumento da publicação das obras escolares, o controle passou a ser feito por um conjunto de pessoas escolhidas pelo Estado, que usavam um carimbo para indicar se o livro poderia ou não circular nas mãos das crianças, jovens e adolescentes dos bancos escolares.

A transição do Império ao Estado republicano não trouxe uma redução da importância dos livros didáticos, assim como não significou um relaxamento quanto às formas de controle (BITTENCOURT, 1993). A publicação de manuais didáticos de Geografia passou, porém, a atender também ao objetivo de forjar nos estudantes o conceito de nação, algo ainda pendente para a jovem república brasileira (CARVALHO, 2012).

Podem-se citar como exemplos das publicações didáticas para Geografia que obtiveram destaque durante o período histórico conhecido como Primeira

República (1889 – 1930): **Geographia Elementar**, de Tancredo do Amaral, de 1895 (FERRACINI, 2012); **Curso Methodico de Geographia Physica, Política e Astronômica: Composto para uso das Escolas Brasileiras**, de Joaquim Maria de Lacerda, de 1895 (FERRACINI, 2012); o **Compêndio de Geografia Elementar**, de Manuel Ida Said Ali, de 1905 (VESENTINI, 2008); e **Geographia do Brasil**, de Carlos Miguel Delgado de Carvalho, de 1913 (ROCHA, 1985)²⁷.

3.1.2 O Estado Novo, suas diretrizes educacionais e os livros didáticos

As mudanças ocorridas no panorama político brasileiro também trouxeram importantes modificações para a educação do país. Ainda em 1930, o governo liderado por Getúlio Vargas deu início a uma nova fase nessa área, ao criar, por meio do Decreto-Lei n.º 19.402 (BRASIL, 1930), o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Mantovani (2009, p. 26-27) resume da seguinte forma duas reformas de maior relevância dessa fase da Educação brasileira: “a Francisco Campos (1930-1942), que se preocupava com a formação de professores para o ensino secundário, e a Gustavo Capanema (1942-1945), que dividiu o ensino secundário em dois ciclos: ginásial e clássico ou científico”. Por trás da primeira, estava uma preocupação com a laicidade do Estado, enquanto a segunda, vivida já no período ditatorial denominado Estado Novo (1937-1945), reiterava a função ideológica da educação na afirmação de valores nacionalistas,

²⁷ O trabalho de Delgado de Carvalho foi particularmente analisado por Pires (2006). Outras obras são discutidas sob a ótica da construção da ideologia nacional em Carvalho (2012).

medida bastante cara a um governo autoritário de raízes fascistas.

No que tange especificamente à questão dos livros didáticos, a grande novidade do período é a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), promovida pelo Decreto-Lei n.º 93 (BRASIL, 1937), e da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), formada pelo Decreto-Lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938 (BRASIL, 1938). Deste último decreto emerge um conjunto de definições marcantes: em primeiro lugar, ele define como livro didático todo livro ou compêndio utilizado para leitura de classes; além disso, estipula uma data (1º de janeiro de 1940) a partir da qual somente seria permitida a utilização de livros didáticos previamente autorizados pelo Ministério da Educação. O funcionamento da política estatal para o livro didático começa a ser detalhado a partir de seu artigo 5º:

Art. 5º Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino, nem estabelecer preferências entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos diretores, nas escolas preprimárias e primárias, e aos professores, nas escolas normais, profissionais e secundárias, a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado, e respeitada a restrição formulada no artigo 25 desta lei.

Parágrafo único. A direção das escolas normais, profissionais e secundárias, sejam públicas ou particulares, não poderão, relativamente ao ensino desses estabelecimentos, praticar os atos vedados no presente artigo.

Art. 6º É livre ao professor a escolha do processo de utilização dos livros adotados, uma vez que seja observada a orientação didática dos programas escolares.

[...]

Art. 7º Um mesmo livro poderá ser adotado, em classe, durante anos sucessivos. Mas o livro adotado no início de um ano escolar não poderá ser mudado no seu decurso.

Art. 8º Constitue uma das principais funções das caixas escolares, a serem organizadas em todas as escolas primárias do país, com observância do disposto no art. 130 da Constituição, dar às crianças necessitadas, nessas escolas matriculadas, os livros didáticos indispensáveis ao seu estudo. (BRASIL, 1938)

Nesse trecho já se verificam alguns aspectos da atuação estatal brasileira na distribuição de livros didáticos que são encontrados nos dias atuais. Já naquele momento, indicava-se à escola, nas figuras dos diretores e professores, a escolha dos livros a serem adotados, mesmo que essa opção fosse realizada a partir de uma lista de indicações, sendo vedada a imposição de uma obra por parte do Estado. Também é fixada por lei a liberdade de utilização do material por parte dos docentes. Percebe-se ainda a possibilidade de reutilização de livros, algo que apenas se consolidaria como regra durante os anos 1990, com o PNLD. Por outro lado, nota-se que a responsabilidade sobre o acesso aos materiais didáticos por parte dos estudantes mais pobres é pulverizada entre as escolas, diferentemente do que hoje se pratica.

Já havia, também, naquele momento, a proposta de que os livros fossem avaliados por um grupo de especialistas, a já mencionada CNLD. O parágrafo primeiro do artigo 9 do Decreto-Lei n.º 1.006 (BRASIL, 1938) caracteriza a comissão da seguinte forma:

§ 1º A Comissão Nacional do Livro Didático se comporá de sete membros, que exercerão a função por designação do Presidente da República, e serão escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral, das quais duas especializadas em metodologia das línguas, três especializadas em metodologia das ciências e duas especializadas em metodologia das técnicas.

Mas a característica mais determinante desse período está grafada nos artigos 20 e 21 do referido decreto (BRASIL, 1938), nos quais se encontram listadas as causas que impediriam a autorização para circulação dos livros. O primeiro destaca-se pelas interdições de ordem política, começando pela

proibição de qualquer livro “que atente, de qualquer forma, contra a unidade nacional” e chegando a critérios como atentados contra a família, incitação do desamor à virtude e do sentimento de inutilidade do esforço individual, passando logicamente por proibições contra ofensas ao Chefe da Nação e contra a incitação da oposição e luta entre as classes sociais. O segundo artigo, bem mais sucinto, restringe autorizações para livros com erros de linguagem, incorreção técnica e inadequação pedagógica, além daqueles que não contivessem o nome do autor por extenso e o preço de venda declarado.

Fica claro que em sua origem a distribuição de livros didáticos pelo Estado, no Brasil, tem forte apelo político e, vista em diálogo com as reformas educacionais coetâneas, revela-se parte de um mecanismo de imposição de um ideário nacionalista²⁸. Essas características seriam reeditadas, com pequenas modificações, pelo Decreto-Lei nº 8.460, de 1945 (BRASIL, 1945).

Entre os livros didáticos de Geografia desse período, destacam-se os de Aroldo de Azevedo, de 1938 (FERRACINI, 2012), professor de Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Segundo Vesentini (2008), o geógrafo está entre os autores de livros didáticos que obtiveram maior tiragem ao longo do século XX, e isso se deve principalmente a sua “adequação” aos princípios políticos de seu tempo. Nas palavras do autor, Aroldo de Azevedo:

teve uma produção muito bem ajustada (talvez inconscientemente) ao Estado Novo e ao seu discurso ideológico que logrou tanto alcance popular: o “progressivo branqueamento” da população brasileira iria produzir um “novo povo”, apto a usufruir a democracia e o progresso; “nossas riquezas naturais inesgotáveis” garantiriam alegrias a este “país do futuro”; seria “necessário” povoar o interior do país e realizar assim uma “marcha para Oeste”, etc. (VESENTINI, 2008, p. 85)

²⁸ Uma avaliação desse período pode ser encontrada em Schwartzman, Bomeny e Costa (2000).

3.1.3 Políticas sobre livros didáticos durante o período ditatorial

A despeito das mudanças na política após 1945, com o fim do período autoritário varguista e a retomada das eleições, os marcos legais sobre livros didáticos estabelecidos durante o Estado Novo permaneceram como referências até a década de 1960. Nesse momento, uma nova reforma visou a imprimir nova dinâmica à educação brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1961) foi o marco legal desse movimento renovador pós-1945. Prevista já na Constituição Federal de 1946 (BRASIL, 1946), ela levou mais de uma década para se tornar realidade, devido à forte presença de forças políticas ligadas ao regime anterior, em especial pela atividade do ex-ministro da Educação e então deputado Gustavo Capanema (MONTALVÃO, 2011). O golpe de Estado e a instauração do regime ditatorial em 1964, entretanto, fizeram esmaecer a corrente renovadora.

A primeira medida do novo governo ditatorial sobre a distribuição de livros didáticos foi a criação, em 1966, do Conselho do Livro Técnico e Didático, por meio do Decreto n.º 58.653 (BRASIL, 1966a), modificado rapidamente pelo Decreto n.º 59.355, em outubro do mesmo ano (BRASIL, 1966b)²⁹, quando o órgão passou a se denominar Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted). Instaurada no âmbito do Ministério da Educação (MEC), pode-se dizer que essa comissão

²⁹ Vale notar que os considerandos desse decreto-lei reconhecem explicitamente a importância do livro didático: “Considerando que a produção e a distribuição do Livro Técnico e do Livro Didático interessam sobremodo, aos poderes públicos, pela importância de sua influência na política de educação e de desenvolvimento econômico e social do País” (BRASIL, 1966b). Igualmente, ele declara o Estado como sujeito ativo e vigilante na defesa desse interesse (BRASIL, 1966b).

foi criada para coordenar e executar as atividades desse Ministério, relacionadas com o aperfeiçoamento do livro técnico e didático. O Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra, desenvolveu um Programa de dimensão nacional, cujo objetivo maior era a distribuição de livros a todos os estudantes nos três níveis de ensino (primário, secundário e superior). E para que fosse viabilizado esse projeto ambicioso, o MEC firmou um convênio com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e com a USAID [United States Agency for International Development]. (KRAFZIK, 2006, p. 57)

A Colted reunia, em seu fórum deliberativo, representantes de diferentes órgãos governamentais, entre eles o INL, e também uma representação do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Seus recursos provinham de verbas e, sobretudo, de um acordo firmado entre o MEC e a United States Agency for International Development (USAID), órgão do governo estadunidense bastante atuante no contexto da guerra fria (KRAFZIK, 2006).

As ações da Colted baseavam-se no diagnóstico de que o desempenho dos estudantes brasileiros era prejudicado pelo pouco acesso aos livros e também pela baixa qualidade dos materiais didáticos disponíveis. Para reverter a situação, pretendeu-se incentivar a leitura por meio da distribuição ampla de livros técnicos e didáticos, realizando-se a implantação de bibliotecas nas escolas primárias de todo o país e oferecendo-se subsídio à compra de livros para o segundo e o terceiro graus (atuais níveis médio e superior).

Tratava-se também de uma importante medida para o mercado editorial brasileiro, no qual a baixa demanda combinava-se com a baixa capacidade da indústria editorial. A despeito dos temores iniciais de que o Estado brasileiro começaria a produzir livros por conta própria, criando uma grande concorrência para a iniciativa privada, a Colted promoveu, ainda nos primeiros anos de funcionamento, uma vultosa injeção de recursos financeiros, por meio de grandes

encomendas de materiais didáticos.

A execução das ações da Colted, entretanto, teve como obstáculos a produção, a distribuição e mesmo a utilização dos livros didáticos. Krafzik (2006) relata, com base na análise de documentos da Colted, que uma das primeiras dificuldades encontradas foi a incapacidade de a indústria editorial nacional atender a tamanha demanda, o que causou atraso no andamento das ações. Também se impuseram problemas de ordem logística proporcionais à intenção de realizar uma distribuição nacional de livros nos finais dos anos 1960.

A autora ainda ressalta que o plano da Colted sofreu com dificuldades relacionadas à compreensão de seu funcionamento por parte de professores e demais profissionais das escolas, o que fez com que surgissem diversos casos de má utilização dos materiais disponibilizados. Após avaliações, o programa não se mostrou exitoso como desejado, e o convênio com a USAID foi descontinuado.

Em junho de 1971, o Governo Federal expediu o Decreto n.º 68.728 (BRASIL, 1971), por meio do qual foi extinta a Colted, sendo suas competências transferidas para o INL. Manteve-se, no entanto, a política de parceria com a iniciativa privada por meio de programas de coedição de livros didáticos, no âmbito do Programa do Livro Didático (Plid), que por sua vez se subdividia segundo os níveis de modalidades de ensino: Programa do Livro Didático para Ensino Fundamental (Pliddef), Programa do Livro Didático para Ensino Médio (Plidem), Programa do Livro Didático para Ensino Superior (Plides) e Programa do Livro Didático para Ensino Supletivo (Plidesu). Essa situação manteve-se até fevereiro de 1976, quando o Decreto n.º 77.107 (BRASIL, 1976) ampliou as competências da Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), que assumiu a responsabilidade sobre os programas de coeditorias de livros didáticos.

Nesse período, o Estado brasileiro deixou de exercer apenas a função de avaliação\censura dos livros didáticos adotados pelas escolas. O que se consolidou, notadamente através da União, foi o papel de grande financiador do mercado editorial nacional por meio dos materiais didáticos, fomentando o surgimento de grandes empresas editoriais de alcance nacional (HÖFLING, 2000).

Em abril de 1983, a Lei n.º 7.091 (BRASIL, 1983) transformou a Fename em Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), entidade que herdou a responsabilidade pela execução das políticas relativas ao mercado editorial. Com isso, a distribuição de livros didáticos tinha reforçado seu caráter assistencialista. Höfling (2000) comenta que, ainda em 1984, o MEC deixa a posição de coeditor de obras didáticas, passando o Estado exclusivamente para a posição de comprador dos livros produzidos pela iniciativa privada. Essa foi a última medida realizada durante o regime militar.

As obras didáticas de Geografia de maior êxito durante esse período foram frutos do trabalho de Zoraide Beltrame, como a coleção **Geografia Ativa**, de 1975 (FERRACINI, 2012). As coleções da autora desbancaram os livros de Aroldo de Azevedo (FERRACINI, 2012), ao trazer, simultaneamente, uma forma mais atual de Geografia, já influenciada pelos movimentos dessa disciplina durante os anos 1960, e uma abordagem didática mais dinâmica e preocupada em despertar o interesse do alunado. Outros exemplos de menor sucesso comercial, conforme aponta Vesentini (2008) são: **Estudos de Geografia**, de Melhem Adas, de 1972, **Curso dinâmico de Geografia geral**, de Celso Antunes, de 1973, **Geografia Geral**, de Manuel Correia de Andrade e Hilton Sette, de 1975, e, mais tardiamente, **Sociedade e Espaço**, de José William Vesentini, além de obras publicadas no formato das disciplinas de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, criadas

nesse período com objetivo de absorver (e, de certo modo, reduzir) disciplinas como Geografia, História, Sociologia e Filosofia.

3.1.4 O período 1985-2012: o surgimento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Com a posse de José Sarney em março de 1985, os brasileiros voltavam a ter um presidente civil após 21 anos sob governo de militares. A redemocratização em curso traria reorientações para a ação estatal num amplo leque de setores, entre os quais a educação.

Em relação aos livros didáticos, ainda em agosto daquele ano viria a primeira mudança. Por meio do Decreto n.º 91.542 (BRASIL, 1985) foi instituído o PNLD e implantadas importantes modificações, como o aumento da participação dos professores e o maior rigor na avaliação técnica dos livros, fazendo com que a indústria elevasse o padrão do material entregue às escolas. A partir daí, tomou-se como meta o atendimento gradativo aos alunos das séries do primeiro grau das escolas públicas e comunitárias do país, começando por disciplinas prioritárias como Língua Portuguesa e Matemática (HÖFLING, 2000). Mas as transformações mais profundas viriam após 1988, quando foi promulgada uma nova Constituição Federal (BRASIL, 1988), responsável por delinear as características atuais da educação brasileira.

A Constituição (BRASIL, 1988) registra, logo em seu artigo 6º, a educação como um direito social, fato pioneiro na história constitucional brasileira

(OLIVEIRA, 1999). O texto constitucional estabelece no artigo 206 os princípios do ensino, dentre os quais se destaca o inciso IV: “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” (BRASIL, 1988).

A partir da Carta Magna (BRASIL, 1988), a educação básica, período de formação escolar a ser ofertado obrigatória e gratuitamente pelo Estado a todos os cidadãos, passa a ser organizada em três níveis: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Ao todo, trata-se de um roteiro planejado para atender estudantes dos 4 aos 17 anos de idade, elaborando princípios, valores, habilidades e competências necessárias para a efetiva participação do indivíduo na sociedade atual, para sua inserção exitosa no mundo do trabalho e para a continuidade de seus estudos em níveis superiores.

O artigo 208 detalha os instrumentos através dos quais o Estado efetivará seu dever com a educação. Nele fica definido a quem se deve ofertar a educação básica. Destaca-se, aqui, o inciso VII, quando diz: “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988). Oliveira (1999) salienta que esse inciso sinaliza uma mudança importante na forma de atuação do Estado brasileiro na educação, pois denota que a oferta de vagas em escolas públicas não esgota o seu dever. O Estado precisa, assim, ser ativo também na oferta de recursos sem os quais estudantes não conseguem efetivar sua presença na escola. Os livros didáticos fazem parte desse conjunto.

A década de 1990 começou para a sociedade brasileira com o desafio de efetivar a redemocratização e a nova Constituição Federal (BRASIL, 1988). Simultaneamente, um acordo selado em 1990 na Conferência Mundial de Educação para Todos, organizada pela Organização das Nações Unidas para

Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em Jomtien, na Tailândia, estabeleceu um conjunto de metas a serem cumpridas pelos países cujo sistema educacional apresentou baixo desempenho³⁰, entre eles o Brasil, a fim de elevar quantitativa e qualitativamente a oferta de educação durante o decênio que começava.

No Brasil, os compromissos assumidos em Jomtien cristalizaram-se no Plano Decenal de Educação para Todos (BRASIL, 1993). As metas previam ações em diferentes dimensões, abrangendo desde a melhoria nas condições de formação e trabalho dos professores à equalização na distribuição de recursos entre os entes da federação. Mantovani (2009) sintetiza as relações entre esse plano e a política brasileira sobre livros didáticos nos seguintes itens: melhoria da qualidade dos livros ofertados, maior capacitação para que os docentes avaliem e utilizem os livros didáticos, e ampliação da política de distribuição. Novos marcos legais, como a publicação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases, em 1996 (Lei n.º 9.394 – Brasil, 1996), e de resoluções como as Diretrizes Curriculares Nacionais, expedidas em 1998 (BRASIL, 1998), viriam a aprofundar a caracterização de cada etapa da educação básica e do papel de cada componente curricular no ensino. Ao mesmo tempo, reiterou-se o papel do Estado brasileiro, representado pelos municípios, estados e pela União, como principal responsável pela organização e execução de políticas educacionais. Nesse contexto, o PNLD foi reestruturado e expandido, em consonância com outras medidas em prol da universalização da educação básica no Brasil.

Mantovani (2009) relata ainda que a primeira ação realizada sobre os livros didáticos a partir do plano decenal de 1993 (BRASIL, 1993) foi uma avaliação de

³⁰ Nove países ao todo: Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão (BRASIL, 1993).

materiais que haviam sido distribuídos em 1991. Os resultados mostraram graves falhas e motivaram modificações no PNLD a partir de 1995, ao mesmo tempo em que ressaltaram a necessidade de avaliar frequentemente as obras disponibilizadas ao alunado (BRASIL, 1994). Naquele ano, foram contempladas com livros, a título de experimento, as disciplinas de Matemática e de Língua Portuguesa, para o ensino fundamental.

Em 1996, atendeu-se à disciplina de Ciências, e em 1997 foram atendidas História e Geografia, além da aquisição de livros de Alfabetização e Estudos Sociais para as séries iniciais. Também em 1997 foi extinta a FAE, ficando a execução do PNLD a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Aprimorou-se também a logística do programa, que passou, a partir de 2000, a entregar os livros antes do início do ano letivo. Consolidou-se sua execução em ciclos trienais, que têm início na avaliação das obras por grupos de especialistas das disciplinas envolvidas, passando para a oferta aos professores e posterior distribuição aos alunos. Nos dois anos posteriores à distribuição inicial, são realizadas compras de reposição.

Em 2003, a Resolução n.º 38 do Conselho Deliberativo do FNDE (BRASIL, 2003) instituiu a distribuição de livros didáticos para as escolas públicas por meio do Programa Nacional do Livro Para o Ensino Médio (PNLEM). Partindo dos moldes do programa em execução para o ensino fundamental, o PNLEM teve início com a distribuição de livros de Língua Portuguesa e Matemática, prioritariamente para escolas das regiões Norte e Nordeste do Brasil, passando depois a contemplar as demais regiões. Em 2007, foram incluídos livros de Biologia; em 2008 também foram adotadas obras didáticas de Química e História; e, a partir de 2009, foram contempladas as disciplinas de Geografia e Física.

Atualmente, além da aquisição de livros para componentes curriculares, o Estado brasileiro também mantém programas sob o nome “PNLD” para outras modalidades de ensino. É o caso do PNLD Campo (para aquisição de livros para estudantes de escolas em áreas rurais), do PNLD EJA (de Educação de Jovens e Adultos) e PNLD Alfabetização, além da compra de dicionários para utilização em salas de aulas e de materiais para alunos com necessidades específicas, como o sistema MecDaisy para alunos com deficiência visual e materiais em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) para alunos com deficiência auditiva.

Os dados estatísticos divulgados pelo FNDE retratam que essa é uma ação estatal de grande monta.

Tabela 1 – Evolução do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – ensino fundamental regular (2003 a 2014)

Ano de aquisição/ano letivo	Alunos beneficiados	Escolas beneficiadas	Exemplares distribuídos	Investimento em aquisição e distribuição (R\$)
2003/2004	31.911.098	149.968	116.030.521	582.827.171,38
2004/2005	30.837.947	149.968	111.189.126	619.247.203,00
2005/2006	30.837.947	147.407	44.245.296	316.434.307,57
2006/2007	28.591.571	144.943	102.521.965	563.725.709,98
2007/2008	31.140.144	139.839	110.241.724	661.411.920,87
2008/2009	29.158.208	136.781	60.542.242	405.568.003,49
2009/2010	28.968.104	134.791	103.581.176	591.408.143,68
2010/2011	29.445.304	129.763	118.891.723	893.003.499,76
2011/2012	28.105.230	124.285	70.690.142	443.471.524,28
2012/2013	24.304.067	74.360	91.785.372	721.228.741,00
2013/2014	23.452.834	97.581	103.229.007	879.828.144,04
2014/2015	21.806.651	98.987	53.059.972	431.203.009,07

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ([s.d.]). Inclui todos os anos do ensino fundamental. Adaptado pelo autor.

Tabela 2 – Evolução do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – ensino médio regular (2004 a 2014)

Ano de aquisição/ano letivo	Alunos beneficiados	Escolas beneficiadas	Exemplares distribuídos	Investimento em aquisição e distribuição (R\$)
2004/2005	1.304.477	5.392	2.705.048	47.273.737,00
2005/2006	7.012.619	13.253	12.581.620	143.834.244,00
2006/2007	6.896.659	15.570	9.175.439	124.275.397,18
2007/2008	7.141.943	15.273	18.248.846	221.540.849,41
2008/2009	7.249.774	17.276	43.108.350	504.675.101,27
2009/2010	7.630.803	17.830	11.189.592	137.563.421,71
2010/2011	7.669.604	17.658	17.025.196	184.801.877,52
2011/2012	7.981.590	18.862	79.565.006	720.629.200,00
2012/2013	8.780.436	21.288	40.884.935	364.162.178,57
2013/2014	7.649.794	19.243	34.629.051	333.116.928,96
2014/2015	7.112.492	19.363	87.622.022	898.947.328,29

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ([s.d.]). Inclui todos os anos do ensino fundamental. Adaptado pelo autor.

3.2 EDITAIS, AVALIAÇÕES E GUIAS DE LIVROS DIDÁTICOS: O FUNCIONAMENTO DO PNLD

Os dados sobre a evolução do PNLD evidenciam sua relevância para a educação no Brasil. Devido ao grande alcance dessa política estatal, informações, conceitos e valores são levados a escolas de todo o país e participam da formação de milhões de alunos. Faz-se importante conhecer melhor as etapas que envolvem a seleção do material disponibilizado às escolas.

Conforme explanado, o PNLD funciona em ciclos trienais, seja para ensino fundamental, seja para ensino médio. Entretanto, para que essa rotina funcione de maneira sincronizada com o período letivo das escolas, a execução do programa começa um pouco antes.

O processo de aquisição e distribuição de livros didáticos é deflagrado pela publicação de editais por parte do FNDE. São esses documentos que estabelecem as regras para inscrição de obras por parte das editoras, bem como definem os prazos e os critérios utilizados para eliminação e classificação das coleções de livros didáticos. Assim, o edital referente ao PNLD 2012 foi publicado em dezembro de 2009, estabelecendo um prazo de cinco meses para que as obras fossem entregues pelas editoras para avaliação.

O processo avaliativo do PNLD também possui um histórico de evoluções. Mantovani (2009) relata esse processo em seu trabalho. Inicialmente, o programa tinha como princípio a exclusão de obras que contivessem discriminações de qualquer tipo, como cor, raça e origem, por exemplo, ou que apresentassem graves erros relativos aos conteúdos de seu campo disciplinar. Além de constar nos editais do PNLD, esses critérios foram informados nos guias entregues aos professores para a escolha dos livros. A autora relata que no início dos anos 2000 foram introduzidas modificações oriundas de consultas feitas com professores, avaliadores e representantes de editoras de livros didáticos. Desde então, ficou vedada a inscrição de volumes isolados de coleções, assim como a duplicação de conteúdos entre obras (o que ocorria entre coleções de uma mesma editora, por exemplo) (MANTOVANI, 2009).

O edital do PNLD 2012, definidor dos critérios das obras analisadas nesta tese, estabeleceu que os livros da maioria das disciplinas devem ser organizados por série e em coleções, diferentemente do que havia sido estabelecido no PNLEM 2009, quando foram admitidas obras em volume único. As exceções foram Sociologia e Filosofia, que deveriam ser obrigatoriamente organizadas em volumes únicos.

Desse modo, ao todo 18 coleções foram inscritas para Geografia, das quais 14 foram admitidas e 4 foram excluídas.

O **Guia de Livros Didáticos: PNLD 2012: Geografia** (BRASIL, 2011) foi publicado com informações que visam a auxiliar os professores no processo de adotar uma coleção de livros didáticos. Nele foram tornados públicos os critérios utilizados pelos pareceristas, os títulos das obras disponibilizadas, um breve balanço sobre as potencialidades e pontos críticos de cada trabalho, e uma resenha para cada coleção. Também são apresentados os responsáveis pelo processo avaliativo. Na edição 2012 do PNLD, a avaliação de livros de Geografia para o ensino médio teve a Universidade Federal do Paraná (UFPR) como instituição responsável. Os profissionais envolvidos são de diversos estados do país e, majoritariamente, professores universitários.

O documento traz uma breve caracterização de cada uma das coleções disponibilizadas. Apresenta-se uma pequena resenha contendo uma visão geral de cada obra, a descrição da organização dos conteúdos, um pequeno parecer analítico enfatizando as potencialidades de cada coleção e uma indicação sobre seu uso em sala de aula.

A descrição da organização de conteúdos em cada coleção mostra alguns pontos importantes.

Coleção	Volume 1 – Número de páginas e nomes das unidades	Volume 2 – Número de páginas e nomes das unidades	Volume 3 – Número de páginas e nomes das unidades
Áreas do conhecimento – Geografia*	192 p. / 1 – Os contrastes brasileiros; 2 – Noções de cartografia; 3 – A construção do território brasileiro; 4 – População mundial; 5 – A população brasileira; 6 – Recursos naturais e crescimento econômico; 7 – A industrialização do Brasil; 8 – A urbanização do Brasil e 9 – Os transportes no Brasil.	192 p. / 1 – O saber geográfico e o conhecimento do mundo; 2 – Regionalizações; 3 – Multiculturalismo e Geografia; 4 – Conflitos no espaço global – as Guerras mundiais, a Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial; 5 – A Nova Ordem Mundial e os movimentos nacionalistas e separatistas; 6 – A Nova Ordem Mundial e os conflitos tribais e religiosos; 7 – A Nova Ordem Mundial e as organizações internacionais; 8 – A América Latina na Antiga e na Nova Ordem Mundial e 9 – O mundo multipolarizado.	192 p. / 1 – O planeta terra como sistema; 2 – Questões ambientais globais; 3 – Aspectos da natureza brasileira; 4 – Questões ambientais do Brasil; 5 – Produção de alimentos x fome; 6 – O mundo do trabalho e 7 – Cartografias e as relações de poder.
Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil	336 p. / I – Natureza e tecnologias; II – Dinâmicas econômicas e poder mundial; III – Demografia e identidade cultural e IV – A nação brasileira	360 p. / I – O território brasileiro; II – O Brasil e a América Latina; III – Tempos de natureza e a questão ambiental; IV – Natureza e políticas ambientais no Brasil.	392 p. / A geografia da produção; II – Economia e dinâmicas territoriais no Brasil; III – Temas de Geografia regional: Brasil; Temas de Geografia regional: mundo.
Fronteiras da globalização	328 p. / I – A evolução da ciência geográfica e os principais conceitos da Geografia; II – O espaço geográfico; III – o espaço natural: a dinâmica da natureza; IV – O espaço natural: paisagens naturais do mundo; V – O espaço humanizado: população e urbanização; VI – O espaço humanizado: estado-nação, território; VII – O espaço modificado: a questão ambiental	312 p. / I – O capitalismo e a organização do espaço globalizado; II – O mundo em desenvolvimento: fronteira econômica e espaço globalizado; III – Atividades primárias na globalização; IV – A indústria no mundo globalizado e V – Fronteiras supranacionais: um novo poder.	328 p. / I – Brasil: o espaço natural; II – A ocupação do território: a população brasileira; III – O espaço industrial brasileiro; IV – Atividades primárias no Brasil; V – atividades terciárias no Brasil e VI – A questão ambiental no Brasil.

Geografia – Espaço e Vivência	208 p. / I – A dinâmica da natureza e as paisagens geográficas e II – A sociedade e a construção do espaço geográfico.	192 p. / I – Os espaços urbano e rural no mundo contemporâneo e II – Brasil: Estado, território e regionalização.	208 p. / I – A nova ordem e a regionalização do espaço mundial e II – Globalização, meio ambiente e desigualdades mundiais.
Geografia: o mundo em transição	288 p. / I – Geo-história e Geocartografia; II – Geoeconomia; III – Geopolítica e IV – Geofísica	328 p. / I – Geodemografia; II – Globalização e regionalização; III – As potências asiáticas; IV – Periferias e perspectivas mundiais	312 p. / I – Brasil: formação territorial e geoeconomia; II – População e cidadania no Brasil; III – Geofísica do Brasil; IV – Geografia regional do Brasil.
Geografia geral e do Brasil – espaço geográfico e globalização	248 p. / I – Fundamentos de Cartografia e II – Geografia física e meio ambiente;	272 p. / I – Mundo contemporâneo: economia, geopolítica e sociedade e II – Industrialização e comércio internacional;	272 p. / I – Brasil: industrialização e política econômica; II – Energia e Meio Ambiente; III – População; IV – Espaço urbano e o processo de urbanização e V – O espaço rural e a produção agropecuária.
Geografia global	168 p. / I – Dinâmica espacial; II – Geologia e relevo e III – Dinâmica da produção mineral e energética.	192 p. / I – Dinâmica da natureza: clima e vegetação; II – Dinâmicas da natureza: hidrografia e energia elétrica e III – Dinâmica da população.	208 p. / I – Da ordem bipolar à nova ordem mundial; O mundo atual: desigualdades e conflitos; III – A produção industrial e IV – A produção agropecuária no Brasil e no mundo.
Geografia para o ensino médio*	176 p. - / 1 – Espaço e representação: a linguagem da Geografia; 2 – As terras emersas e as implantações humanas; 3 – Os climas e as sociedades; 4 – Os domínios de natureza e o patrimônio ambiental; 5 – Da natureza aos recursos naturais; 6 – Tecnologias e espaço geográfico; 7 – A energia e o aquecimento global e 8 – Agricultura e segurança alimentar.	208 p. / 1 – Sociedade e Estado; 2 – A natureza do território; 3 – Construção do território nacional; 4 – As cidades e o espaço brasileiro; 5 – A indústria e o território brasileiro; 6 – A agricultura e a questão agrária; 7 – Políticas energéticas, 8 – População e trabalho; 9 – O espaço das metrópoles e 10 – Políticas territoriais: Nordeste e Amazônia.	224 p. / 1 – O sistema mundial; 2 – A economia da globalização; 3 – O caleidoscópio das desigualdades; 4 – Estados Unidos, a hiperpotência; 5 – União Europeia, o projeto da unidade; 6 – A Rússia e o ‘exterior próximo’; 7 – Japão e Tigres Asiáticos; 8 – A China e a globalização; 9 – Índia, potência emergente; 10 – O Brasil e a América do Sul; 11 – Geopolítica do Oriente Médio; 12 – Unidade e diversidade.
Geografia: sociedade e cotidiano	272 p. / I – O espaço geográfico; II – A sociedade; III – Geografia, ambiente e desenvolvimento.	304 p. / I – Formação territorial e regionalização do Brasil; II – Sociedade, economia e natureza; III – População, espaço urbano e redes.	328 p. / I – Organização do espaço geográfico mundial; II – Regiões socioeconômicas mundiais; III – Questões do mundo contemporâneo.

Projeto Eco – Geografia	240 p. / I – Fundamentos da cartografia; II – Interações no espaço natural; III – Interações no espaço social e IV – Interações entre sociedade e natureza.	272 p. / I – Natureza e questões ambientais no Brasil; II – Estrutura e qualidade de vida da população brasileira; III – Espaços produtivos no Brasil e IV – Gestão do território e regionalização.	240 p. / I – O espaço mundial; II – Reorganização econômico-tecnológica do espaço mundial; III – A economia transformando o espaço mundial e IV – As grandes questões mundiais do século XXI.
Ser Protagonista – Geografia	248 p. / I – A produção do espaço no capitalismo; II – A dinâmica da natureza; III – Espaço agrário; IV – A representação do espaço produzido	264 p. / I – Paisagens naturais; II – A produção do espaço industrial; III – Dinâmicas populacionais e IV – Urbanização e movimentos sociais.	248 p. / I – A produção do espaço político; II – A nova ordem internacional; III – O espaço político: focos de tensão e IV – Os desafios políticos do século XXI.
Território e sociedade no mundo globalizado	304 p. / I – Era da informação e sistemas de informações geográficas; II – Estrutura, forma e dinâmica da Terra e as atividades humanas; III – Clima e formações vegetais; IV – As águas do planeta; V – Natureza, sociedade e ambiente.	352 p. / I – Contexto histórico e geopolítico do mundo atual; II – A economia mundial e a globalização; III – Infraestrutura e desenvolvimento; IV – Espaço e produção.	304 p. / I – Etnia, diversidade cultural e conflitos; II – Espaço geográfico e urbanização; III – Espaço, sociedade e economia e IV: Brasil: perspectivas e regionalização.
* A coleção não apresenta divisão por unidades, por isso foram transcritos os títulos dos capítulos.			

Quadro 1 – Número de páginas e distribuição de conteúdos por unidades das coleções selecionadas para análise

Fonte: Brasil (2011).

Pode-se constatar grande variedade na organização das coleções. Em primeiro lugar, nota-se que o número de páginas dos volumes – algo não especificado por edital – varia bastante, sendo o maior livro o volume 3 da coleção **Conexões**, com 392 páginas, número um pouco superior ao dobro da quantidade de páginas do menor livro, o volume 1 da coleção **Geografia global**, com 168 páginas. Trata-se de algo que precisa ser levado em consideração quando tratamos da seleção de passagens dentre os textos didáticos, mesmo que seja apenas um aspecto quantitativo.

Sobre a distribuição de conteúdos, percebe-se que as coleções normalmente dedicam seu primeiro volume a questões conceituais ou conteúdos de Geografia Física. O segundo e o terceiro volumes apresentam

predominantemente conteúdos de Geografia do Brasil (principalmente o segundo) e regionalização do espaço mundial (na maioria dos casos, no terceiro livro). Algumas coleções possuem volumes com conteúdos diversificados, enquanto a coleção **Áreas do conhecimento** destaca-se por ser uma exceção, trazendo conteúdos de Geografia do Brasil e mundial nos primeiros volumes e dedicando o último livro a questões de Geografia Física, Ambiental e à Cartografia.

Quanto à proposta pedagógica, o guia do PNLD de Geografia (BRASIL, 2011) apresenta oito exigências: coerência e adequação metodológica; articulação pedagógica e progressão do ensino-aprendizagem entre os volumes; desenvolvimento de capacidades e do pensar crítico do aluno; diferentes gêneros textuais e adequação da linguagem; representação cartográfica e adequação da exploração de ilustrações; respeito às diversidades; valorização de gênero e não violência; valorização de afrodescendentes e indígenas. Os três últimos elementos foram agrupados numa seção denominada “cidadania”.

Coleção	Coerência e adequação metodológica	Articulação pedagógica e progressão do ensino-aprendizagem entre os volumes	Desenvolvimento de capacidades do pensar crítico dos alunos	Diferentes gêneros textuais e adequação da linguagem	Representação cartográfica e adequação da exploração de ilustrações	Respeito às diversidades	Valorização de gênero e não violência	Valorização de afrodescendentes e indígenas
						Cidadania		
Área do conhecimento – Geografia								
Conexões: Estudos de Geografia Geral e do Brasil								
Fronteiras da globalização								
Geografia – Espaço e Vivência								
Geografia: o mundo em transição								
Geografia geral e do Brasil – espaço geográfico e globalização								
Geografia global								
Geografia para o ensino médio								
Geografia: sociedade e cotidiano								
Projeto Eco – Geografia								
Ser Protagonista: Geografia								
Território e sociedade no mundo globalizado								
Legenda		Muito bom		Suficiente			Fraco	

Quadro 2 – Caracterização das coleções selecionadas para análise, segundo sua proposta pedagógica

Fonte: Brasil (2011). Elaborado pelo autor.

Percebe-se que, segundo o guia do PNLD (BRASIL, 2011), as 12 coleções mostraram-se, de maneira geral, suficientes em termos de proposta pedagógica. Nos cinco primeiros critérios, apenas a coleção **Projeto Eco** recebeu avaliação “fraca” em dois aspectos. Por outro lado, três coleções (**Geografia: o mundo em**

transição, Geografia geral e do Brasil e Geografia: sociedade e cotidiano)

receberam quatro avaliações “muito bom” nos mesmos critérios.

Porém, considerados apenas os itens identificados como “cidadania”, chama a atenção o predomínio, no conjunto das coleções, da avaliação “fraca”. Apenas a coleção **Ser Protagonista** recebeu avaliação “muito bom” em um desses critérios, enquanto quatro coleções (**Fronteiras da globalização, Geografia – Espaço e Vivência, Geografia global e Geografia para ensino médio**) foram avaliadas como “fracas” nesses três itens. Mesmo que vista com ponderação, essa avaliação sinaliza uma área na qual as coleções didáticas de Geografia para ensino médio ainda precisam mostrar maior desenvolvimento.

3.3 AS COLEÇÕES DIDÁTICAS: LEITURA E SELEÇÃO

Conforme discutido, este trabalho de pesquisa apoia-se em um extenso levantamento dos textos de coleções de livros didáticos de Geografia para ensino médio. No total, foram sinalizados 1.632 trechos em 870 páginas, sendo 182 páginas nos primeiros volumes das coleções, 358 nos segundos e 331 nos terceiros.

Assim, foi realizada uma distribuição dos trechos selecionados, segundo a classificação estabelecida na metodologia deste trabalho, cujo resultado pode ser sistematizado em quadros gerais.

Temas / Coleção	Agricultura e Questões Agrárias	Geografia e Atividade Industrial	Meio Ambiente	Geografia e Sociedade	Geografia e Questões Urbanas	Processos Político-Territoriais	Total
Geografia: sociedade e cotidiano	0	0	5	1	6	1	13
Ser Protagonista – Geografia	39	16	1	3	0	0	59
Geografia – Espaço e Vivência	0	4	0	11	0	0	15
Áreas do conhecimento – Geografia	0	2	9	29	4	17	61
Projeto Eco – Geografia	7	0	0	4	13	0	24
Fronteiras da globalização	0	0	0	3	4	1	9
Geografia para Ensino Médio	7	5	1	0	0	0	13
Território e sociedade no mundo globalizado	1	0	1	5	0	0	7
Geografia global	0	0	0	0	0	0	0
Geografia: o mundo em transição	9	0	0	8	4	7	28
Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização	0	0	6	1	0	0	7
Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil	9	3	0	56	5	9	82
Totais	72	30	23	121	36	35	317

Quadro 3 – Número de trechos selecionados por classe temática – Volume 1

Temas / Coleção	Agricultura e Questões Agrárias	Geografia e Atividade Industrial	Meio Ambiente	Geografia e Sociedade	Geografia e Questões Urbanas	Processos Político-Territoriais	Total
Geografia: sociedade e cotidiano	29	0	7	5	10	22	73
Ser Protagonista – Geografia	13	22	6	7	18	3	69
Geografia – Espaço e Vivência	21	3	0	5	4	13	46
Áreas do conhecimento – Geografia	0	5	0	27	0	19	51
Projeto Eco – Geografia	6	4	0	9	3	4	26
Fronteiras da globalização	0	14	0	15	0	0	29
Geografia para Ensino Médio	36	10	3	9	16	7	81
Território e sociedade no mundo globalizado	30	9	0	30	0	0	69
Geografia global	9	2	0	9	8	0	28
Geografia: o mundo em transição	3	2	0	62	16	11	94
Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização	1	26	0	27	3	1	58
Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil	2	0	0	17	0	9	28
Total	150	97	16	222	78	89	652

Quadro 4 – Número de trechos selecionados por classe temática – Volume 2

Temas / Coleção	Agricultura e Questões Agrárias	Geografia e Atividade Industrial	Meio Ambiente	Geografia e Sociedade	Geografia e Questões Urbanas	Processos Político-Territoriais	Total
Geografia: sociedade e cotidiano	6	4	0	25	0	0	35
Ser Protagonista – Geografia	7	4	0	24	2	11	48
Geografia – Espaço e Vivência	2	3	0	35	5	0	45
Áreas do conhecimento – Geografia	36	7	2	1	0	0	46
Projeto Eco – Geografia	2	15	0	36	0	0	53
Fronteiras da globalização	14	4	1	2	1	0	22
Geografia para Ensino Médio	5	1	0	19	2	9	36
Território e sociedade no mundo globalizado	3	0	0	31	12	13	59
Geografia global	18	7	0	14	0	5	44
Geografia: o mundo em transição	29	7	0	40	0	32	108
Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização	7	4	0	29	5	0	45
Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil	34	14	0	15	10	18	91
Total	163	70	3	271	37	88	632

Quadro 5 – Número de trechos selecionados por classe temática – Volume 3

O número total de trechos selecionados por volume acompanha também o número de páginas selecionadas, conforme mostrado anteriormente. Dessa forma, percebe-se que normalmente os livros trabalham com o conceito de classes sociais nos volumes 2 e 3 de suas coleções, enquanto os volumes iniciais apresentaram pouca utilização desse conceito. As exceções foram as coleções **Conexões** e **Áreas do conhecimento**, que apresentaram menor número de trechos sinalizados em seus volumes 2 e 3, respectivamente.

É possível sinalizar também uma concentração da utilização do conceito de classes sociais em dois grupos temáticos: Geografia e Sociedade e Agricultura e Questões Agrárias. A primeira categoria agrega ao todo 614 citações, o que corresponde a aproximadamente 38% do total. Já a segunda agrupa 385 citações, o que representa cerca de 24% do total. Conforme se verá mais adiante, esses números podem ser considerados como consequência da alocação de discussões sobre distribuição de renda dentro do grupo Geografia e Sociedade, assim como da tônica utilizada pela maioria das coleções para discutir os conflitos sociais no campo, principalmente no caso brasileiro.

Por outro lado, o grupo onde se registrou o menor número de citações foi Meio Ambiente. Acreditamos que isso sinaliza uma maior dificuldade de penetração das discussões relativas às classes sociais nesse tema.

4 O QUE DIZEM OS LIVROS DIDÁTICOS SOBRE CLASSES SOCIAIS QUANDO DISCUTEM...?

Neste capítulo são apresentados os textos relacionados a classes sociais que foram identificados nas coleções didáticas analisadas. Conforme visto no capítulo anterior, essa seleção resultou num conjunto bastante volumoso, sendo impossível trazê-lo integralmente para o texto da tese.

Para tornar essa leitura acessível, a classificação dos textos em grupos temáticos foi transformada em subdivisões para este capítulo. Por sua vez, cada tema será visitado por meio de questões formuladas a partir da identificação de tópicos de discussão comuns às coleções.

Também com o propósito de organizar a exposição e as análises dos textos, serão transcritas passagens que exemplifiquem os tipos de argumentação. Para retratar ao máximo a diversidade de posições, textos com linhas argumentativas semelhantes serão apenas referenciados a partir de um exemplo comum.

Cabe lembrar aqui a opção, a fim de dinamizar a leitura, de não seguir o padrão autor-data para remeter às referências bibliográficas dos livros didáticos, preferindo-se indicar a origem dos excertos pelo nome da coleção acompanhado do número do volume e página em que eles se localizam. As referências completas encontram-se na seção de referências desta tese.

4.1 GEOGRAFIA E SOCIEDADE

O grupo temático denominado Geografia e Sociedade foi aquele que recebeu o maior número de passagens assinaladas. Nele estão reunidos textos destinados a discutir sociedades do ponto de vista de suas respectivas constituições. Também faz parte desse conjunto temático os debates que envolvem teorias demográficas e processos de deslocamentos migratórios.

4.1.1 Qual a compreensão apresentada nos livros didáticos sobre a composição das sociedades?

A análise da composição das sociedades, isto é, a identificação de seus diferentes sujeitos, é abordada em diferentes momentos das coleções didáticas. É possível encontrar abordagens sobre esse assunto em todos os volumes das coleções.

O reconhecimento de contrastes e desigualdades na sociedade é o primeiro passo dessa análise. É o caso das leituras que identificam a existência de ricos e pobres, sinalizam a má distribuição de renda, comparam os níveis de consumo entre grupos da sociedade e etc.

É o caso, por exemplo, da comparação da participação das frações mais ricas e mais pobres no conjunto da renda de um determinado recorte territorial. Essa ilustração é frequentemente utilizada pelos livros didáticos para exemplificar

desigualdades sociais. É o que faz a coleção **Geografia geral e do Brasil** (v. 2, p. 223), para apresentar a situação atual da África do Sul:

Apesar da extinção do apartheid, a desigualdade socioeconômica permanece. A África do Sul é um dos países com pior distribuição de renda no mundo: segundo o relatório 2009 do Banco Mundial, os 10% mais ricos se apropriam de 44,9% da renda nacional e os 10% mais pobres, de 1,3%. Segundo mesmo relatório, 26,2% da população vive na pobreza (com menos de 2 dólares/dia) e 42,9% na extrema pobreza (com menos de 1,25 dólar/dia). A maioria da população pobre é composta de negros.

Esse também é um procedimento adotado quando se apresenta o Brasil:

No Brasil, a concentração de renda é um dos traços mais marcantes da desigualdade social. O nível de concentração de renda, um dos mais acentuados do mundo, destaca-se pelo fato de os 10% mais ricos da população terem, em média, rendimentos cerca de 20 vezes maiores que os dos 40% mais pobres. Soma-se a isso o fato de a minoria abastada controlar aproximadamente 40% do PIB brasileiro, cerca de 1,1 trilhão de reais. Nos Estados Unidos, por exemplo, os 10% mais ricos detêm cerca de 25% do valor do PIB.

A desigualdade referente aos rendimentos dos brasileiros gera um “abismo” entre ricos e pobres no que diz respeito ao acesso à alimentação, aos bens de consumo e a serviços essenciais, como saúde, educação e moradia. Esse quadro de desigualdades sociais gera um processo de intensa exclusão social, que se revela, por exemplo, por meio do crescimento da população sem moradia nas cidades e do aumento do número de desempregados e de analfabetos, ou seja, do número cada vez maior de pessoas privadas de seus direitos básicos. (**Geografia – Espaço e Vivência**, v. 3, p. 177-178)

O mesmo tipo de comparação é utilizado aqui para traçar um perfil da América Latina:

Dados de 2008 do Banco Mundial indicam que a América Latina reúne os países com distribuição de renda mais desigual do mundo. Os 10% mais ricos da população detêm quase 50% da renda, enquanto os 10% mais pobres dispõem de um pouco mais de 1% da renda. A pobreza na América Latina atinge 220 milhões de pessoas (100 milhões em condições de pobreza extrema). Essas diferenças se manifestam em todos os níveis: renda, lazer, acesso a serviços de educação, saúde, transporte, saneamento e condições de habitação. (**Conexões**, v. 2, p. 102)

O que se nota, porém, é que normalmente as caracterizações desse tipo não são acompanhadas por aprofundamentos sobre aspectos estruturais dessas sociedades. A compreensão apresentada pelos textos, portanto, limita-se a apontar características gerais, perdendo a oportunidade de estabelecer relações entre diferentes visões sobre classes sociais.

Uma notável exceção é a coleção **Áreas do conhecimento**. Logo em suas primeiras páginas, a obra apresenta o Brasil ao leitor da seguinte forma:

Tudo isso faz do Brasil um país de contrastes. Porém, um dos aspectos dos contrastes brasileiros pode ser considerado como muito negativo: a exclusão social.

[...]

E é justamente a existência de tantas carências que explica o surgimento de diversos movimentos sociais, como o Grito dos Excluídos, o Movimento dos Sem-Terra (MST), o Movimento dos Sem Teto (MTST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Em diversos momentos e lugares, somente a união dos esforços dos excluídos sociais pode levá-los à solução de seus problemas.

As raízes da concentração de renda no Brasil são históricas, podendo ser explicadas pelo modelo de colonização do país, baseado na escravidão, na monocultura e no latifúndio.

[...]

Se compararmos a renda média dos 10% mais ricos com os 40% mais pobres, veremos que os primeiros têm uma renda média 17 vezes maior. Além da questão da renda, a desigualdade se manifesta em outros aspectos da vida das pessoas, como é o caso do acesso a serviços públicos. [...] Isso quer dizer também que a falta de hospitais, saneamento básico, educação de qualidade, segurança, tudo isso constitui uma grande parte da concentração de renda no Brasil. A falta desses serviços causa muitos prejuízos a toda a população e sérias limitações principalmente aos mais pobres. (**Áreas do conhecimento**, v. 1, p. 7-8;11)

Nota-se, no exemplo acima, um encadeamento entre as ideias de, de um lado, concentração de renda e, numa perspectiva mais ampla, exclusão social e, de outro, elementos estruturais. Igualmente, a existência de movimentos sociais

pode ser vista como expressões de movimentos de classe, estando igualmente relacionadas às demais características. Essa proximidade não foi registrada em outras coleções.

Isso não quer dizer que perspectivas mais estruturais, ou seja, que visualizem classes por meio de elementos como a relação de propriedade, não sejam encontradas. Elas estão presentes, mas em momentos distintos dos que foram citados anteriormente. Em geral, essas leituras sobre a composição das sociedades são expostas como partes de apresentações generalistas sobre o capitalismo ou sobre o processo de industrialização nos momentos iniciais dos volumes, ou na primeira unidade dedicada a conteúdos de Geografia Humana.

Assim se dá com a coleção **Fronteiras da globalização** (v. 2, p. 9), que registra, logo no início de seu segundo volume, que “o capitalismo teve origem na Europa, entre os séculos XIII e XIV, com o renascimento urbano e comercial e o surgimento de uma nova classe social – a burguesia, que se dedicava ao comércio e a atividades financeiras”. O mesmo pode ser observado no segundo volume da coleção **Geografia Geral e do Brasil** (v. 2, p. 18):

Foi Karl Marx (1818-1883), um dos mais influentes pensadores dos séculos XIX e XX, quem desvendou o mecanismo da exploração capitalista, definindo o conceito de mais-valia. A toda jornada de trabalho corresponde uma remuneração, que garantirá a subsistência do trabalhador. No entanto, o trabalhador produz um valor a mais do que recebe como salário. Essa quantidade de trabalho não pago permanece em poder dos proprietários das fábricas, lojas, fazendas, minas e outros empreendimentos. Dessa forma, em todo produto ou serviço está embutido esse valor, que é apropriado pelo dono desses meios de produção, permitindo o acúmulo de lucro pela burguesia (a classe dos capitalistas).

A coleção **Ser Protagonista** diferencia-se das duas coleções supracitadas por pautar a discussão sobre a formação do capitalismo no início de seu primeiro

volume. No entanto a leitura apresentada é bastante semelhante:

Os centros urbanos passaram a ser o local de um novo grupo social que se formou com o desenvolvimento do comércio: os burgueses. Ricos comerciantes, eles se tornaram o grupo dominante. Com os burgueses, as trocas passaram a ter embutido um valor de venda sempre superior ao valor de compra. Essa diferença constituía o capital da burguesia. Nascia, assim, a primeira fase do capitalismo – o capitalismo comercial ou mercantil. (**Ser Protagonista**, v. 1, p. 11)

Sobre estruturas societárias diferentes da sociedade capitalista, os exemplos das coleções didáticas são igualmente pouco numerosos e diversos. As referências às sociedades feudais em geral apenas acompanham as descrições sobre o processo de formação do capitalismo. A coleção **Geografia: o mundo em transição** (v. 1, p. 78) traz um exemplo da extensão desse olhar estrutural sobre o feudalismo:

A sociedade feudal era dividida em duas principais classes: os servos – camponeses, que trabalhavam em troca de proteção e do uso em proveito próprio de uma porção de terras do feudo; e os senhores feudais – a classe dominante, proprietária dos feudos.

Com a expansão do comércio e, a partir do século XV, com a manufatura, desenvolveu-se uma nova relação de trabalho, diferente da relação servil: a relação assalariada. Nessa relação, os camponeses que fugiram para as cidades trabalhavam para os burgueses em troca de um salário, passando assim a ser proletários e não mais servos.

No mais, as referências ao feudalismo não vão além da descrição da evolução do capitalismo em países como Rússia e Japão, como em **Conexões** (v. 3, p. 332) e **Geografia Geral e do Brasil** (v. 2, p. 172).

Também não são numerosas, nas coleções em foco, as análises detalhadas sobre as sociedades originárias da América. As que apresentaram esse tipo de leitura foram **Conexões**, no segundo volume, e **Geografia:**

sociedade e cotidiano, no terceiro. A primeira traz a passagem mais elaborada, na qual, junto às discussões sobre a introdução de escravos africanos nas colônias americanas, explora-se também a submissão das sociedades nativas desse continente. Sobre os maias, faz-se a seguinte colocação:

Os maias possuíam um sistema de escrita em hieróglifos e faziam avançados cálculos matemáticos e observações astronômicas. Além das elites dominantes (militares e sacerdotes), existiam os comerciantes, artesãos, camponeses (regime de servidão) e escravos. O governo teocrático, organizado em cidades-estado, tinha como principais centros urbanos Palenque, Copan e Tical. A cidade maia de Teotihuacan possuía um complexo de 600 pirâmides. (**Conexões**, v. 2, p. 88)

A questão da quantidade de abordagens é um pouco diferente quanto às discussões sobre escravidão, seja sobre seu funcionamento, seja sobre seu fim. Um número maior de coleções dedica espaço a essa questão, assim como ela se faz presente em maior quantidade de volumes e seções. Naturalmente, o passado colonial-escravista brasileiro contribui para tal diferença.

A caracterização mais sintética sobre a sociedade colonial brasileira possivelmente é a que traz o segundo volume da coleção **Geografia: sociedade e cotidiano**. Nela se lê:

O grupo dominante na sociedade que se estabeleceu nesse período constituía-se de altos funcionários da Corte, que defendiam os interesses lusitanos; de comerciantes, que intermediavam o comércio do açúcar; e dos sesmeiros, proprietários de terras. O grupo social dominado era composto de pobres – brancos, negros e índios, escravizados ou não. (**Geografia: sociedade e cotidiano**, v. 2, p. 61)

Outro exemplo pode ser extraído da coleção **Geografia para o ensino médio**:

A nação brasileira apresenta expressiva diversidade cultural, que decorre da formação histórica da sociedade. A colonização portuguesa utilizou-se da mão de obra escrava, e o tráfico atlântico representou um grande negócio para as elites luso-brasileiras antes e depois da independência. (**Geografia para o ensino médio**, v. 2, p. 9)

4.1.2 O que dizem sobre teorias demográficas?

As teorias sobre evolução populacional são objeto de discussão há séculos. Os estudos sociais contemporâneos consagraram as ideias do inglês Thomas Malthus e as críticas tecidas a ela como ponto de partida para a demografia moderna. Esse debate é bastante caro à Geografia, sendo frequentemente abordado nos livros didáticos da disciplina. Entretanto, o baixo número de coleções que assinalam o aspecto classista subjacente a esse tema sinaliza que esse viés ainda é pouco explorado no ensino de Geografia.

Uma das exceções é a coleção **Ser Protagonista**. Já na apresentação do capítulo, o texto enfatiza a origem social de Malthus e o contexto em que ele elabora suas ideias:

Economista e pastor protestante, Malthus escreveu a obra *Ensaio sobre o princípio da população* em 1798, época de grandes transformações técnicas, econômicas e sociais na Inglaterra e na Europa Ocidental. As máquinas introduzidas nas fábricas expulsavam milhares de trabalhadores, muitos dos quais eram substituídos por mulheres e crianças com salários mais baixos. Desemprego, migração, transformação da vida familiar e aumento da mortalidade geral e infantil tornaram-se parte do cotidiano dos grupos sociais menos favorecidos.

Malthus afirmava que a pobreza dos trabalhadores não se devia às diferenças entre patrões e empregados. Segundo ele, a miséria seria capaz de reequilibrar a desproporção natural entre o crescimento da população e a produção de alimentos. Tornou-se muito conhecido um dos princípios de sua teoria: “A população sem limitações aumenta em proporção geométrica. Os meios de subsistência aumentam somente em proporção aritmética”. (**Ser Protagonista**, v. 2, p. 153)

Na sequência, o texto ressalta as posições de Marx, reconhecido como crítico do trabalho de Malthus, a respeito do assunto. Bastante diferente é o tratamento desprendido pela da coleção **Geografia global** para as críticas sobre as posições malthusianas, no qual o nome de Marx é omitido, embora seja possível reconhecer algumas colocações inspiradas em suas contribuições. Nas palavras do livro:

O antimalthusianismo não é propriamente uma teoria; caracteriza-se muito mais como a visão de um grupo de estudiosos sobre o problema do crescimento demográfico mundial. Esses estudiosos se opõem às teses defendidas pelos malthusianos, e suas idéias são contrárias às de Malthus, entre outros aspectos, porque eles não aceitam que o crescimento populacional seja sempre tão acelerado, em qualquer época ou em qualquer lugar.

Segundo os antimalthusianos, apenas as camadas mais pobres da população dos países em desenvolvimento se reproduzem em ritmo associado a uma progressão geométrica. Na visão desses estudiosos, não se verifica um crescimento demográfico tão acelerado nos países desenvolvidos, nem mesmo nas populações de classe média e alta dos países em desenvolvimento. Assim, o problema seria, então, a miséria que afeta as populações mais pobres, e não a limitada capacidade de produzir alimentos.

A acelerada natalidade entre os pobres seria conveniente para o sistema econômico, pois representa, ao mesmo tempo, a reprodução dos trabalhadores, garantindo para as empresas a oferta de mão de obra em abundância no futuro, formando o denominado “exército industrial de reserva”, ou, de forma mais ampla, o “exército de reserva de mão de obra”, essencial para a obtenção de lucro, com o pagamento de salários baixos. (**Geografia global**, v. 2, p. 114)

Também apresentam abordagens sobre a questão populacional semelhantes a esta as coleções **Fronteira da globalização** (v. 1, p. 182 e 189) e **Geografia geral e do Brasil** (v. 3, p. 115-116). Por outro lado, a coleção **Geografia: sociedade e cotidiano** diferencia-se ao sinalizar, em seu terceiro volume, o vínculo entre as proposições teóricas malthusianas e os interesses de classes sociais na Inglaterra. Nas palavras do livro:

Para alguns estudiosos, Malthus defendia e legitimava a economia e a sua classe, a burguesia. Opunha-se ao socialismo e era contrário à assistência do Estado aos mais pobres, pois isto estimularia o crescimento populacional. Acreditava que a miséria funcionava como um obstáculo positivo, pois reequilibrava a desproporção entre o crescimento populacional e a produção de alimentos. (**Geografia: sociedade e cotidiano**, v. 3, p. 222)

O sentido da teoria malthusiana muda significativamente quando é vista por esse ângulo, tornando-se uma expressão de uma classe. A coleção **Território e sociedade** (v. 3, p. 140) também pontua a relação entre classes e demografia, ao sintetizar a crítica marxista às ideias de Malthus:

Karl Marx foi o principal pensador que discordou das ideias malthusianas. Para ele, o grande responsável pela fome e a carência da população era o sistema capitalista, que gerava as injustiças sociais e a má distribuição de riqueza entre as classes sociais. Marx argumentava que os empresários capitalistas mantinham estrategicamente certo número de desempregados (um exército industrial de reserva), para manter baixos os salários.

4.1.3 Como os livros didáticos apresentam as migrações?

As coleções didáticas estudadas apresentam descrições e análises sobre movimentos migratórios em diversas unidades e capítulos. Em um número bastante numeroso deles foi possível identificar abordagens que dialogavam com o conceito de classes sociais.

A leitura clássica sobre migrações envolve o reconhecimento de fatores repulsivos nos lugares de origem dos fluxos migratórios e de fatores atrativos em seus destinos. Entre esses fatores, podem aparecer elementos relacionados à

questão da renda. É o caso da coleção **Projeto Eco** (v. 2, p. 141), na qual se encontra a seguinte leitura:

Os fatores de expulsão têm origem na fome, na desigualdade de renda, na exploração da mão de obra, no excesso populacional, na falta de moradia, no desemprego e no subemprego e na ineficiência dos sistemas agrários, em que predomina uma agricultura de subsistência. Além desses fatores, podem ser citadas também as guerras e epidemias, responsáveis por provocar a emigração.

A coleção **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 3, p. 165) também recorre a esse tipo de análise, ao comentar os fluxos migratórios de trabalhadores no contemporâneo:

destaca-se o crescente trânsito de trabalhadores, oriundos principalmente dos países subdesenvolvidos e vítimas de problemas socioeconômicos internos (pobreza, desemprego, concentração de renda, crises financeiras, etc.), decorrentes do processo de globalização, em direção às nações mais prósperas, tanto em nível regional como em nível mundial.

No terceiro volume de **Geografia geral e do Brasil**, os autores dão outro exemplo de abordagem de fenômenos migratórios pela questão da renda, ao discutir a emigração de brasileiros nos anos 1980. Dessa vez, porém, o texto traz também a questão da propriedade da terra para discutir a ida de brasileiros para o Paraguai:

Do início da década de 1980 até a crise mundial que se iniciou em 2008, muitos brasileiros se transferiram para os Estados Unidos, Japão e Europa (especialmente Portugal, Inglaterra, Espanha e França), entre outros destinos, em busca de melhores condições de vida, já que no Brasil os salários pagos são muitos baixos se comparados aos desses países e os índices de desemprego e subemprego costumam ser mais elevados. Há também um grande número de brasileiros estabelecidos no Paraguai, quase todos produtores rurais que para ali se dirigiram em busca de terras baratas e de uma carga tributária menor que a brasileira. Como a maioria dos emigrantes entram clandestinamente nos países a

que se dirigem, há estimativas precárias sobre o volume total do fluxo migratório. (**Geografia geral e do Brasil**, v. 3, p. 143)

Um número maior de coleções assinala a relação entre fluxos migratórios e a formação de contingentes de trabalhadores para atender às demandas de atividades agrícolas ou industriais. Naturalmente, a migração forçada de africanos escravizados ao Brasil é lembrada:

Além do processo colonizador português, o primeiro movimento migratório no Brasil teve início por volta da segunda metade do século XVI com a entrada de africanos escravizados trazidos em grandes levas do golfo da Guiné (região onde hoje está a Nigéria) e, posteriormente, de Angola e Moçambique. O tráfico durou cerca de três séculos, até sua proibição, em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós. (**Ser Protagonista**, v. 2, p. 184)

Também é citada a migração de colonos com vistas à substituição dos escravos, no final do século XIX:

O principal elemento de atração de imigrantes para o Sudeste foi o trabalho na lavoura cafeeira, em que substituíram a mão de obra escrava, proibida no país a partir de 1888. No Sul, eles promoveram a efetiva ocupação das terras e asseguraram a posse do território nacional. Nessa região, os imigrantes instalaram-se em pequenas propriedades rurais de áreas interioranas ainda não desbravadas. (**Geografia – Espaço e Vivência**, v. 2, p. 23)

A obra **Geografia para o ensino médio** (v. 3, p. 47) enfatiza um aspecto estrutural do processo migratório, ao dizer:

As migrações internacionais são fluxos de populações que atravessam fronteiras políticas deslocando-se de sua nação de origem para fixar residência, legal ou ilegalmente, em países estrangeiros. As mais constantes migrações internacionais da atualidade têm causas econômicas: são transferências geográficas de força de trabalho de uma economia para outra. Há, porém, importantes fluxos internacionais de refugiados, ou seja, pessoas que deixam países assolados por guerras civis, conflitos étnicos e perseguições políticas.

Nos fluxos motivados por razões econômicas, o ponto de origem do movimento migratório corresponde a uma economia incapaz de absorver a força de trabalho e de garantir padrões aceitáveis de remuneração. O ponto de chegada do movimento migratório corresponde a uma economia que apresenta demanda de força de trabalho. A imigração satisfaz essa demanda.

Por fim, algumas coleções apresentam os fluxos migratórios como fenômenos políticos. São textos que relacionam os deslocamentos humanos aos interesses e ações de classes sociais dominantes. Algumas coleções lembram esse fato ainda ao comentar as migrações para o Brasil durante a segunda metade do século XIX:

A razão principal para incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil, uma iniciativa do Estado e de particulares (notadamente fazendeiros), foi a necessidade de conseguir mão de obra para a lavoura cafeeira. Quando o tráfico de escravos cessou, a partir de 1850, a imigração intensificou-se. Antes disso, ela já ocorria, mas em pequeno número. Pode-se afirmar que começou mesmo em 1808, com a vinda da família real e a abertura dos portos às nações amigas. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 3, p. 141)

A elite dirigente do Império do Brasil tinha o programa de criação de uma “civilização europeia nos trópicos”. Na hora da Abolição, os negros representavam 13% da população brasileira, e os mestiços 40%. Sob o influxo das teorias racistas da época, as elites brasileiras almejavam o “branqueamento” do país – e essa meta representou uma das motivações para o estímulo à imigração europeia. (**Geografia para o ensino médio**, v. 2, p. 16)

Também se menciona, no terceiro volume da obra **Território e sociedade**, a existência de partidos políticos que se organizam em torno da temática da imigração. Novamente, a questão ganha contornos políticos, excedendo os limites da leitura clássica dos processos migratórios:

Em quase todos os países desenvolvidos, são encontrados grupos políticos de extrema direita contrários à entrada de imigrantes. Esses grupos, dependendo do país, contam com o apoio de parcela significativa da população e, em muitos casos, chegam a propor o

repatriamento de imigrantes, inclusive daqueles que tiveram sua situação regularizada. (**Território e sociedade**, v. 3, p. 189)

4.2 MEIO AMBIENTE

Conforme visto, as coleções didáticas de Geografia para ensino médio dedicam uma parcela significativa de seus volumes a conteúdos relacionados a dinâmicas naturais. A utilização de denominações como “meio ambiente” demonstra a intenção de ir além da Geografia Física pura e incorporar questões ambientais contemporâneas. Por isso, torna-se oportuno averiguar também em que medida as obras incorporaram o conceito de classes sociais em seus textos desse tema.

O número de passagens que utilizaram as classes sociais em suas argumentações foi bastante baixo. Entre os poucos momentos sinalizados, prevalecem leituras incipientes que relacionam desigualdades de renda e de consumo aos problemas ambientais. É o caso da coleção **Áreas do conhecimento** (v. 1, p. 118), que comenta sobre os níveis desiguais de consumo entre os países da seguinte forma:

Os países industrializados apresentam menos de 25% da população mundial, mas consomem 75% da energia global, 80% dos combustíveis comercializados e cerca de 85% dos produtos madeireiros.

Em contrapartida, nos países subdesenvolvidos a renda média equivale a apenas 5% da obtida em países industrializados, indicando que o consumo nesses países se restringe ao necessário ou a menos que isso. Mesmo assim, a pobreza também exerce pressão negativa sobre o meio ambiente uma vez que, em muitos casos, o comportamento de quem vive na miséria e na pobreza é predatório.

Classes ricas e pobres aparecem, portanto, como vetores da degradação ambiental. A sequência do texto esmiúça as diferenças decorrentes dessa situação:

Essa dualidade (pobreza/riqueza), cada vez mais ligada à expansão capitalista, gera tipos distintos de espaços:

[...]

- Os espaços de acumulação de renda e consumo (como as áreas de bairros mais caros elegantes das capitais brasileiras), onde vivem, trabalham e frequentam as classes mais ricas.

- Os espaços de carência social e desequilíbrio ambiental: os bairros carentes e as favelas, onde as classes sociais mais baixas convivem diretamente com os subprodutos do enriquecimento das elites sociais e com o comprometimento do meio ambiente (rios poluídos, enchentes, ocupação de áreas de risco para moradia – por falta de outra opção).

Note que, em muitos casos, as classes mais abastadas também são afetadas pelo desequilíbrio ambiental, como é o caso das elites de grandes metrópoles, tanto do Brasil como no resto do mundo. Contudo, para os que têm acesso ao capital, o uso ou a compra de imóveis em locais menos poluídos normalmente é considerado uma compensação de fim de semana ou de férias. Um luxo que, no entanto, não está acessível para toda a população. (**Áreas do conhecimento**, v. 1, p. 119)

A visão das classes pobres como agentes da degradação ambiental também aparece nas coleções **Território e sociedade** (v. 1, p. 92), **Ser Protagonista** (v. 2, p. 18) e **Fronteiras da globalização** (v. 3, p. 122), na qual, entre os problemas das cidades brasileiras, encontra-se relacionado o seguinte:

Aumento do número de favelas e cortiços que ocupam, muitas vezes, áreas de mananciais ou áreas florestais consideradas regiões de risco. Isso significa que os mananciais, isto é, as fontes de abastecimento de água, podem ser poluídos. Nas áreas florestais, o desmatamento de encostas põe em risco a vida das pessoas.

Há um número ainda menor de momentos em que as coleções relacionam classes sociais às questões ambientais sob uma ótica diferente. São passagens em que os textos apresentam ao leitor temas ambientais como alvo de sujeitos

com interesses conflitantes. É o que se encontra na coleção **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 1, p. 29):

Na Amazônia, por exemplo, observam-se as ações de cientistas, que pesquisam a floresta; de grileiros, que pretendem ocupar as terras para em seguida comercializá-las; de madeireiros, que buscam comercializar a madeira, muitas vezes devastando a floresta; e de ribeirinhos, que já vivem nessas áreas há muitos anos e desenvolvem formas de agricultura de subsistência. Há ainda o interesse dos grandes proprietários de terra em mudar o caráter de preservação permanente das áreas de proteção e a pressão internacional pelo aumento da produção de determinados alimentos em áreas rurais. São ações intencionais de grupos sociais, motivo pelo qual as paisagens dessas áreas podem ser consideradas humanizadas.

À diferença dos exemplos anteriores, o texto acima expõe os propósitos e as ações de diferentes grupos numa mesma área, transcendendo a leitura incipiente de classes como vetores de degradação. Na coleção **Ser Protagonista**, porém, um caso de dano ambiental é lembrado como estopim para a formação de um movimento social no Brasil: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). As origens e os interesses do grupo são apresentados da seguinte forma:

Esses lagos cobrem áreas anteriormente ocupadas por matas e florestas, grande quantidade de espécies animais e vegetais, além de comunidades rurais, cujas propriedades acabaram cobertas. As comunidades atingidas pela construção das hidrelétricas organizaram-se e formaram um movimento social.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) luta por indenizações justas e pelo reassentamento das famílias em outros locais. Portanto, luta para que as pessoas se mantenham como proprietárias. Ao longo do tempo, outras reivindicações, como a preservação do meio ambiente e a redução do custo das tarifas hidrelétricas, passaram a constar na pauta do movimento. (**Ser Protagonista**, v. 2, p. 241)

4.3 PROCESSOS POLÍTICO-TERRITORIAIS

Os Estados nacionais ocupam uma posição central na estruturação das coleções didáticas de Geografia estudadas. Isso fica visível na própria distribuição de conteúdos, já que a maioria absoluta das obras didáticas consagra um volume inteiro a discussões sobre o Brasil, ora começando por estudos sobre a estrutura física do território, ora começando por sua formação territorial. Não obstante, grande parte das coleções também dedica um volume à “Geografia Geral”, organizando unidades e capítulos por países, o que nos permite assinalar que, de alguma forma, esses livros convertem os Estados nacionais em organização curricular no ensino de Geografia. Torna-se interessante, portanto, saber se essas visões sobre o Estado dialogam com o conceito de classes sociais.

4.3.1 Como se deu a formação dos Estados nacionais e de seus territórios?

As origens e funções do Estado moderno são apenas brevemente discutidas por algumas coleções didáticas. Mais reduzido ainda é o número de vezes em que se recorre ao conceito de classes sociais para desenvolver esse tema.

Nota-se, em primeiro lugar, uma grande lacuna: em geral, não se apresentam definições sobre o que é o Estado nação. Uma boa exceção é a coleção **Geografia para ensino médio** (v. 3, p. 87), quando diz que:

O Estado-nação é uma construção cultural. Historicamente, é um empreendimento das elites políticas nacionalistas que, a partir dos

séculos XVIII e XIX, unificaram os povos em torno de conjuntos de valores, crenças, costumes e símbolos. Esse empreendimento conferiu uma identidade comum a populações que, antes, cultivavam diferentes tradições, falavam diversos dialetos e participavam de variados agrupamentos culturais. O nacionalismo borrou as lembranças das tradições singulares e produziu novas memórias. De sua fábrica, brotou a consciência nacional: a crença em um passado comum, o projeto de um futuro compartilhado.

Bastante diferente é a perspectiva da coleção **Ser Protagonista** (v. 3, p. 14), que faz uma rápida caracterização do Estado ao comentar sobre a construção do espaço geográfico:

O espaço geográfico é produzido por toda a sociedade. São agentes da produção do espaço tanto os indivíduos, as organizações e as empresas como os organismos do Estado. É este o responsável pela formulação e fiscalização das normas que orientam o processo.

Hoje, as grandes empresas desempenham o papel principal na produção do espaço. O que está em curso é a instalação das engrenagens necessárias ao processo de circulação do capital.

As empresas adquiriram tanta importância política, que os Estados organizam o território de modo a criar as melhores condições para que elas se instalem. Assim, a efetivação dos grandes projetos de infraestrutura responde não apenas às necessidades da população, mas também aos anseios das grandes corporações econômicas, sejam elas nacionais ou transnacionais.

Igualmente carente é o tema da historicização do Estado, abarcando sua gênese e suas transformações. A coleção **Conexões** é a que se destaca nesse tocante. É ela que assinala, em seu primeiro volume, a relação entre a ascensão do Estado moderno e o fortalecimento da classe burguesa frente às aristocracias dominantes durante o feudalismo. Assim descreve a situação anterior à organização dos Estados modernos:

Durante a Idade Média, o poder político não estava unificado geograficamente, mas encontrava-se fragmentado em um mosaico de principados, condados, ducados e domínios eclesiásticos, cada um com as suas leis e regras. Os reis não podiam aplicar impostos sem antes obter a concordância das aristocracias regionais. Cada uma das grandes

linhagens aristocráticas possuía seu próprio exército. Alguns desses exércitos eram maiores do que o do rei. O poder político nessa época não era territorial, mas pessoal. No auge do feudalismo europeu, as leis escritas foram substituídas pelas tradições locais, interpretadas pelo senhor de terras. Casamentos entre aristocratas de linhagens diferentes unificavam domínios, reorganizando o poder político segundo as ligações familiares. (**Conexões**, v. 1, p. 65)

Posteriormente, a Revolução Francesa é apontada como momento chave do processo de mudança dos Estados monárquicos feudais para os Estados contemporâneos. Narram-se brevemente os fatos da “revolta da burguesia contra o poder absoluto do monarca e contra os privilégios da nobreza” (**Conexões**, v. 1, p. 66) e pontua-se a importância desse evento para a formação das noções contemporâneas de direito e democracia.

Porém, não se avança na discussão da importância das classes sociais para a compreensão do Estado moderno. A relação entre as orientações político-ideológicas dos Estados e os interesses das classes sociais, por exemplo, é lembrada apenas quando se discute o surgimento do keynesianismo, no início do século XX:

O papel do Estado começou a mudar nessa época. A doutrina que melhor correspondia aos anseios da burguesia no século XVIII era o liberalismo econômico. Defendia a liberdade individual, a livre iniciativa e o direito à propriedade privada como princípios para assegurar o progresso. Segundo um deles, o do *laissez-faire*, o Estado não deveria mais atuar nem intervir na economia, mas apenas garantir a livre concorrência entre as empresas. Na primeira metade do século XX, diante das constantes crises geradas por esse sistema econômico, muitos economistas começaram a defender a intervenção do Estado como centralizador e regulador da economia. O economista John Maynard Keynes sintetizou essas ideias propondo uma intervenção estatal que conduzisse ao incremento da produção, dos investimentos públicos e dos empregos. Suas ideias ficaram conhecidas como keynesianismo. Sem interferir na autonomia das empresas privadas, o Estado capitalista tornou-se responsável pelo crescimento e pela promoção de alguns benefícios sociais, o chamado Estado de bem-estar social. (**Conexões**, v. 1, p. 91)

O fortalecimento dos Estados do século XIX em diante é o momento em que a obra **Geografia: o mundo em transição** (v. 1, p. 140) lembra da relação entre essa forma política e a existência de indivíduos e empresas também poderosos:

Até o século XIX ainda existiam pessoas poderosas, geralmente grandes proprietários de terras, que eram mais ricas do que o Estado sob o qual viviam. Dificilmente o Estado, até o século XVIII, possuía mais de 5% da riqueza total de uma sociedade nacional. Isso mudou radicalmente em todos os países do mundo: os Estados são quase sempre mais poderosos que qualquer pessoa ou empresa particular, por mais ricas que elas sejam. Em algumas nações, como por exemplo nos antigos países socialistas (União Soviética, Polônia, Alemanha Oriental, etc.), o Estado chegou a possuir mais de 90% de toda a riqueza da nação. Em outras, onde sua presença sempre foi menor, como nos Estados Unidos, por exemplo, ele chegou a concentrar cerca de 35% de toda riqueza no país.

4.3.2 Processos de formação territorial: Brasil e Estados Unidos

Nos livros didáticos estudados, a gênese da formação territorial brasileira é frequentemente explorada a partir da chegada dos colonizadores portugueses à América. Essa é a proposta da obra **Geografia: o mundo em transição** (v. 3, p. 13), que enfatiza o contato conflituoso entre os europeus e as sociedades nativas:

O Brasil foi, assim, uma construção na qual os colonizadores portugueses se apropriaram de certas áreas, geralmente expulsando, às vezes escravizando ou exterminando os indígenas que as ocupavam; com o tempo, expandiram o seu território e criaram neste novo mundo uma sociedade diferente, que um dia se tornou um Estado-Nação independente.

Segundo o livro, essa ação colonizadora deixou entre suas marcas a

formação de uma sociedade constituída principalmente por uma minoria de altíssima renda – que mantém ligações econômicas com o exterior – e uma maioria com baixa renda, que serve de força de trabalho barata. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 3, p. 15)

A coleção **Geografia: sociedade e cotidiano** oferece uma leitura semelhante. Entretanto, enfatiza que a distribuição daqueles grupos nativos derivava de disputas que antecederam o contato com os portugueses:

A constituição do território brasileiro resulta das relações históricas desencadeadas entre os diversos grupos sociais que aqui viviam e os que se estabeleceram a partir do processo de colonização. É importante destacar que até os dias atuais se configuram relações que influenciam a organização do espaço.

Para compreender a organização do espaço geográfico brasileiro, é preciso recorrer ao início, à história dos seus primeiros habitantes, ou seja, dos povos indígenas que aqui viviam antes da chegada dos colonizadores.

Quando os colonizadores portugueses chegaram às terras que posteriormente passaram a constituir o território brasileiro, calcula-se que existia uma população de cerca de 1 milhão de indivíduos, distribuídos em diversos grupos. A forma de ocupação do espaço no litoral resultara de vários conflitos que ocorreram havia um século, entre tribos do grupo tupi e antigos ocupantes originários de outros conjuntos. (**Geografia: sociedade e cotidiano**, v. 2, p. 13)

Após discutir a mudança de ritmo imposta pela colonização, os autores caracterizam o espaço colonial da seguinte forma:

A produção de cana-de-açúcar, baseada no desmatamento, no uso de mão de obra escrava e na grande propriedade, estabeleceu-se como sistema de *plantation* na Zona da Mata nordestina. Essa produção foi responsável pela introdução, mesmo que de forma muito simples, da mecanização nas atividades econômicas e pela importância econômica de Recife e Salvador. Além disso, essa atividade colaborou com o estabelecimento de uma primeira estrutura de circulação, embora restritiva, pois se limitava à faixa entre áreas produtivas interioranas e o litoral, onde havia os portos. Trata-se, portanto, de uma economia voltada para a exportação de matérias-primas e dependente da importação de manufaturados. (**Geografia: sociedade e cotidiano**, v. 2, p. 13)

Percebe-se a leitura das classes sociais através do binômio escravidão-latifúndio. A coleção **Conexões** (v. 2, p. 19) faz uma abordagem um pouco mais profunda, ao caracterizar essa nova classe que se instalava junto com o regime colonial:

A fundação da vila de São Vicente no litoral paulista, em 1532, assinalou o início da colonização dos domínios portugueses na América, com a distribuição das primeiras sesmarias.

[...]

No território colonial, os sesmeiros eram homens da pequena nobreza, militares ou navegantes, que recebiam as suas glebas como recompensa por serviços prestados à Coroa. Ao tomarem posse das suas terras, ficavam obrigados apenas a fazê-las produzir em alguns anos (em geral cinco) e pagar o dízimo à Ordem de Cristo.

Na coleção **Áreas do conhecimento** (v. 1, p. 51), o binômio escravidão-latifúndio também é ponto de partida para uma leitura política do ordenamento espacial colonial brasileiro – com ênfase nas classes dominantes:

Outra herança desse passado colonial foi a consolidação política da força das várias elites regionais, que disputavam entre si o domínio da República. Em termos práticos, até a metade do século XX, o Brasil continuaria marcado pela existência de “ilhas de poder”, comandadas por cafeicultores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, estancieiros do Rio Grande do Sul, usineiros de açúcar do Nordeste, produtores da borracha na Amazônia, entre outros.

Mas é a coleção **Geografia para ensino médio**, também em seu segundo livro, que vai destacar o vínculo entre a organização territorial, a estruturação do Estado e a classe de proprietários de terra na sociedade colonial brasileira. Em suas palavras:

Nos tempos coloniais, os municípios representavam uma importante fonte de poder. As câmaras municipais, constituídas por representantes eleitos pelos “homens bons”, ou seja, os grandes proprietários de terra, dispunham de prerrogativas como criar impostos, definir preços de produtos e até mesmo recusar funcionários nomeados pela Coroa. Algumas câmaras mais poderosas chegaram a enviar representantes permanentes a Lisboa. Essa estrutura de poder local fazia o interesse público identificar-se ao interesse privado dos proprietários de terra, convertendo a política numa extensão dos negócios particulares. (**Geografia para o ensino médio**, v. 2, p. 18)

A construção do Estado brasileiro e de seu território é vista à luz da derrocada da escravidão ao longo do século XIX, o que comprometeu forças políticas regionais. O enfraquecimento dessas antigas elites suscitou levantes e rebeliões, mas também criou o ensejo para a repressão por parte do nascente Império brasileiro, o que favoreceu a concentração de poder entorno da família real. Novamente, usando o texto da referida coleção:

No processo de construção da unidade, o Império reprimiu rebeliões autonomistas e separatistas nas províncias, impondo a autoridade central às elites regionais. A solda econômica e política que ligava as províncias era o instituto da escravidão. As elites regionais eram incapazes de sustentar, contra as pressões britânicas, a continuidade do tráfico escravista. Essa tarefa, que só podia ser realizada pelo governo imperial, condensava o interesse comum das elites, que se acomodaram ao Estado unitário. (**Geografia para o ensino médio**, v. 2, p. 18)

Nota-se que as metamorfoses do Estado e do território brasileiro no século XIX são apresentadas conjuntamente. Na sequência, o texto relaciona a crise definitiva do Estado imperial ao fim da escravidão, sua base sustentadora, e ao novo período de relativa fragmentação territorial do poder com o início da república. Nesse novo período, “os partidos políticos se estruturaram em bases estaduais. As elites dos estados mais ricos e populosos – São Paulo e Minas Gerais – fizeram da autonomia política um trampolim para capturar o poder central” (**Geografia para o ensino médio**, v. 2, p. 19). O Estado é colocado à

disposição dos interesses de proprietários de terra, sobretudo de cafeicultores paulistas. A Revolução de 1930 e a ascensão de Vargas são mostradas como ruptura desse regime, ao mesmo tempo em que são tomadas como um momento de transformações nas relações entre as classes sociais dominantes (**Geografia para o ensino médio**, v. 2, p. 21).

A dinâmica do Estado brasileiro a partir da década de 1930 também é vista à luz da interação entre classes na coleção **Geografia: o mundo em transição**. As consequências da transferência de poder no nível federal são colocadas da seguinte forma:

Com o apoio de novas camadas sociais dominantes (industriais, banqueiros), que queriam enfraquecer o poder das oligarquias regionais (fazendeiros e comerciantes), e com o argumento de “promover o desenvolvimento” do país, o governo federal passou a monopolizar uma parcela cada vez maior do poder econômico e político. Os impostos interestaduais foram abolidos, as forças armadas nacionais fortalecidas e as milícias estaduais enfraquecidas (certos armamentos passaram a ser exclusividade do exército, da marinha ou da aeronáutica) e, principalmente, os recursos financeiros se concentraram na União. Além disso, no Brasil as leis federais são demasiado detalhistas e não deixam muita liberdade para as leis estaduais ou municipais; durante algum tempo houve até casos de governadores e prefeitos que não foram eleitos pela própria população local, mas nomeados pelo governo federal. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 3, p. 160)

Por fim, as coleções didáticas estudadas não apresentam uso do conceito de classes sociais para caracterizar a situação contemporânea do Estado brasileiro como um todo. Em geral, elas discutem a realidade atual com maior detalhamento por meio de capítulos sobre regiões. Discutiremos esses textos na seção sobre regionalização.

Além do Brasil, os Estados Unidos são o país cuja formação é analisada com maior detalhamento pelas obras didáticas estudadas. O esforço de compreender a gênese do Estado e do território estadunidense revela também

diferentes abordagens, por parte das coleções, no que diz respeito à atenção dada à questão das classes sociais. Do conjunto das obras didáticas, três se destacam pela forma como constroem suas explicações: **Geografia: o mundo em transição**, **Geografia para o ensino médio** e **Conexões**.

As diferenças estabelecidas entre as colônias do Norte e do Sul das possessões inglesas na América é o primeiro aspecto que as coleções didáticas debatem utilizando o conceito de classes sociais. Na coleção **Geografia: o mundo em transição** (v. 2, p. 104), as regiões são caracterizadas da seguinte forma:

Essa colonização está intimamente ligada ao que ocorria na Inglaterra desde o começo do século XVI. As graves disputas político-religiosas internas levaram um grande número de ingleses – a maioria bem situada economicamente – a procurar construir suas vidas fora da Europa. Por isso, as colônias do norte do continente americano eram também conhecidas como Nova Inglaterra.

Em seguida, afirma-se que “as colônias do sul, por sua vez, desenvolveram grandes propriedades agrícolas e empregaram mão de obra escrava” (**Geografia: o mundo em transição**, v. 2, p. 105). Posição semelhante encontra-se no terceiro volume da obra **Conexões** (v. 3, p. 321):

Em meados do século XIX, completada a expansão territorial que definiu suas fronteiras nacionais, os Estados Unidos dispunham de um território de dimensões continentais, estendendo-se do Atlântico ao Pacífico.

Entretanto, tratava-se de um país internamente desarticulado: nas colônias do norte, o trabalho livre e as propriedades familiares estruturavam uma economia próspera, fundamentada na indústria nascente e no mercado interno em expansão. As colônias do sul, escravistas, organizavam-se em torno de grandes fazendas monocultoras, voltadas para a exportação.

A vitória das tropas da União, representando os estados do norte, na Guerra de Secessão (1861-1865), destruiu o poder político da aristocracia de plantadores do sul e unificou o país em torno de grandes fazendas monocultoras, voltadas para a exportação.

Ainda a respeito das consequências da Guerra de Secessão, a coleção **Geografia: o mundo em transição** (v. 2, p. 107) faz uma comparação com o Brasil, ao dizer:

Essa vitória da parte mais industrializada e moderna dos Estados Unidos sobre o sul escravocrata e latifundiário foi essencial para a posterior expansão – e o poderio – desse país e também para o fato de ter se tornado uma economia desenvolvida. Pois o sul tinha uma economia e uma estrutura social que lembravam mais o Brasil, que, apesar de ter sido uma rica colônia, tornou-se um país subdesenvolvido e com extrema concentração na distribuição social da renda.

Em seguida, a mesma obra afirma, novamente em comparação com o Brasil, que o processo de distribuição de terras durante o século XIX deu novo contorno às classes sociais nos Estados Unidos:

O país se tornou assim majoritariamente um país de pequenos e médios proprietários de terras, algo que, conforme demonstram inúmeras pesquisas – que comprovaram que um município com pequenos proprietários da terra rural sempre é mais rico do que aqueles onde há uma concentração em grandes fazendas –, gera uma sociedade mais coesa, estável e dinâmica. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 2, p. 109)

A coleção **Geografia para o ensino médio** é, no entanto, mais detalhista quanto aos interesses das classes dominantes em cada uma das regiões de colonização daquele que viria a ser o território estadunidense. Em seu terceiro volume, destaca os interesses e as divergências de cada uma delas, evidenciando as raízes sociais dos diferentes modos de ordenamento territorial desenvolvidos naquele momento e traçando um longo paralelo, que culmina na Guerra Civil americana do século XIX. É o que se lê no longo trecho a seguir:

Essas diferenças socioeconômicas explicam o duplo padrão de

ocupação das terras incorporadas ao país. O “novo norte”, formado pelas áreas setentrionais da Louisiana francesa, foi ocupado por agricultores independentes. O “novo sul”, isto é, a Flórida e o Texas, por latifundiários escravistas.

O norte, em processo de industrialização e urbanização, defendia a mão de obra livre nos novos estados do oeste. A criação de um mercado interno forte era muito importante para os negócios do norte. Já os fazendeiros do sul necessitavam de novas áreas para as suas *plantations* – que eram sistemas de produção agrícola baseados na monocultura, de um único vegetal para exportação, utilizando o trabalho escravo –, e não abriam mão de seus escravos.

Para a burguesia do norte, o governo federal deveria cobrar tarifas alfandegárias elevadas sobre as manufaturas importadas; os fazendeiros do sul lutavam pelo livre-cambismo, pois disso dependia a competitividade de seus produtos e o acesso às manufaturas mais baratas.

Os empresários do norte defendiam a construção de ferrovias, a fim de facilitar o comércio entre as cidades do leste e as áreas agrícolas do oeste; os latifundiários do sul utilizavam o rio Mississípi nas poucas relações comerciais que mantinham com o oeste, e se recusavam a financiar a construção de estradas.

A guerra de Secessão (1861-1865) nasceu desse conjunto de divergências. (**Geografia para o ensino médio**, v. 3, p. 60)

Uma exposição semelhante é encontrada na coleção **Geografia geral e do Brasil** (v. 20, p. 153-154).

4.3.3 Qual a visão apresentada sobre dinâmicas regionais?

Praticamente todas as coleções recorrem às análises regionais em suas exposições, sobretudo quando o objetivo é discutir o Brasil. Nelas se encontram também alguns dos momentos em que as coleções promovem maior detalhamento sobre a ação de classes sociais, sobretudo nos textos dedicados às regiões Nordeste e Norte.

As primeiras definições apresentadas sobre a região Nordeste já listam a

desigualdade como uma característica marcante. Por exemplo, na coleção **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 2, p. 130) lemos, no início da seção sobre essa região:

Parte do Nordeste sofre com as secas prolongadas e a região apresenta alguns dos indicadores socioeconômicos mais baixos do país, principalmente nas áreas rurais. Entretanto, ainda que a pobreza e a desigualdade social sejam traços característicos desse complexo regional, nos últimos anos houve nessa região um desenvolvimento socioeconômico mais intenso que no restante do país, com melhoras em indicadores como o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita.

A coleção **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 2, p. 54) tece seus comentários iniciais de forma crítica à visão do Nordeste como “paraíso” e sugere uma relação entre esse discurso e interesses de classes dominantes:

Mas a ideia de Nordeste como um refúgio paradisíaco também deve ser questionada. Há muita comercialização da paisagem por meio da atividade turística. Assim, são ocultados os problemas sociais decorrentes da concentração de renda e da pobreza. Mostra-se apenas a visão de beleza natural, lugares bastante ensolarados o ano inteiro e praias paradisíacas, com hotéis confortáveis; apresenta também um patrimônio arquitetônico valioso, como você pode observar nas imagens anteriores.

Todos esses discursos e visões devem ser analisados criticamente, pois trazem consigo preconceitos, estereótipos e até mesmo posicionamentos de classes dominantes que se beneficiaram dessas concepções por muitos anos. Portanto, a realidade nordestina apresenta contradições comuns à constituição de qualquer espaço geográfico.

A obra **Geografia: o mundo em transição** inicia suas discussões sobre esse tema traçando comparativos assumidamente simplificados entre as regiões brasileiras. O Nordeste, que também é apresentado como herdeiro de relações coloniais, é colocado como lócus de relações arcaicas em contraste com outras regiões que apresentam relações modernas:

De forma resumida, simplificando um pouco, pode-se dizer que o Nordeste simboliza o "Brasil velho ou colonial", onde houve intenso uso de mão de obra escrava e ainda há forte presença dos latifúndios e dos senhores de engenho ou usinas. O Centro-Sul identifica-se mais com o "Brasil novo", da indústria e da modernização, com grande presença de imigrantes italianos, espanhóis, japoneses, eslavos, alemães, etc. A Amazônia, por sua vez, seria potencialmente a "região do futuro", a área que, nos dias de hoje, conhece maior crescimento demográfico, com intensas transformações.

É lógico que essa caracterização não é de todo verdadeira, pois há elementos do "Brasil novo" no Nordeste, que apresenta inúmeras áreas industrializadas e modernas, principalmente na Bahia e em Pernambuco. A participação do Nordeste na economia brasileira, por sinal, cresceu de cerca de 12% do PIB nacional em 1980 para cerca de 14% em 2008. E, por outro lado, também há forte presença do "Brasil velho ou colonial" no Centro-Sul, com latifúndios e áreas predominantemente agrícolas que remuneraram muito mal os trabalhadores. E na Amazônia nota-se a presença desses dois elementos, embora essa imensa região seja ainda caracterizada pela floresta e pelas baixas densidades demográficas, pelos desmatamentos e por conflitos pela posse da terra. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 3, p. 241-242)

Entretanto, apesar da ressalva quanto à comparação, um trecho posterior do texto retoma a imagem do Nordeste como região definida pela pobreza da maioria sua população e pela existência de uma classe privilegiada:

Quando se fala em miséria, em pobreza absoluta, em insuficiência alimentar, pensa-se logo na região Nordeste. Mas isso é apenas meia verdade. Todos esses problemas sociais são encontrados também nas demais regiões brasileiras, embora no Nordeste eles sejam mais acentuados. O nível de vida da população nordestina em geral é muito baixo. Além disso, existe uma classe dominante – uma pequena minoria da população – que concentra em suas mãos parte considerável das riquezas regionais, o que faz com que um grande número de nordestinos migre, a cada ano, para as demais regiões do país, em busca de melhores condições de vida. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 3, p. 252)

Já a coleção **Território e sociedade** (v. 3, p. 258) vincula a existência da estrutura de classes da região nordestina a seu passado colonial:

a estrutura social e a organização econômica do período do Brasil

colônia, característica da economia açucareira e das outras atividades desenvolvidas na região, são sentidas até hoje na sociedade e no espaço nordestinos. São exemplos a grande concentração de terras nas propriedades rurais e a forte influência dos “coronéis” na vida política, ou seja, dos latifundiários.

Ainda a respeito do período colonial brasileiro, a coleção **Geografia: sociedade e cotidiano** faz uma caracterização socioespacial a partir da ação econômica das diferentes classes que lá se instalaram. Nela aparecem os portugueses colonizadores, os “homens livres” e os escravos:

A Coroa portuguesa criou núcleos permanentes de ocupação na região, em cidades como Olinda, Porto Seguro e Salvador, em um primeiro momento, a mão de obra foi a indígena, com relações de trabalho escravista. Mais tarde foi estimulado o uso da mão de obra escrava e o tráfico negreiro vindo da África. Portugueses que tinham capital e pudessem estabelecer um projeto colonial receberam sesmarias, nas quais se produzia cana-de-açúcar, no sistema de *plantation* (grandes propriedades, destinada à exploração).

A organização econômica desse período foi responsável por uma organização espacial que se reproduz direta ou indiretamente no Nordeste atual. A produção voltava-se exclusivamente para a exportação; exceção feita à pequena lavoura desenvolvida nas chamadas “franjas de terras”, pelos homens livres e pobres e também por escravos. Por causa da necessidade de exportação, as vilas e as cidades mais importantes se localizavam próximo ao litoral, característica do Nordeste até os dias atuais, pois suas capitais, com exceção de Teresina, estão situadas na costa. (**Geografia: sociedade e cotidiano**, v. 2, p. 61)

Assim, a área que corresponde ao atual Nordeste é apresentada como primeiro centro de poder do Brasil colônia. O deslocamento do eixo político durante o século XIX é visto a partir de mudanças como “as transformações no capitalismo internacional e a constituição de uma nova classe dominante nacional que apresentava interesses diversos, a Região Centro-Sul tornou-se o novo centro de comando do país” (**Geografia: sociedade e cotidiano**, v. 2, p. 62).

Outro assunto relativo à região Nordeste trabalhado à luz do conceito de classes sociais é o papel da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

(Sudene). Destacam-se, nesse ponto, as coleções **Geografia – Espaço e Vivência**, **Geografia para o ensino médio**, **Território e sociedade** e **Conexões**.

Segundo a coleção **Geografia para o ensino médio** (v. 2, p. 173), a Sudene nasce marcada por um objetivo político:

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), fruto do relatório GTDN [Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste], nasceu em 1960 como instrumento para subordinar econômica e politicamente as oligarquias nordestinas. A lei que criou a Sudene definiu como sua área de atuação os nove estados nordestinos e o extremo norte de Minas Gerais. Em 1998, toda a porção mineira do vale do Jequitinhonha e o norte do Espírito Santo foram incluídos na área de atuação da Sudene (veja o mapa).

Em seu segundo volume, a obra **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 2, p. 132) enfatiza como esse órgão de fomento terminou capturado pelos interesses das classes dominantes nordestinas:

muitas vezes, projetos da Sudene beneficiavam mais a minoria influente da região, como fazendeiros, políticos e grandes empresários, do que a parcela realmente necessitada da população. Dessa forma, a instituição se desviou de seu objetivo principal, que era impulsionar a economia regional e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região.

A coleção **Território e sociedade** (v. 3, p. 261) também salienta esse desvio nos objetivos da Sudene:

A Sudene teve seus objetivos iniciais desvirtuados. Quando foi criada, um de seus principais focos – segundo o economista Celso Furtado – era a promoção de uma reforma agrária que contribuísse efetivamente para reduzir a concentração da propriedade rural e gerasse melhorias nas condições socioeconômicas dos trabalhadores rurais.

Mas, no decorrer dos anos 1960, priorizou-se a instalação de indústrias, oferecendo incentivos aos empresários que investissem na região, como redução ou isenção de impostos e empréstimos a juros mais baixos. Entretanto, a utilização de tecnologias avançadas nas indústrias que se instalaram e a modernização de indústrias que já faziam parte do espaço

nordestino, como as têxteis, não permitiram a geração expressiva de novos empregos.

Por fim, há também momentos em que as coleções caracterizam a situação atual da região nordestina. Em alguns desses textos encontramos também elementos referentes às classes sociais. A respeito da conjuntura presente, a coleção **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 2, p. 143) destaca o seguinte:

Mesmo com todo esse desenvolvimento econômico, especialistas afirmam que o crescimento da região está apenas no começo, pois no Nordeste ocorre o menor consumo per capita do país e, nele, ainda há grande desigualdade na distribuição da riqueza. Pesquisas recentes revelam que existe uma acentuada concentração de renda na região. Aproximadamente 33% dos consumidores com maior poder aquisitivo estão nas três principais regiões metropolitanas do Nordeste: Salvador, Recife e Fortaleza.

Dessa forma, a despeito do grande potencial econômico do Nordeste, ainda é necessário solucionar os principais e mais antigos problemas da região, como a concentração de terras e de renda, o alto índice de desemprego e a baixa qualidade de vida de grande parte da população.

Nota-se que, na visão da coleção, a desigualdade de renda aparece associada a problemas estruturais, como concentração de terra. Na obra **Território e sociedade** (v. 3, p. 261), encontra-se uma visão um pouco diferente que, embora destaque a persistência da pobreza, enfatiza a posição do Nordeste no conjunto da nação e em relação a outras regiões:

Apesar do crescimento econômico recente baseado na industrialização, a pobreza ainda afeta milhões de nordestinos. A qualificação da mão de obra é inferior à média nacional e não houve uma participação mais significativa da economia da região no conjunto da economia nacional. Enquanto o PIB do Nordeste representa cerca de 14% do PIB brasileiro, o do Centro-Sul atinge aproximadamente 80%.

O foco na questão da renda persiste inclusive quando se avalia que, por

causa da má distribuição de renda, “o mercado de consumo se restringe, historicamente, à classe alta e a uma reduzida classe média, que de fato se beneficiaram das modernizações da região, impedindo um maior dinamismo da economia do Nordeste” (**Território e sociedade**, v. 3, p. 262). Por isso, são apontados como importantes fatores de mudança da situação nordestina o programa Bolsa Família e a política de reajustes do salário mínimo da década de 2000 que, por sua vez, gera elevação das aposentadorias. Na sequência, a coleção conclui: “Isso demonstra o papel fundamental do poder público na estruturação de transformações socioeconômicas que promovem a melhoria das condições de vida da população mais pobre” (**Território e sociedade**, v. 3, p. 262).

A segunda região que recebeu mais comentários relacionados às classes sociais foi a Norte. Nesse recorte territorial, as classes aparecem recorrentemente associadas à problemática do uso e da propriedade da terra e da floresta Amazônica. As transformações dessa questão ao longo da história e a ação do Estado brasileiro no ordenamento territorial da região norte são os assuntos discutidos nas coleções.

A respeito das diferentes fases do ordenamento territorial na atual região Norte, a coleção **Geografia: sociedade e cotidiano** propõe em seu segundo livro a delimitação de três fases distintas. Nelas se transformam a posição da região no contexto econômico global, as atividades econômicas, o papel do Estado e a composição das classes que habitam a região. É o que se lê no texto abaixo:

Na primeira fase, ocorreu a apropriação efetiva do território, marcada pela ocupação das terras situadas além da linha de Tordesilhas. Nesse processo, destacaram-se a comercialização das drogas do sertão e o papel de missionários de diversas ordens – jesuítas, carmelitas,

franciscanos - e de mercenários que ocupavam o vale do rio Amazonas em nome da Corte portuguesa.

Na segunda fase, de 1930 a 1985, houve um processo acelerado de ocupação da Amazônia planejado pelo governo brasileiro, embora essa ocupação não tenha ocorrido de maneira uniforme por toda a região. Nesse período, alguns acontecimentos são importantes para compreender o papel do Estado na Amazônia.

É durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) que a ocupação da Amazônia se efetiva, diante do projeto de modernização do país. Os governos locais consideravam a migração para a região da Amazônia uma forma de reduzir os conflitos sociais originados pela modernização da agricultura e pela consequente expulsão dos pequenos agricultores das Regiões Nordeste e Sudeste.

A Zona Franca marcou profundamente o desenvolvimento da Amazônia e sua criação trouxe consequências que perduram até os dias atuais, como os privilégios das classes dominantes, a exploração dos recursos naturais e o desrespeito às culturas locais e à sua biodiversidade.

[...]

A terceira fase iniciou-se em 1985 e se estende até os dias atuais. Dois processos com objetivos opostos marcam o início desse período: o Projeto Calha Norte, que representa a continuidade da “modernização” iniciada no período anterior, e a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, resultante de movimentos sociais de resistência à perda da terra. Esses projetos se desenvolveram com perspectivas distintas: de um lado, havia um propósito “desenvolvimentista” (Calha Norte); de outro, um conservacionista (Conselho Nacional dos Seringueiros). (**Geografia: sociedade e cotidiano**, v. 2, p. 36-37)

Traça-se, portanto, um retrato do Norte como região de interesses conflitantes e intensa exploração de recursos naturais e de trabalhadores, inicialmente indígenas, depois migrantes de outras regiões, o que acentuou conflitos.

Embora numa perspectiva menos histórica, a obra **Geografia – Espaço e Vivência** também pauta sua exposição sobre o Norte a partir do choque entre diferentes grupos. Num ponto de ênfase sobre a importância da mineração, ressalta:

Afora a mineração industrial realizada em grande escala, a existência de ouro e diamantes de aluvião, nas margens ou no leito dos rios, intensificou a atividade do garimpo em diversos cursos de água da região. Essa atividade de exploração mineral atraiu grande quantidade de migrantes de todas as partes do país, principalmente nordestinos,

mineiros e paulistas. Acredita-se que haja milhares de garimpeiros vivendo embrenhados na floresta Amazônica, sobretudo em territórios indígenas, o que estaria ocasionando a desestruturação sociocultural desses povos em razão do aumento da violência, da proliferação de doenças contagiosas e do alcoolismo. (**Geografia – Espaço e Vivência**, v. 2, p. 170)

O destaque feito pela coleção sobre a figura do garimpeiro na região Norte é o início de uma listagem de personagens envolvidos em conflitos. Na sequência do texto, entram em cena outros sujeitos: posseiros, grileiros, fazendeiros e madeireiros acirraram ainda mais a luta pela terra:

Outra figura que surgiu com a chegada de trabalhadores nordestinos foi a dos posseiros, agricultores migrantes que se apropriaram de terras devolutas ou de latifúndios improdutivos existentes na região, desenvolvendo geralmente agricultura de roçado itinerante, produzindo basicamente alimentos. Estima-se que haja aproximadamente 300 mil famílias de posseiros em toda a Amazônia Legal, vivendo e produzindo sem a propriedade da terra.

Com o passar dos anos, a realidade das populações amazônicas (de indígenas, extrativistas e posseiros) sofreu profundas transformações em razão da implantação de centenas de projetos econômicos para exploração das riquezas naturais e para a colonização de terras, entre as décadas de 1960 e 1980. As terras dessa região passaram a ser muito valorizadas, principalmente por causa dos intensos fluxos migratórios (estima-se que cerca de 4 milhões de brasileiros tenham se deslocado para a Amazônia nesse período), mas também por causa da implantação de infra-estrutura, como estradas de rodagem, rede elétrica e de telefonia. Em decorrência disso, o processo de apropriação do espaço natural amazônico pelo capital privado nacional e internacional tornou-se real e intenso, provocando o surgimento de novos atores sociais, como os fazendeiros (pecuaristas e agricultores), os madeireiros (oriundos, sobretudo, do Sul-Sudeste do país) e as grandes empresas de exploração de minérios, muitas com capital estrangeiro, que passaram a explorar de forma desordenada os recursos naturais da Amazônia. (**Geografia – Espaço e Vivência**, v. 2, p. 172-173)

A coleção **Geografia: o mundo em transição** também apresenta uma listagem de sujeitos sociais envolvidos em conflitos pela posse da terra na Amazônia. Além de diferenças de nomenclaturas (com alguns nomes como “jagunços” e “população ribeirinha”) e da forma de exposição (em tópicos), a diferença em relação à coleção **Geografia – Espaço e Vivência** dá-se pela

diferenciação entre uma Amazônia tradicionalmente extrativista e pouco povoada do passado e a Amazônia de hoje, que ainda é habitada pelas populações de antes, mas é “caracterizada muito mais pelos conflitos pela posse de terras, pelos enormes desmatamentos e pela violência que marca as relações entre novos personagens” (**Geografia: o mundo em transição**, v. 3, p. 272)

Por fim, também a coleção **Conexões** (v. 3, p. 234) coloca o conflito como traço marcante da região Norte:

O conflito entre o modo de ocupação tradicional e o moderno, representado pelos eixos viários, expressou-se na tensão social que envolveu índios, posseiros e grileiros. Até os dias atuais, as disputas por terra configuram um “arco de violência” na Amazônia Legal.

O discurso que apresenta as demais regiões brasileiras lida com o conceito de classes sociais de um modo um pouco diferente. Se a região Nordeste é caracterizada pelas desigualdades sociais que apresenta e pelo poder de sua classe dominante, e a região Norte é vista como espaço de conflitos territoriais entre classes, as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul (ou simplesmente região Centro-Sul, regionalização empregada em algumas coleções) são vistas pela ótica do desenvolvimento econômico, aparecendo a questão das classes ora na construção da hegemonia econômica, ora entre os reveses intrínsecos ao capitalismo brasileiro.

As explicações sobre as origens da colonização dessa área invariavelmente relembram o emprego da força de trabalho escrava. Assim faz a coleção **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 2, p. 77) ao falar sobre a capitania de São Vicente:

A ocupação de São Vicente esteve, inicialmente, ligada à produção de cana-de-açúcar, em um modelo muito próximo do estabelecido para as capitanias mais ao norte, em grandes propriedades, com produção destinada à exportação e com uso de mão de obra escrava, no começo indígena e depois africana.

Também sobre o período colonial, a coleção **Conexões** destaca em seu terceiro volume um episódio de conflito entre bandeirantes e a corte portuguesa. Embora não se encontre a expressão “classe” no texto, fica evidente o conflito entre frações diferentes da sociedade quando se diz que

Os bandeirantes paulistas foram os responsáveis pelas primeiras descobertas e acreditavam que tinham o direito de posse e de exploração exclusiva das minas. A chegada de portugueses da metrópole e de aventureiros de diversas regiões da América Portuguesa culminou, entre 1708 e 1709, na Guerra dos Emboabas, o que exigiu uma intervenção direta da Coroa portuguesa. O conflito levou os portugueses a aumentar o controle da Corte nas terras das Minas Gerais, garantindo o fluxo do ouro para os cofres do reino e o saneamento das dívidas do estado Lusitano. (**Conexões**, v. 3, p. 218)

Os bandeirantes também são lembrados como agentes da expansão territorial brasileira. Em outro momento, ao discutir a região Sul, a coleção destaca que esse processo expansionista esteve também relacionado ao surgimento de outra classe social:

No século XVII, teve início uma das primeiras e mais importantes atividades econômicas da Região Sul – a pecuária. Preocupada em garantir a posse das terras na área, evitando o avanço espanhol, a Coroa portuguesa passou a distribuir lotes de terra aos tropeiros, permitindo que os rebanhos soltos, quase dizimados pela caça e venda na região mineradora, passassem a ser criados em grandes estâncias, de forma extensiva, espalhando-se pelo território do atual Rio Grande do Sul. Formava-se, assim, uma classe de grandes pecuaristas, que comercializavam charque ou carne-seca. (**Conexões**, v. 3, p. 251)

Ainda a respeito da região Sul, lembra-se a chegada dos migrantes europeus a partir da segunda metade do século XIX e seu impacto sobre a

estrutura fundiária. A coleção **Áreas do conhecimento** (v. 1, p. 14) segue na mesma linha, ao dizer que

Colonos europeus foram atraídos pela propaganda de terras próprias. Mesmo sem nenhum incentivo por parte do governo imperial, os novos colonos sobreviveram e, ao longo de gerações, se estabeleceram com gradativa melhoria nas condições de vida. O diferencial do Sul era o fato de que essas pessoas eram donas de suas propriedades e, ainda que pequenas, traziam o sustento necessário. Criou-se, dessa forma, uma população que usufruía dos benefícios do seu trabalho, diferentemente de outras áreas em que o lucro ficou concentrado nas mãos de poucas pessoas, condenando a maioria à miséria e à pobreza.

As coleções didáticas retomam o conceito de classes sociais ao discutir a economia contemporânea da região. A concentração industrial em torno de São Paulo é uma das oportunidades em que se manifestam questões de classe. É o que se depreende da leitura do terceiro livro da obra **Geografia global** (v. 3, p. 119), que, ao comentar sobre os “eixos” da industrialização paulista, afirma:

O primeiro eixo, servido pelo sistema Anchieta-Imigrantes, prolonga-se do ABC, na Grande São Paulo, até os centros industriais de Cubatão e Santos, na Baixada Santista. O ABC é um centro poli-industrial, onde se destacam a metalurgia, a indústria automobilística e a de auto-peças, além da indústria de móveis. A indústria metalúrgica local apresenta maior concentração de operários por estabelecimento do que a da cidade de São Paulo, principalmente em razão da presença das grandes montadoras de automóveis, núcleos de um forte movimento sindical característico da região [...].

A expansão para o interior do estado foi bastante acelerada na década de 1980: em razão das inúmeras crises econômicas, muitas indústrias afastaram-se da área metropolitana, buscando terrenos distantes da especulação imobiliária, mão de obra mais barata, áreas com menor atuação dos sindicatos, vantagens fiscais e tributárias, menor volume de tráfego e uma série de outros benefícios que já não dispunham no polo da Grande São Paulo.

Logo em seguida, o livro lembra também o Rio de Janeiro como segundo polo industrial brasileiro. A Baixada Fluminense, “onde se situa a refinaria Duque

de Caxias, é um centro poli-industrial com importante concentração de operários” (**Geografia global**, v. 3, p. 120). A região Sul também é lembrada, mas nela aparece um vínculo com a propriedade da terra:

Atualmente há na região grandes indústrias de origem transnacional – como a automobilística, em Curitiba. Mas o processo de industrialização sulino, em sua origem, seguiu um modelo muito peculiar, favorecido pela estrutura agrícola baseada na pequena propriedade e pela imigração europeia. (**Geografia global**, v. 3, p. 120)

Na realidade, a questão fundiária é o momento das discussões sobre o Centro-Sul brasileiro em que as obras didáticas estudadas fazem mais referências às classes sociais. Isso aparece na coleção **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 2, p. 151), quando se afirma que

Como vimos, nas últimas décadas, tanto o Estado como empresas privadas investiram grandes quantias no estabelecimento de um amplo complexo agroindustrial na região Centro-Sul do Brasil, com base na modernização de monoculturas comerciais (em geral cultivadas em latifúndios), em detrimento das policulturas alimentares (desenvolvidas, sobretudo, em pequenas e médias propriedades rurais).

Nos capítulos 6 e 7, vimos também que as linhas de crédito insuficientes ou com juros bancários altos levaram boa parte dos pequenos e médios produtores rurais ao endividamento e, conseqüentemente, à perda de suas terras, intensificando o processo de concentração fundiária na região. Além disso, a disseminação do modelo de desenvolvimento agrícola capitalista, baseado no agronegócio, passou a dispensar, principalmente a partir da década de 1970, um contingente expressivo de trabalhadores, que tiveram suas funções substituídas, em grande parte, pelas tecnologias empregadas nas grandes fazendas.

Todos esses fatores aumentaram a concentração fundiária no Centro-Sul e geraram um intenso processo de êxodo rural, impulsionando boa parte da população da região a abandonar o campo e migrar, sobretudo, para os médios e grandes centros urbanos.

A descrição do livro coloca Estado e empresas privadas em oposição a pequenos agricultores. Dessa forma, a questão da desigualdade de classes aparece como uma das conseqüências negativas do desenvolvimento da grande

agricultura, especialmente no Centro-Oeste, onde se reforça a concentração fundiária. É uma leitura semelhante à da coleção **Projeto Eco** (v. 2, p. 242):

Apesar do grande desenvolvimento observado na Região Centro-Oeste, há alguns impactos socioambientais a considerar. Um deles refere-se ao intenso processo de concentração fundiária, determinado pela perda da quantidade de estabelecimentos e pelo aumento da área explorada. Esse processo está intimamente ligado às transformações sob a forma de exploração agropecuária regional, que proporciona especulação com o preço das terras e o aumento da concentração fundiária. Esse fato favorece a expulsão dos pequenos produtores que, por sua vez, migram para as cidades em busca de trabalho.

Nas últimas três décadas, a ocupação do espaço e a exploração econômica no Centro-Oeste foram realizadas sem as medidas necessárias à preservação ambiental e à conservação dos recursos naturais. Os agentes produtivos particulares e governamentais focaram seus esforços e investimentos no aumento da produção e da expansão da fronteira agrícola e no apoio à disseminação de novas tecnologias agropecuárias.

A questão da subsistência de pequenos proprietários de terra no Centro-Sul é também tema de observações da obra **Território e sociedade**. Em seu terceiro livro, a coleção faz a seguinte colocação:

Com o processo de modernização da agricultura, aumentaram as exportações brasileiras de vários produtos, como a soja, a laranja, o fumo e o açúcar. No entanto, essa modernização não alterou a estrutura da distribuição de terras no campo. Pelo contrário, agravou o sério problema social brasileiro da concentração da propriedade rural.

Muitos agricultores tiveram de vender suas terras, principalmente os pequenos proprietários, cuja renda é obtida graças ao trabalho dos membros da família (agricultura familiar). Geralmente essas famílias de agricultores não possuem recursos para manter sua atividade, pois dificilmente conseguem empréstimos nos bancos para modernizar sua produção e aumentar a produtividade o suficiente para competir com as grandes empresas multinacionais. (**Território e sociedade**, v. 3, p. 271)

4.3.4 Como são analisados os processos de transformações políticas?

Algumas coleções didáticas apresentam textos dedicados a movimentos de tensão política e de disputa de poder. Normalmente, são abordados momentos em que o comando do Estado foi alvo de concorrência entre grupos distintos. Em função de seu passado soviético, a Rússia é o país estudado mais detalhadamente sob esse ponto de vista, e as coleções **Áreas do conhecimento**, **Geografia: o mundo em transição** e **Ser Protagonista** são aquelas que se destacam em suas análises.

A descrição dos antecedentes da Revolução Russa inaugura as discussões sobre a experiência soviética durante o século XX. Em seu segundo volume, a coleção **Áreas do conhecimento** (v. 2, p. 59) assim afirma:

Na verdade, apesar da grande extensão territorial, o império centralizado em Moscou era frágil, onde uma população fortemente agrária vivia em estado de penúria. Em pleno século XX, grande parte da Rússia não era industrializada e tinha aspectos de um império do século XVIII. Foi em novembro de 1917, sob a liderança de Vladimir Lênin, que os chamados bolcheviques iniciaram a Revolução Russa.

Na coleção **Ser Protagonista** (v. 3, p. 25), encontramos uma descrição semelhante, mas enfatizando o papel da burguesia russa na reação à revolução de fevereiro de 1917, evento que antecede a ascensão dos soviéticos ao poder:

Manifestações e greves eclodiram em todo o país, e, em fevereiro de 1917, a situação chegou ao clímax. A equivocada condução econômica e política do czar Nicolau II estimulou as ideias revolucionárias contra o czarismo.

Diante das pressões, o czar acionou as forças do exército, mas este se recusou a atacar a população. Sem apoio, Nicolau II renunciou e a república foi proclamada.

O governo provisório que se instalou na ocasião, controlado pelos liberais moderados, não chegou a atender às reivindicações populares – em especial a retirada da Rússia da guerra.

Um dos mais sérios problemas enfrentados pelo governo revolucionário foi a tentativa de restauração do regime czarista liderada pela burguesia russa.

Voltando à coleção **Áreas do conhecimento**, temos uma breve descrição do significado da Revolução Soviética sobre o panorama político-econômico russo. Também são feitas colocações sobre o stalinismo:

Com a vitória dos bolcheviques (maioria, em russo), a Rússia expandiu a revolução e criou a União Soviética, uma união de repúblicas socialistas comandadas a partir de Moscou. E foi começando por Josef Stálin (1878/1953) que os soviéticos consolidaram um espaço geográfico onde a livre empresa privada deu lugar ao planejamento estatal, conduzido por um partido único, o Partido Comunista. A União Soviética estatizou os meios de produção (indústrias e fazendas) e adotou um modelo coletivo de produção visando à formação do comunismo.

[...]

Mas o preço que a população pagou para chegar a esse desenvolvimento foi extremamente elevado. Sem capitais para investir em infra-estrutura, Stálin modernizou o país de modo brutal, por meio de trabalho forçado ou escravo. A União Soviética cresceu muito, mas sob um regime de terror e perseguição política, onde um Estado altamente centralizado criou uma camada de poder decisório (a chamada burocracia) sem contato com a realidade do restante do país. (**Áreas do conhecimento**, v. 2, p. 59)

O declínio da União Soviética é também alvo de análises que ressaltam a existência de classes sociais. Nesse caso, é a obra **Geografia: o mundo em transição** (v. 2, p. 147) que se projeta, ao fazer a seguinte descrição:

Isso [o fim da União Soviética] acabou ocorrendo no fim de 1991, após um frustrado golpe militar da chamada linha-dura, que queria acabar com a perestroika e fortalecer o centralismo. Para entendermos melhor isso, temos de recordar que o governo soviético mais liberal em 1991, aquele que conduzia a perestroika, enfrentava três tipos principais de oposição ou de pressões. De um lado, havia a chamada linha-dura ou corrente stalinista, representada pelas camadas burocráticas que se sentiam atingidas pela abertura econômica e política. Alguns militares de alta patente e importantes membros do Partido Comunista, único a monopolizar o poder político e o poder econômico durante quase setenta anos, desejavam, no fundo, manter a situação vigente nas últimas décadas. De outro lado, havia os chamados “progressistas”, que pressionavam o governo de Gorbachev a apresentar as reformas

liberalizantes ou democráticas, a diminuir mais ainda a centralização do poder. Também havia os interesses de maior autonomia por parte das diversas repúblicas que compunham a União Soviética – Armênia, Ucrânia, Geórgia, etc., além da própria Rússia –, que reivindicavam maior autonomia ou, em alguns casos, até a independência.

Vê-se a preocupação em delimitar as vertentes políticas atuantes naquele momento dentro da União Soviética. A sequência dos fatos mostra mais uma vez a existência de grupos e intenções distintas, incluindo a que veio a prevalecer:

O golpe militar fracassou porque ocorreu uma rápida e maciça reação do povo, que se opôs aos tanques nas ruas de Moscou (veja a foto abaixo). Os golpistas não esperavam uma manifestação popular tão intensa, que também foi acompanhada pela reação de políticos progressistas e de outros ligados aos interesses nacionais de suas repúblicas (por exemplo, a Lituânia). Esse fato paralisou as tropas enviadas para controlar os edifícios públicos depois que Gorbachev já estava preso. Houve um momento de indecisão: os soldados não sabiam se obedeciam aos golpistas, entre os quais estava o próprio ministro do Exército, ou aos políticos que se opunham ao golpe e contavam com o apoio popular. Estes últimos acabaram vencendo e o resultado do golpe malogrado foi o contrário do que pretendiam os golpistas: em vez de manter a integridade da União Soviética e impedir novas aberturas na vida política, consolidando o poder nas mãos do Partido Comunista, o golpe acelerou a desagregação do país, gerou novas aberturas e provocou o fim do próprio Partido Comunista da União Soviética. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 2, p. 148)

Por ter igualmente passado por uma revolução de cunho socialista, a China também recebe atenção diferenciada com relação à sua trajetória política. O exemplo vem novamente da coleção **Áreas do conhecimento** (v. 2, p. 80):

No século XX, o império sofreria a sua transformação mais radical, quando finalmente caiu a milenar monarquia, e iniciou-se uma luta de décadas entre o Partido Nacionalista e o Partido Comunista, este liderado por Mao Tsé-tung.

A guerra entre os oponentes chineses foi temporariamente suspensa com a invasão japonesa de 1937, mas, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os conflitos internos retornaram. Com o reinício da guerra civil na China, os comunistas ocuparam vastas extensões do interior do país, deixando o controle dos meios urbanos nas mãos dos nacionalistas.

A estratégia de Mao deu certo. Com a ocupação das regiões onde morava a maior parte da população oprimida pelos proprietários de terra

e o controle da produção agrícola, a guerrilha comunista chegou ao poder em 1949, quando foi fundada a República Popular da China.

Um conjunto de outros países tem breves comentários sobre a participação de classes sociais em seus processos políticos mais significativos. Assim é o caso da revolta que culminou com a independência dos Estados Unidos, episódio comentado pela coleção **Conexões** (v. 1, p. 68) da seguinte forma:

A Revolução Americana foi um movimento contra o domínio inglês, conduzido pelas elites comerciais e pelos proprietários de terras. As Treze Colônias fundadas pelos ingleses na América do Norte uniram-se contra impostos e taxas metropolitanas que absorviam a riqueza colonial. As doutrinas da igualdade natural entre os homens e da separação de Poderes orientaram a Declaração de Independência (1776) e a Constituição Americana (1787). Contudo, apesar de nascida do ideário iluminista, a jovem república ainda manteria a escravidão por quase cem anos.

Embora de forma breve, o texto mostra o movimento de independência política estadunidense como obra de algumas classes sociais. Igualmente breves são os comentários sobre o papel das classes dominantes sul-americanas na vida política do continente durante o século XIX diante das iniciativas de união americana. O trecho se encontra no segundo livro da coleção:

Dos diversos congressos convocados no século XIX, participaram principalmente países da América do Sul, transferindo as ideias de união hispânica bolivariana para essa parte do continente. Em meio a divergências, interesses conflitantes das elites nacionais e fracassos nas iniciativas de integração, esses movimentos tentaram lançar as bases de uma solidariedade pan-americana, tendo conseguido apenas estabelecer débeis mecanismos de ajuda mútua em caso de agressão militar por uma potência estrangeira. (**Conexões**, v. 2, p. 86)

Por fim, a coleção **Áreas do conhecimento** traz também um exemplo sobre o Brasil. Dessa vez, o período estudado é a instauração da ditadura militar

em 1964. O trecho em questão diz o seguinte:

Dez anos depois da tentativa de golpe do governo Vargas, veio o golpe de 1964. Dessa vez foi deposto o seu ex-ministro do trabalho, João Goulart. Novamente, os meios de comunicação tiveram um papel central, pois causaram pânico na pequena classe média ao denunciar a existência de grupos armados por todo o país, prontos para tornar o Brasil uma “república sindicalista”. Ao contrário do que se esperava a partir da criação de um clima de histeria, não houve qualquer resistência armada contra o golpe militar, que foi dado sem um único disparo de arma de fogo. As notórias Ligas Camponesas estavam também, ao contrário do que se divulgava, praticamente desarmadas. Durante o evento, parte da frota americana esteve ao largo do litoral do Rio de Janeiro para o caso de uma resistência armada, que não ocorreu. (**Áreas do conhecimento**, v. 2, p. 153)

4.3.5 Como são apresentados disputas e conflitos territoriais?

As disputas em torno da demarcação de terras indígenas são os conflitos territoriais brasileiros abordados com maior ênfase na participação de classes sociais. A coleção **Geografia: o mundo em transição** (v. 3, p. 111) inclui esse aspecto em sua tipificação das terras indígenas:

As terras indígenas podem ser classificadas de acordo como seu maior ou menor reconhecimento pela Funai e, conseqüentemente, pelo governo brasileiro. Há terras homologadas ou regularizadas, em número pequeno; as demarcadas, mas ainda não regularizadas; e, em maior número, as terras identificadas, mas não demarcadas, aquelas que registram maiores conflitos entre os índios e os frequentes invasores.

O exemplo trabalho pela coleção é o da reserva Yanomami. Entre os grupos sociais envolvidos, são listados fazendeiros, madeireiros, posseiros e garimpeiros em oposição aos indígenas e organizações sociais nacionais e

internacionais. A reação à demarcação desse território indígena é descrita da seguinte forma:

Tão logo o governo decretou os limites da área Yanomami, vários grupos poderosos (governadores de estados e outros políticos da região, empresários, fazendeiros e donos de garimpos) começaram uma campanha nos jornais e na televisão sobre o "absurdo" de tal demarcação. Eles argumentavam que poucos índios (cerca de 10 mil) não precisavam de tanta terra – que, na verdade, equivale ao território da Holanda – e que, para o "desenvolvimento" do país e da Amazônia, o melhor seria explorar os minérios, construir estradas e cidades, plantar lavouras pra exportação, etc. Incentivados por esse posicionamento, em 1993 um grupo de garimpeiros e jagunços invadiu aquelas terras e matou centenas de índios. O massacre só cessou por causa do escândalo internacional. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 3, p. 113)

Mais recente, o conflito que envolveu a criação da área indígena Raposa Terra do Sol foi o que se destacou por estar associado a classes sociais. Além de ser lembrado na coleção **Geografia: o mundo em transição**, ele foi abordado em outras três coleções: **Áreas do conhecimento, Território e sociedade e Ser Protagonista**. Na primeira, lê-se o seguinte a respeito do tema:

Esse é o caso, por exemplo, dos povos Macuxi, Wapichana, Igarikó, Taurepang e Patamona, que, depois de mais de 30 anos de reivindicações, conseguiram a demarcação da área "Raposa Serra do Sol", localizada na fronteira de Roraima com a Venezuela. Essa vitória, alcançada em 2004, foi conseguida apesar de garimpeiros e fazendeiros terem se organizado contra a demarcação das terras indígenas com a falsa alegação de perda da soberania nacional brasileira em área de fronteiras. (**Áreas do conhecimento**, v. 1, p. 59)

A resistência de agricultores frente à decisão judicial também foi lembrada pela coleção **Território e sociedade** (v. 3, p. 17):

Em 2005, a área foi definitivamente homologada e, portanto, a retirada de população não indígena era obrigatória. Um grupo de rizicultores recusou-se a sair e em sua defesa foi proposta a formação de uma área

descontínua que integrasse os arrozais. O caso foi a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que em 2009 decidiu pela demarcação contínua da área e determinou a saída dos arroteiros. Como está situada em área de fronteira, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol está vulnerável à entrada das forças armadas para a defesa das fronteiras, entre outras condições.

A exposição encontrada na segunda coleção é bastante semelhante, com uma pequena diferença pela lembrança da influência externa sobre a região:

O capital externo também financiou o desenvolvimento regional e, em contrapartida, a exploração de minérios foi aberta às empresas estrangeiras, o que impulsionou, em conjunto com investimentos nacionais, grandes projetos extrativos, como o Grande Carajás.

A Amazônia possui, ainda hoje, diversas terras indígenas, cujas áreas precisam ser protegidas para não serem dilapidadas por ações predatórias. A reserva Raposa Serra do Sol (1,7 milhão de hectares), em Roraima, é um bom exemplo. Demarcada em 1998 e reconhecida oficialmente em 2005, só foi homologada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009. Os mais de 18 mil indígenas que ali vivem tiveram assegurados seus direitos diante dos fazendeiros plantadores de arroz que se haviam instalado no território indígena. (**Ser Protagonista**, v. 3, p. 49)

Os Estados Unidos também são lembrados pelos conflitos que envolveram sua formação territorial, em especial a guerra que separou o Texas do México e resultou na adesão desse estado ao lado estadunidense. O papel dos colonos texanos é destacado pelo primeiro volume da coleção **Conexões** e pelo terceiro da coleção **Geografia para o ensino médio**. Em um caso de intrigante semelhança, elas escrevem respectivamente o seguinte:

A questão do Texas impulsionaria a progressão territorial no sudoeste, território do México. Tornando mexicano em 1823, o Texas foi colonizado, a partir de 1830, por fazendeiros estadunidenses que praticavam a produção algodoeira em bases escravistas. A abolição da escravidão no México detonou o conflito entre os texanos e o Estado mexicano. Em 1835, os colonos proclamaram a independência do México, e a confirmaram com o auxílio de armas, dinheiro e homens fornecidos pelos Estados Unidos. Em 1844, o expansionista James K. Polk assumiu a presidência dos Estados Unidos disposto a transformar o país em uma nação continental. Em 1845, os Estados Unidos anexaram o Texas,

deflagrando a guerra contra o México. (**Conexões**, v. 1, p. 69)

A questão do Texas impulsionou a progressão territorial no sudoeste. Tornando mexicano em 1823, o Texas foi colonizado desde 1830 por fazendeiros norte-americanos, que praticavam a produção algodoeira em bases escravistas.

A abolição da escravidão no México detonou o conflito entre os fazendeiros e o Estado mexicano. Em 1835, os texanos proclamaram a independência e a confirmaram com o auxílio militar e financeiro dos Estados Unidos. Em 1844, James K. Polk assumiu a presidência dos Estados Unidos, disposto a transformar o país em uma nação continental. Em 1845, os Estados Unidos anexaram o Texas, deflagrando a guerra contra o México. (**Geografia para o ensino médio**, v. 3, p. 59)

O conflito de Chiapas, no México, é também um exemplo de disputa territorial envolvendo classes. A coleção **Geografia: o mundo em transição** (v. 2, p. 119) diz que

as principais resistências à forma como se deu a modernização do México, e também ao Nafta [Tratado Norte-Americano de Livre Comércio], partiram de Chiapas, uma região situada ao sul do país e habitada na sua maior parte por camponeses descendentes dos antigos maias.

Esse corte classista aparece como traço definidor do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Logo na sequência do texto, afirma-se o seguinte:

Em 1994, justamente o ano em que os acordos do Nafta começaram a vigorar, surgiu um movimento que recebe forte apoio popular na região e que reivindica melhorias econômicas e sociais para Chiapas. São os zapatistas, como se intitularam (o nome vem de Emiliano Zapata, que também era dessa região e tinha ascendência maia), constituídos principalmente por indígenas ou descendentes destes. Eles iniciaram uma rebelião armada, o que deu origem a choques com o exército mexicano, dos quais resultaram centenas de mortes.

O EZLN define-se como um grupo indígena armado, contudo não violento, com inspirações zapatistas e sede em Chiapas, o estado mais pobre do México. Admite usar tecnologias modernas, como telefones celulares e internet, como uma forma de obter apoio estrangeiro. A motivação original – a pobreza em Chiapas e as tentativas do governo mexicano de coibir as culturas indígenas do país – foi suplantada por outras causas com grande apelo internacional: apoio aos palestinos, aos

homossexuais onde quer que eles sejam reprimidos, às mulheres, aos indígenas e camponeses no Brasil, nas Filipinas ou na Bolívia, etc. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 2, p. 120)

Por fim, os conflitos desenvolvidos no território colombiano entre o Estado, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e grupos paramilitares são também estudados e relacionados às classes sociais por algumas coleções. A obra **Áreas do conhecimento** (v. 2, p. 44) lembra as origens sociais de cada grupo:

Os dois grupos guerrilheiros de ideologia marxista na Colômbia são as Farcs (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o ELN (Exército de Libertação Nacional), ambos surgidos pela influência da Revolução Cubana.

Esses grupos desejam a reforma agrária, uma política social e econômica que acabe com os problemas de moradia, saúde pública e desemprego.

[...]

Na Colômbia, existe também o grupo paramilitar de extrema direita (AUC), surgido na década de 1980 com o propósito de eliminar os guerrilheiros das Farcs e do ELN. Esse grupo é formado por ex-policiais e ex-militares a serviço de fazendeiros contrários à reforma agrária e empresários conservadores. São responsabilizados pelos assassinatos de diversas pessoas, inclusive de três candidatos à presidência.

Outra abordagem desse tema vem da coleção **Geografia: o mundo em transição** (v. 2, p. 274), com uma posição um pouco mais crítica quanto às Farc:

A vida política na Colômbia é agitada há décadas. Geralmente, o governo é frágil diante do poderio militar dos traficantes, que formam cartéis ou associações, dos grupos guerrilheiros e dos paramilitares. Os paramilitares são grupos considerados de extrema-direita. Eles são pagos por empresas privadas ou públicas e costumam agir com violência contra camponeses, operários e intelectuais que manifestam alguma oposição ao regime. As organizações guerrilheiras eram consideradas de esquerda na época da guerra fria, pois diziam lutar pelo socialismo, mas, nos dias de hoje, são apenas grupos oportunistas que recebem dinheiro dos narcotraficantes e/ou que almejam chegar ao poder, mesmo que seja numa região específica e não em todo o país.

4.4 GEOGRAFIA E ATIVIDADE INDUSTRIAL

Nas coleções estudadas, a evolução do fenômeno industrial moderno é um tema associado a diversas transformações sociais e espaciais. Ela pode ser colocada em comparações entre o desenvolvimento de regiões e países, vista sob a ótica do papel transformador do trabalho humano ou ainda relacionada à gênese da conformação das classes sociais no capitalismo.

4.4.1 Como são apresentados os processos de industrialização?

As primeiras discussões sobre a temática das indústrias giram em torno do que habitualmente se denomina Revolução Industrial. Esse processo é visto primeiramente em termos de classes sociais, por meio de seus aspectos abstratos, isto é, a partir das características gerais que imprimiu sob a sociedade.

Assim procede a coleção **Ser Protagonista**. Logo em suas primeiras páginas, a obra discute os significados da Revolução Industrial para o capitalismo. Destaca-se a monopolização e o papel preponderante de instituições financeiras para então chegar às características sociais desse novo momento. Entre elas se encontram os seguintes tópicos:

- Divisão da sociedade em classes. Há basicamente uma grande divisão: os capitalistas, donos dos meios de produção, e os trabalhadores, que vendem sua força de trabalho para os capitalistas. Essa divisão em classes é fator de concentração de renda, que se intensifica em países

menos desenvolvidos.

[...]

- Mecanismos de mercado regidos pelos grandes grupos capitalistas. [...]
- Relações de trabalho com o predomínio do trabalho assalariado. Em princípio, os que não são donos dos meios de produção dispõem de sua força de trabalho, que é vendida em troca de salário. (**Ser Protagonista**, v. 1, p. 13)

Uma abordagem bastante semelhante é encontrada na coleção **Projeto Eco** (v. 1, p. 206), que coloca “o desejo de ganhos materiais por parte de uma burguesia crescente” entre os fatores que viabilizaram a revolução industrial, junto a avanços técnicos, existência de capitais disponíveis, matéria-prima. Também se ressalta a existência de um contingente de mão de obra vindo do campo. No terceiro volume da mesma coleção, aponta-se como consequência da Revolução Industrial o surgimento de “uma classe social operária” (**Projeto Eco**, v. 3, p. 138).

Nas obras analisadas, também se encontram abordagens que discutem a formação das classes sociais do capitalismo a partir do desenvolvimento das técnicas de produção e da divisão do trabalho. Nesse caso, a passagem do artesanato à indústria seria o ponto que marca a origem do proletariado. O exemplo vem da coleção **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 1, p. 148-149):

O artesanato constituiu a forma de trabalho predominante na Europa até os primórdios do capitalismo, no início do século XVI. Ferramentas, utensílios domésticos, roupas e alimentos eram produzidos manualmente e com a utilização de instrumentos rudimentares. A execução das tarefas dependia de uma única pessoa, o artesão, que conhecia todas as etapas da elaboração do produto e tinha como local de trabalho sua própria residência ou uma pequena oficina. As matérias-primas e as ferramentas utilizadas eram, geralmente, de propriedade do artesão, assim como pertencia a ele a renda obtida com a venda das mercadorias.

Já a manufatura prevaleceu na Europa como modo de trabalho do século XVI até meados do século XVIII. Durante esse período, máquinas de tração animal e humana foram introduzidas no processo produtivo, tornando a divisão social do trabalho mais complexa, pois envolvia um número maior de pessoas no desenvolvimento das tarefas ligadas à confecção de um produto. Os meios de produção passaram a pertencer

a um único dono, que pagava um salário pelo trabalho dos operários e apropriava-se do produto final. Ainda que a escala de produção tenha se tornado maior que no estágio artesanal, a qualidade das mercadorias não dependia muito da habilidade dos trabalhadores assalariados.

Formulações semelhantes a essa são encontradas no segundo volume das coleções **Fronteiras da globalização** (p. 170), **Geografia: sociedade e cotidiano** (p. 170) e **Território e sociedade** (p. 12).

Na maior parte das coleções, as discussões sobre industrialização são acompanhadas pela exploração da forma de desenvolvimento do país que se destacou como pioneiro nesse processo: a Inglaterra. Um exemplo pode ser tirado ainda da coleção **Fronteiras da globalização** (v. 2, p. 171), na qual se lê o seguinte:

A Inglaterra foi o berço da atividade industrial. O pioneirismo inglês pode ser explicado por alguns fatores ou acontecimentos:

Acúmulo de capital proveniente do mercantilismo e do colonialismo na fase do capitalismo comercial (do século XVI ao XVIII)

O Estado sob o controle da burguesia desde a Revolução Gloriosa (1688), que instalou a primeira monarquia parlamentar.

Excesso de mão de obra causado pelo êxodo rural.

Mais adiante, o mesmo livro apresenta novamente os fatores da industrialização inglesa, mas detalhando um pouco mais cada um deles:

O Reino Unido foi o grande artífice da Revolução Industrial, processo que alterou profundamente a economia mundial a partir do século XVIII. Isso só foi possível porque o país reuniu condições favoráveis para tal, como a consolidação de um Estado liberal controlado pela burguesia; disponibilidade de capital acumulado no mercantilismo e de matérias-primas; mercado consumidor em seu extenso império colonial; mudança na organização fundiária, que expulsou a população do campo, disponibilizando mão de obra para as indústrias, recursos naturais, como o carvão e o ferro, muito utilizados na nova atividade; e inovações tecnológicas, como a invenção da máquina a vapor. (**Fronteiras da globalização**, v. 2, p. 214)

Em outra coleção, encontra-se também entre os “fatores” do pioneirismo industrial inglês o seguinte item:

grande contingente de mão de obra. Em função da mecanização que ocorreu no campo, os camponeses dirigiram-se às cidades em busca de trabalho, aumentando a oferta de trabalhadores disponíveis para o trabalho na indústria. (**Projeto Eco**, v. 2, p. 138)

As consequências sofridas pelo campesinato são lembradas também pela coleção **Áreas do Conhecimento** (v. 3, p. 147), com comentários que enfatizam experiências de classe dos trabalhadores naquele contexto:

Com a Primeira Revolução Industrial, em meados do século XVIII na Inglaterra, houve uma reestruturação da força de trabalho. Os Cercamentos levaram à expulsão dos camponeses, que migraram para as cidades, em busca de trabalho.

As manufaturas ofereciam empregos braçais e repetitivos para operários sem qualificação profissional, pois nesse processo, os trabalhadores sofreram duas expropriações: do seu conhecimento e ainda dos meios de subsistência.

A coleção **Ser Protagonista** destaca-se também pela abordagem que desenvolve em seu segundo volume a respeito do caso da industrialização inglesa. A diferença em relação às demais vem da ênfase dada à vida política em eventos que antecedem a industrialização. A dinâmica das classes sociais sobressai em relação aos fatores apresentados por outras coleções:

A Inglaterra foi pioneira no processo de industrialização, e vários fatores de ordem política, econômica e social contribuíram para isso. Como a maior potência comercial do planeta na época, ela dominava territórios coloniais, que abasteciam o país com recursos naturais, matérias-primas e riquezas. Também o fato de ter sido a primeira monarquia parlamentarista da história ajudou nesse processo.

Em 1689, após a Revolução Gloriosa, a burguesia comercial inglesa conseguiu limitar o poder do rei e aumentar o do parlamento, onde ela própria tinha participação. Tornava-se então obrigatória a aprovação das câmaras para qualquer aumento de impostos; garantia-se a liberdade individual, de imprensa e de propriedade.

Tais medidas criaram condições para o florescimento da doutrina liberal, uma das bases de sua liderança industrial. Essa doutrina levou a Inglaterra a empregar o conceito de livre comércio para justificar práticas imperialistas, como a abertura dos portos em várias nações do globo. (**Ser Protagonista**, v. 2, p. 92)

O mesmo tom é utilizado para discutir as origens da industrialização francesa. Com relação a esse país, afirma-se o seguinte:

A França foi uma das forças imperialistas do passado. Os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade da Revolução Francesa foram fundamentais para que ela tenha sido um dos primeiros países a participar da Revolução Industrial. A burguesia, ao tomar o poder político, ganhou força e investiu na manufatura. (**Ser Protagonista**, v. 2, p. 94)

Em outra coleção, encontramos uma descrição sobre o início do processo de industrialização na Alemanha. O papel da dos proprietários de terra e da burguesia também aparece com destaque, após fatores como transportes e matérias-primas:

Ao longo dos séculos XIX e XX, muitas indústrias se concentraram na confluência dos rios Ruhr e Reno, quase na fronteira com os Países Baixos, graças à disponibilidade de grandes jazidas de carvão mineral (a hulha da bacia do Ruhr) e à facilidade de transporte hidroviário [referência a fotografia]. Desde o final da Idade Média o vale do Reno foi uma das principais rotas do comércio, ligando o norte da Itália aos Países Baixos. Assim, desde então houve uma significativa concentração de capitais na região e os grandes proprietários de terra e os banqueiros passaram a investir cada vez mais na indústria que ali se instalava. (**Geografia geral e do Brasil**, v. 2, p. 164)

Mas, quando tratam da situação atual da indústria europeia, as coleções abrem mão de discutir suas implicações para as classes sociais. Referem-se

principalmente à localização e aos tipos de indústria encontrados ou lembram a diminuição da participação relativa do setor na geração de empregos das sociedades europeias.

A única exceção é a Rússia. Há, no terceiro livro da coleção **Conexões**, duas referências à indústria e aos trabalhadores russos. Na primeira delas, ao discutir o espaço industrial da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), a coleção lembra que “A indústria pesada está assentada sobre a ampla base de recursos naturais, dispõe de mão de obra qualificada e opera com baixos custos de trabalho” (**Conexões**, v. 3, p. 26). Na segunda, ao comentar a Rússia no contexto dos países emergentes, lembra os momentos críticos do país durante a década de 1990, afirmando:

Essas crises começaram a ser superadas nos primeiros anos do século XXI. A estrutura produtiva herdada do período soviético é comandada por poderosos conglomerados industriais privados, que contam com amplo estoque de recursos naturais e um grande contingente de trabalhadores qualificados. (**Conexões**, v. 3, p. 301)

Outra coleção que explora a questão das classes na dinâmica atual da economia russa é **Geografia – Espaço e Vivência**. Nesse caso, mais do que a mera referência aos trabalhadores como um fator industrial, marca-se o empobrecimento da população junto à ascensão de uma nova classe dominante:

A privatização das empresas estatais tem provocado importantes alterações no processo produtivo, em especial no setor industrial. A iniciativa privada vem investindo na modernização das linhas de produção, o que acarreta a demissão de grande número de trabalhadores. O desemprego – algo que era praticamente desconhecido entre os russos – leva um grande contingente de pessoas a desenvolver atividades informais, com significativa queda no padrão de vida da população.

A maior parte das empresas estatais privatizadas vem sendo adquirida por investidores estrangeiros ou por burocratas e antigos dirigentes

políticos soviéticos, muitos dos quais enriqueceram ilicitamente. Desse modo, surgiu uma nova classe dominante, composta de novos capitalistas, que representam uma parcela ínfima da população. Ao mesmo tempo, houve empobrecimento da maior parte dos habitantes da Rússia: de acordo com os cálculos do próprio governo, acredita-se que, hoje em dia, cerca de 53 milhões de pessoas vivam abaixo da linha da pobreza, ou seja, com menos de um dólar por dia. Para estabelecer uma comparação, até meados da década de 1990, 50% dos russos viviam com cerca de 4 dólares por dia. (**Geografia – Espaço e Vivência**, v. 3, p. 56-57)

A coleção **Geografia geral e do Brasil** explora o papel das classes sociais também com relação às origens da industrialização na América Latina. A ação das classes dominantes nos países latino-americanos que se projetaram como economias industrializadas é apresentada até mesmo como explicação para o destino da industrialização nessa região. Em suas palavras:

Algumas das primeiras fábricas pertenciam à aristocracia latifundiária, que tinha acumulado capital com as exportações de produtos agropecuários e passou a investi-los na indústria, no comércio e no sistema financeiro. Os estancieros argentinos (donos de estancias, grandes propriedades rurais) ganharam muito dinheiro exportando carne e trigo; no Brasil, destacavam-se, principalmente, os fazendeiros de café, conhecidos como barões do café; e, no México, os proprietários das haciendas (fazendas). Todos eram grandes latifundiários, com forte influência econômica e política em seus países.

No entanto, esse início efetivo do processo de industrialização não foi acompanhado de políticas sociais e econômicas voltadas à distribuição de renda e maior inserção da população pobre no mercado interno de consumo: parte da aristocracia latifundiária gradativamente se transformou em burguesia industrial e financeira e diversificou suas fontes de lucro, o que explica como muitos latifúndios, mesmo improdutivos, continuavam nas mãos de seus antigos proprietários. A inexistência de uma efetiva reforma agrária, como ocorreu nos países desenvolvidos enquanto se industrializavam, é um dos fatores que explicam a urbanização acelerada e desordenada, a acentuada desigualdade social e a conseqüente fraqueza do mercado interno dos países de industrialização recente da América Latina. (**Geografia geral e do Brasil**, v. 2, p. 207)

4.4.1.1 Brasil

O processo de industrialização brasileiro é relacionado às classes sociais em diversos momentos das coleções didáticas. É ainda a coleção **Geografia geral e do Brasil** (v. 3, p. 12) que faz a seguinte advertência na abertura de seu terceiro volume:

Desde o período colonial até os dias de hoje, o desenvolvimento econômico brasileiro, e conseqüentemente a industrialização, foi comandado por grupos e setores da economia que às vezes têm interesses antagônicos e lutam para atingir melhor desempenho, pressionando os governos para que a política econômica atenda seus interesses.

A coleção **Ser Protagonista** aponta a segunda metade do século XIX como início desse processo. A origem dos trabalhadores industriais desse período é a migração internacional:

Milhares de migrantes que afluíram da Europa formavam a classe operária nascente. Em São Paulo, a expansão da cafeicultura esteve muito ligada aos imigrantes, que, tendo uma experiência de trabalho muito variada e hábitos de consumo diversificados, propiciaram importante base para a industrialização. (**Ser Protagonista**, v. 2, p. 120)

Também expressam comentários semelhantes a esse as coleções **Projeto Eco** (v. 2, p. 161), **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 2, p. 174) e **Geografia para o ensino médio** (v. 2, p. 88). Além da imigração, a coleção **Geografia: o mundo em transição** (v. 3, p. 27) ressalta também outros aspectos da sociedade brasileira do final do século XIX que de certa forma atrapalhavam o desenvolvimento industrial:

Era mais conveniente para o mercado que o Brasil, como outros países colonizados ou dependentes, fosse mantido na condição de fornecedor de matérias-primas e consumidor de produtos manufaturados no exterior – sobretudo na Inglaterra, a grande potência da época. Além disso, o uso da mão de obra escrava restringia o mercado consumidor interno, e a hegemonia política dos proprietários rurais determinava uma política industrial muito tímida, limitada por surtos promovidos por algumas medidas isoladas.

A coleção **Ser Protagonista** (v. 2, p. 121) leva adiante a perspectiva política quando discute a Revolução de 1930 como momento em que uma classe social nova consolida sua participação no Estado, o que é apontado como um passo importante para a industrialização:

A tomada de poder por Getúlio Vargas, com a Revolução de 1930, consolidou a participação, nas estruturas do governo, de uma burguesia industrial nascente. Ela passou, assim, a influir diretamente nas tomadas de decisão, levando à adoção, por parte do governo, de uma política industrializante. Começava a se consolidar o papel da burguesia industrial.

Outra coleção que destaca a relação entre classes, política e origens da industrialização no Brasil é a **Geografia global**. Em seu terceiro volume, ela explora o tema a partir da interdição feita à atividade industrial no Brasil durante o período colonial:

A década de 1930 marca uma passagem decisiva na história da indústria brasileira. De um lado, a depressão internacional ocasionada pela crise da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, proporcionou condições inéditas para o Brasil substituir importações de bens não duráveis – mesmo de certos semimanufaturados – por produções nacionais. De outro, a Revolução de 1930 operou uma mudança decisiva na política interna, afastando do poder do Estado as oligarquias tradicionais, representantes dos interesses agrocomerciais que emperravam a industrialização.

Nesse período, a mão de obra imigrante foi substituída pela nacional. O êxodo rural do oeste paulista (provocado pela decadência da cafeicultura) e a chegada ao Rio de Janeiro e a São Paulo dos primeiros contingentes

de migrantes do Nordeste (que se deslocaram em razão das dificuldades econômicas regionais), formaram as bases de um mercado de trabalho industrial realmente brasileiro. (**Geografia global**, v. 3, p. 114)

Algumas referências a classes sociais são encontradas novamente nas discussões sobre o período posterior a 1950. O “desenvolvimentismo” marcou a entrada em massa de empresas multinacionais no país. Na coleção **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 2, p. 59), afirma-se que “essas empresas vieram ao Brasil ótimas oportunidades para expandir seus negócios, já que o país oferecia mão de obra barata, abundância de matérias-primas e um crescente mercado consumidor para seus produtos”. Já a coleção **Território e sociedade** (v. 2, p. 280) explora os aspectos contraditórios do desenvolvimento do período conhecido como “milagre brasileiro” segundo os resultados percebidos por diferentes classes:

Por um lado, a economia expandiu-se internamente e os salários da classe média elevaram-se, embora numa proporção inferior às taxas de crescimento. Por outro lado, o operariado industrial e as classes mais pobres conviveram, durante esse período, com uma política de arrocho salarial que visava conter os gastos com mão de obra para elevar as taxas de lucros e atrair investimentos de empresas multinacionais. Ao mesmo tempo que o mercado interno se fortaleceu, as exportações cresceram em valor e variedade de produtos.

Ainda sobre esse período histórico, a obra **Ser Protagonista** (v. 1, p. 29) pontua a relação entre o ideário desenvolvimentista e os interesses da classe dominante brasileira:

A criação de instituições como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, ambos destinados a socorrer países, principalmente os periféricos, foi decisiva para o Brasil. O fato de as políticas protecionistas do Estado brasileiro terem permanecido no pós-guerra permitiu ao país continuar a industrialização por substituição de importações. No entanto, para as elites isso já não era suficiente, e disseminou-se a ideia de que era necessário pular etapas e alcançar o nível de desenvolvimento industrial dos países centrais.

Por fim, ao tratar das características atuais do setor industrial brasileiro, pouco se faz referência a classes sociais. O que se encontra nas coleções, nesse sentido, está praticamente limitado à ideia do “homem-mão-de-obra”, sendo a fartura ou a qualificação deste um dos elementos destacados nos textos. É o que se vê nas coleções **Geografia para o ensino médio** (v. 2, p. 143, 145), **Geografia: o mundo em transição** (v. 2, p. 58) e **Geografia geral e do Brasil** (v. 3, p. 139), de onde vem o exemplo abaixo, que discute a industrialização do Nordeste brasileiro:

A disponibilidade de mão de obra abundante e barata, a construção de hidrelétricas e a existência de matérias-primas (petróleo, cobre, calcário, sal) foram outros fatores importantes na fixação das indústrias, que se caracterizam pela utilização intensiva de mão de obra, como as indústrias de calçado e vestuário.

4.4.1.2 Estados Unidos

O papel das classes sociais na industrialização estadunidense também tem referências bastante destacadas por algumas das coleções didáticas de Geografia estudadas. A coleção **Fronteiras da globalização** (v. 2, p. 205) é a que sinaliza com maior destaque o papel da burguesia industrial na economia estadunidense do século XIX, além de colocar a existência de assalariados como condição para o desenvolvimento industrial:

[Sobre industrialização dos EUA] O processo de industrialização do país

teve início na segunda metade do século XIX, após o principal conflito estadunidense, a Guerra Civil Americana (1861-1865) – também conhecida como Guerra de Secessão –, em que as elites do Norte (marcado pelo predomínio de mão de obra assalariada, pequenas propriedades e uma economia voltada para o mercado interno) venceram o Sul agrário (caracterizado pelo predomínio dos latifúndios, mão de obra escrava de origem africana e um mercado voltado para a exportação de gêneros agrícolas). Foi essa burguesia formada por comerciantes capitalistas que criou as condições para a industrialização da região Nordeste do país (espaço compreendido entre a costa atlântica e os Grandes Lagos). Essa área reunia, naquela época, condições para tornar os Estados Unidos a primeira nação fora da Europa a realizar a Revolução Industrial:

[...]

Um mercado consumidor interno constituído de assalariados que compravam e vendiam mercadorias, estimulando dessa forma as atividades comerciais e industriais.

A coleção **Ser Protagonista** (v. 20, p. 104) também ressalta o papel dos empresários na industrialização estadunidense. Mas também não se encontram maiores discussões sobre as classes sociais na atualidade do setor industrial nos Estados Unidos. Assim como no caso brasileiro, lembra-se sobretudo de trabalhadores como mão de obra ou custo e produção, sendo os exemplos desse caso as coleções **Geografia geral e do Brasil** (v. 2, p. 155-156) e **Fronteiras da globalização** (v. 2, p. 206), na qual se lê:

O Manufacturing Belt era composto de indústrias típicas da Primeira e da Segunda Revolução Industrial – indústrias de bens de produção, bens intermediários e bens de consumo duráveis. Atualmente, seguindo uma tendência mundial, as empresas buscam novas áreas para se instalar, que reúnam mão de obra mais barata e qualificada, pouca organização sindical, isenção fiscal e menor custo de produção.

4.4.1.3 Ásia

Por fim, a industrialização de países asiáticos é também discutida à luz de classes sociais. No caso japonês, novamente se projetam algumas coleções pelas referências ao papel de classes dominantes no desenvolvimento industrial (**Território e sociedade**, v. 2, p. 256; **Projeto Eco**, v. 3, p. 148). Mas surge também uma observação que se torna frequente com relação aos demais países industrializados asiáticos: quanto à “disciplina” do trabalhador. É o que se lê no segundo livro da coleção **Ser Protagonista** (v. 2, p. 111):

Com a crise do petróleo na década de 1970, as economias norte-americana e européia foram fortemente afetadas. O Japão, no entanto, por ter adotado um padrão tecnológico com alta produtividade nesse período, continuou crescendo, pois dispunha de população trabalhadora muito disciplinada (por questões culturais), ao contrário dos EUA e da Europa, que enfrentavam sindicatos fortes e intensa reivindicação por parte dos trabalhadores.

É essa característica que se ressalta dos trabalhadores vietnamitas, na coleção **Áreas do conhecimento** (v. 2, p. 76), e japoneses, na coleção **Geografia geral e do Brasil** (v. 2, p. 176). O mesmo se fala sobre os países denominados Tigres Asiáticos, pela coleção **Fronteiras da globalização** (v. 2, p. 196), e sobre a China, pelas coleções **Geografia geral e do Brasil** (v. 2, p. 199) e **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 3, p. 197) – esta, diferentemente das demais, expressa essa disciplina como “militarização do trabalhador”. Fala-se também em mão de obra barata e qualificada como fator positivo para a industrialização (**Território e sociedade**, v. 2, p. 261; **Geografia: sociedade e cotidiano**, v. 3, p. 197; **Conexões**, v. 3, p. 23).

O desenvolvimento industrial chinês é considerado com atenção diferenciada quanto às classes sociais pela coleção **Território e sociedade** (v. 2, p. 264). Vê-se na atual conjuntura uma alteração na composição da sociedade daquele país:

O mercado de consumo interno na China tem aumentado nos últimos anos. Uma nova classe de empresários capitalistas, surgida nos últimos anos, foi admitida como integrante do Partido Comunista Chinês desde 2002 e tem participação ativa nas decisões políticas e econômicas do governo.

A coleção **Geografia geral e do Brasil** (v. 2, p. 203) também vê o surgimento de uma nova classe pela dinâmica atual da economia chinesa, mas a partir da inserção de mais pessoas ao mercado consumidor:

O acelerado crescimento econômico da China e sua transformação em “fábrica do mundo” transformou radicalmente as paisagens do país, especialmente as urbanas. As cidades cresceram exponencialmente, fábricas foram erguidas por todos os lados e a poluição cresceu na mesma proporção, mas ao mesmo tempo esse processo tirou milhões de pessoas da pobreza e constituiu uma classe média. Em 1981, segundo o Banco Mundial, 97,8% da população chinesa vivia na pobreza (com menos de 2 dólares/dia) e 84,0% na extrema pobreza (com menos de 1,25 dólares/dia); em 2005, a população que vive na pobreza caiu para 36,3% e a que vive na extrema pobreza, para 15,9%. A expansão da classe média, com crescente poder de compra, ampliou significativamente o mercado consumidor interno, como se pode constatar pelos dados da tabela [...].

4.4.2 Que discussões são apresentadas sobre localização industrial?

O estudo geográfico sobre a atividade industrial tem como uma de suas questões centrais a investigação das determinações envolvidas na localização

das plantas fabris. Naturalmente, as coleções didáticas de Geografia destinam grande atenção ao tema. Entretanto, conforme se verá a seguir, o debate sobre esse tópico geralmente envolve classes sociais apenas quando se refere ao “fator mão de obra”, ao mesmo tempo em que se ressalta o poderio de empresas transnacionais no contemporâneo.

Um exemplo dessa visão pode ser encontrado no segundo livro da obra **Fronteiras da globalização**. Ao caracterizar o setor industrial contemporâneo, o texto afirma o seguinte:

Os antigos fatores de localização industrial (fontes de energia e matéria-prima) perderam um pouco sua força. As indústrias buscam outras vantagens como incentivos fiscais, mão de obra barata e mercados consumidores, facilidade de transporte e comunicação (infovias). Por isso ocorreu uma reorganização do espaço industrial. (**Fronteiras da globalização**, v. 2, p. 172)

A coleção **Território e sociedade** (v. 2, p. 251) também apresenta o “fator mão de obra” como determinante ao discutir a mobilidade de indústrias de bens de consumo:

Mesmo as indústrias de bens de consumo que se desenvolveram nas proximidades dos grandes mercados urbanos tendem a se desconcentrar e se deslocar para regiões menos saturadas e que apresentem custos de infraestrutura e mão de obra mais baixos. É importante ressaltar, porém, que na maior parte dos casos o deslocamento é restrito às unidades de produção, pois diversos outros setores das empresas industriais, como marketing, parte do administrativo e de pesquisa e desenvolvimento, em geral, continuam nos grandes centros ou muito próximos a eles.

As coleções **Geografia global** (v. 2, p. 130), **Geografia para o ensino médio** (v. 1, p. 106), **Projeto Eco** (v. 1, p. 214, 217) e **Conexões** (v. 3, p. 14) também apresentam a visão da mão de obra como fator de localização. Já a

coleção **Áreas do conhecimento** traz uma visão diferente, ao relacionar a localização de plantas fabris à dominação financeira imposta por empresas. A partir da discussão da instalação de uma indústria no Brasil, a coleção faz a seguinte exposição:

Toda essa disputa pela localização de uma unidade produtiva, sempre de acordo com as leis do mercado, deixou a direção mundial da montadora em uma situação confortável para impor as suas condições. A decisão do local de instalação foi considerada como um privilégio a ser disputado por vários países (no caso, o escolhido foi o Brasil), dezenas de governos estaduais e incontáveis administrações municipais.

Mas, então, qual é a necessidade de um grande conglomerado, cujo segmento bancário é o de maior rentabilidade, em exigir financiamento público de um estado brasileiro?

A necessidade é a de manter a rentabilidade (ou lucratividade) do conglomerado em níveis máximos, em face da implacável concorrência internacional.

Apesar de, aparentemente, os conglomerados mundiais terem um comprometimento direto e absoluto somente com a satisfação do consumidor final de seus produtos (os quais, em nosso sistema de vida, prometem nos levar à realização e felicidade), isso não é verdade. O verdadeiro comprometimento desses grupos é com os seus acionistas e o mercado das bolsas de valores. (**Áreas do conhecimento**, v. 2, p. 172)

Outra coleção, a **Ser Protagonista**, também ressalta a ação de empresas multinacionais. A particularidade dessa coleção é a leitura da localização industrial como estratégia para eliminação de concorrentes:

A ascensão dessas empresas se fez tendo por bases a produtividade e a competitividade. Entre as multinacionais sempre existiu uma concorrência que estabelecia estratégias fundamentais, tais como a economia de escala. A partir desta, uma multinacional podia eliminar concorrentes, inclusive utilizando-se dos mecanismos das fusões e da descentralização da produção. São instaladas filiais em outros países que oferecem condições especiais (mão de obra barata, presença de matérias-primas, políticas que garantem às empresas menores custos). (**ser Protagonista**, v. 1, p. 41)

Os estudos sobre distribuição espacial da indústria no Brasil também são

fartos em exemplos de como a classe trabalhadora é vista como fator mão de obra. Eles aparecem sobretudo quando se discute a concentração e posterior desconcentração industrial envolvendo a região Sudeste. É o que se lê também na coleção **Ser protagonista** (v. 2, p. 124): “Outro fator importante para a desconcentração das indústrias foi a possibilidade de redução de custos com mão de obra. As empresas instalaram-se em regiões onde os sindicatos não estão estruturados e a população local aceita salários menores.” A coleção **Projeto Eco** (v. 2, p. 165) segue a mesma linha, ao comentar o crescimento industrial na região Nordeste:

A região nordeste, ao mesmo tempo, assemelha e difere da Região Centro-Oeste. Houve aumento na geração de empregos em cinco setores industriais, como o calçadista e o extrativista mineral. A produção de calçados encontra-se vinculada à transferência de empresas e de capital das regiões Sul e Sudeste, que instalaram-se no Nordeste por causa de mão de obra mais barata. Já o extrativismo mineral relaciona-se diretamente aos minérios existentes localmente.

A mesma lógica é seguida pelas coleções **Fronteiras da globalização** (v. 2, p. 174) e **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 2, p. 181), que enfatizam o encarecimento da mão de obra nas áreas de dispersão industrial. A coleção **Geografia: o mundo em transição** destaca que a busca das empresas não é sempre por mão de obra barata, colocando a qualificação em questão. Mas, apesar da diferença, não rompe com a lógica conceitual das coleções anteriores:

Justamente esses fatores fundamentais constituem uma grave carência do Brasil, que não consegue ingressar de fato na revolução técnico-científica. A mão de obra nacional, em média, possui baixa qualificação; o mercado interno de produtos avançados é escasso, por causa dos baixos rendimentos da maioria da população; e existem poucos centros de produção de tecnologia avançada. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 3, p. 33)

A obra **Geografia para o ensino médio** (v. 2, p. 93) também se diferencia brevemente, ao focar a industrialização na região Sul brasileira e ponderar a qualificação dos trabalhadores que lá se encontravam:

Na Região Sul, de Porto Alegre a Curitiba, estendem-se concentrações industriais cada vez mais integradas às estruturas produtivas e financeiras do Sudeste (veja o mapa). Historicamente, as empresas industriais mais importantes surgiram de capitais locais, conquistaram o mercado regional e passaram mais tarde a atuar no mercado nacional. A expansão industrial apoiou-se em fatores regionais. O fluxo imigratório que formou colônias alemãs, italianas e eslavas trouxe muitos artífices e trabalhadores qualificados. Um empresariado regional apareceu nas áreas coloniais.

O vale do Itajaí e o nordeste catarinense ilustram esse modelo de industrialização.

Por fim, também se encontram referências ao “fator mão de obra” em algumas análises sobre a espacialidade da indústria dos Estados Unidos. Novamente, o par concentração-desconcentração é visto à luz do custo da mão de obra, como faz a coleção **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 3, p. 246) a respeito do Nordeste estadunidense:

A grande concorrência mundial fez com que muitas indústrias dessa região, a partir da segunda metade do século XX, migrassem para outros lugares em busca de menores custos de produção, mão de obra barata, diminuição de impostos e leis ambientais mais brandas, levando dessa forma ao surgimento de novos centros industriais no sul e no oeste do país. Esse fenômeno levou a região do manufacturing belt a ser chamada de rust belt ou o “cinturão da ferrugem”, em virtude da grande quantidade de prédios abandonados que antes funcionavam como fábricas nas cidades dessa região.

A mesma lógica é encontrada na coleção **Ser Protagonista** (v. 2, p. 103), que destaca a instalação de fábricas de empresas estadunidenses no território mexicano em busca de mão de obra barata. Já a coleção **Conexões** (v. 3, p. 18) discute a qualificação da mão de obra como fator determinante para a localização

de indústrias de alta tecnologia na costa oeste dos Estados Unidos.

4.4.3 Como é vista a organização de trabalhadores?

As coleções didáticas de Geografia frequentemente se referem a sindicatos de forma associada à desconcentração industrial. Frente ao predomínio da visão do “fator mão de obra”, a organização de trabalhadores é vista como uma força repulsiva.

Antes, porém, a coleção **Ser protagonista** registra o nascimento de entidades trabalhistas de modo relacionado às origens do capitalismo e à concentração de trabalhadores provocada pela industrialização. É o que se lê logo no início de seus textos:

Houve uma separação entre o capital e o trabalho. Na pequena produção mercantil, as formas artesanais de manufatura eram dominantes, e o produtor, o comerciante e o proprietário dos meios de produção eram a mesma pessoa. Na estrutura industrial, o trabalhador não é mais possuidor de meios de produção, sendo obrigado a vender a sua força de trabalho como mercadoria. Essa é a principal característica do modo de produção capitalista.

O grande agrupamento de trabalhadores levou a um forte movimento sindicalista, que foi importante nas lutas dos trabalhadores europeus. (**Ser Protagonista**, v. 1, p. 20)

Na coleção **Fronteiras da globalização** (v. 3, p. 154-155), a origem do sindicalismo no Brasil é vista como consequência do crescimento industrial ocorrido no início do século XX:

Mais tarde outro período de desenvolvimento industrial ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), principalmente por um motivo: os países fornecedores de produtos industrializados para o Brasil estavam em guerra e diminuíram suas exportações. Alguns estabelecimentos, como frigoríficos e metalúrgicas, foram criadas para suprir essa lacuna e o número de empresas cresceu bastante [...]. A produção industrial ficou mais diversificada, abrangendo os seguintes ramos. Alimentos, têxtil, roupas e calçados, fumo, móveis, metalurgia, mecânica, entre os principais. Nessa ocasião, surgiram várias associações ou sindicatos ligados tanto a operários quanto ao patronato.

O sindicalismo brasileiro é abordado também pelo segundo volume da coleção **Ser protagonista** (v. 2, p. 239):

Os sindicatos são importantes organizações de coordenação e mobilização dos trabalhadores que visam defender seus direitos, principalmente diante do empresariado e do Governo. Sua atuação está historicamente ligada às cidades e ao processo de industrialização.

As organizações sindicais atuam nas negociações como porta-vozes dos trabalhadores diante dos empregadores, sejam eles públicos ou privados. Quando todas as alternativas amigáveis de acordo se esgotam, os trabalhadores recorrem ao movimento grevista como forma de pressionar a retomada das reuniões, para, juntos, solucionar o impasse e voltar ao trabalho.

No Brasil, o movimento sindical teve início nas primeiras décadas do século XX, quando surgiram aqui as primeiras fábricas. Em 1917, uma greve geral, que contou com forte participação de anarquistas, praticamente paralisou a cidade de São Paulo, estendendo-se depois para outros estados do país, em especial para o Rio de Janeiro, então capital federal, e o Rio Grande do Sul. Ainda que vigorosamente reprimidos pelas autoridades, os operários obtiveram importantes resultados, como um aumento salarial imediato.

Em todo o mundo, tanto os sindicatos como os movimentos grevistas têm perdido espaço entre os trabalhadores, devido a uma série de fatores. Um deles é o desgaste dessas instituições, cujos métodos de ação e mobilização estão desacreditados e não conseguem mais atrair a atenção dos trabalhadores como em outros tempos. Outro é o avanço da robotização e informatização do processo produtivo, que aumentam a sua produtividade e lucratividade, podendo substituir parte da mão de obra humana. No Brasil, outro importante fator do enfraquecimento dos movimentos sindicais é a dispersão territorial das indústrias.

A coleção **Geografia para o ensino médio** (v. 1, p. 102), porém, já marca a ideia de sindicatos como força oposta ao crescimento industrial, ao comentar o surgimento das técnicas de organização produtiva denominadas como *fordismo*:

A produção industrial do século XX foi organizada segundo padrões de “administração científica” definidos pelos norte americanos Frederick W. Taylor e Henry Ford. O engenheiro Taylor pregava uma parceria entre a administração das empresas e a força de trabalho, que deveriam compartilhar a meta da elevação da eficiência produtiva e rejeitar as interferências dos sindicatos operários. O empresário Ford, por sua vez, aplicou à indústria do automóvel a técnica da linha de montagem, extraindo o máximo de benefícios da mecanização da produção.

Na linha de montagem, o ritmo definido pelas máquinas organiza o trabalho, subordinando os operários à lógica geral da produção. O fordismo, ao converter os trabalhadores em engrenagens de um sistema mecânico, atingiu a meta a que se propunha o taylorismo.

No fim, a oposição entre sindicatos e empresariado é sintetizada da seguinte forma:

Os trabalhadores se organizam em sindicatos para defender seus interesses de classe, que são definidos por oposição aos interesses dos empresários. Os últimos buscam antes de tudo maximizar seus lucros; os primeiros almejam aumentar seus salários e melhorar as suas condições gerais de trabalho. (**Geografia para o ensino médio**, v. 1, p. 103)

A relação entre as ideias de Taylor e a exploração de trabalhadores também é discutida na coleção **Projeto Eco** (v. 1, p. 207). No mais, a força de organizações trabalhistas passa a ser representada como uma contraforça. Posteriormente, ao comentar o caso da industrialização japonesa, a coleção **Geografia para o ensino médio** (v. 3, p. 112-113) destaca a debilidade do movimento sindical como diferencial em relação aos países europeus:

A capitalização dos conglomerados industriais apoiou-se no baixo custo da força de trabalho e na fragilidade do movimento sindical. Diferente da Europa, o movimento operário japonês nunca teve forte influência política e social, o que conferiu à reconstrução econômica seus traços nitidamente favoráveis ao empresariado.

A coleção **Fronteiras da globalização** (v. 3, p. 170) relaciona também organizações trabalhistas à desconcentração industrial: “as empresas estão fugindo da poluição, dos congestionamentos, dos altos preços dos terrenos, de sindicatos fortes, e procurando cidades menores, que oferecem, entre muitas facilidades, uma excelente qualidade de vida. A coleção **Geografia: o mundo em transição** (v. 3, p. 31) diz o mesmo, ao discutir a saída de indústrias de São Paulo:

Para essa deseconomia de escala na Grande São Paulo também concorreu a grande combatividade de vários sindicatos de trabalhadores nessa região, que, nos anos 1970, foram a vanguarda em termos de reivindicações salariais e greves. Tratava-se de um novo sindicalismo, mais atuante na defesa dos direitos de suas categorias profissionais.

Outros exemplos semelhantes podem ser encontrados nas coleções **Ser protagonista** (v. 2, p. 82), **Projeto eco** (v. 2, p. 163) e **Geografia para o ensino médio** (v. 2, p. 85; 87-88).

A coleção **Áreas do conhecimento** (v. 3, p. 156) também traz essa visão ao discutir a instalação de indústrias no Nordeste. Mas ela se diferencia quando, ao discutir a flexibilização de leis trabalhistas, relaciona o enfraquecimento de sindicatos ao aumento da exploração de trabalhadores no mundo contemporâneo:

A flexibilização também se estende para as contratações. Com a anuência do Estado e com o enfraquecimento dos sindicatos, os contratos de trabalho não obedecem mais às antigas leis trabalhistas. Segundo os neoliberais, desonerar as empregas de encargos trabalhistas traz benefícios a todos. Mas quem são todos?

O empregado fica sem nenhuma estabilidade e garantia legal, mas os preços não estão baixando em decorrência disso. Ao contrário, com o monopólio de mercado, a lei da oferta e da procura é coisa do passado.

Novamente, observa-se que a flexibilização atende somente aos interesses de maior acumulação de capital por parte dos grupos empresariais em detrimento da qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores. E ainda assim, grande parte da população mundial

pleiteia esses empregos, porque não há uma outra perspectiva, apenas o desemprego e a diminuição das políticas públicas de amparo aos desempregados. (**Áreas do conhecimento**, v. 3, p. 151)

A debilidade do movimento sindical é vista como consequência das alterações das relações de trabalho pela coleção **Projeto Eco**. Relacionando essa mudança à informatização, a coleção faz o seguinte comentário:

Um número cada vez maior de trabalhadores vêm exercendo suas atividades em casa, sem a presença diária e com horário determinado na empresa. Por se tratar de um processo recente de relação de trabalho, ainda há poucos dados a respeito. Porém, já se percebe enfraquecimento geral dos sindicatos (organizações que representam as diversas classes de trabalhadores), menor mobilização e integração entre os trabalhadores, principalmente no que se refere ao aumento de salários e benefícios, e até mesmo amplo debate sobre o custo dos trabalhadores para as empresas. (**Projeto Eco**, v. 1, p. 225)

4.5 GEOGRAFIA E QUESTÕES URBANAS

4.5.1 A gênese da urbanização e as classes sociais

As coleções didáticas de Geografia geralmente não dedicam muito espaço às discussões sobre as classes sociais nas cidades pré-capitalistas, optando por explorar aspectos como sítio urbano ou a posição em relação a outras áreas de um determinado território. A exceção encontrada entre os livros estudados foi a obra **Território e sociedade**. Em seu terceiro volume, as discussões sobre espaço urbano iniciam com um texto sobre as cidades na antiguidade onde se

afirma o seguinte:

Fatores religiosos, que levaram as pessoas a erigir locais de culto aos deuses, fatores sociais, como a diferenciação das funções comunitárias, e fatores políticos, que legitimaram a dominação de um estrato social sobre outro, foram determinantes na formação da cidade na Antiguidade. (**Território e sociedade**, v. 3, p. 81)

Num período posterior da história, a coleção registra uma mudança no perfil da classe que dominava as cidades. As cidades modernas medievais europeias são caracterizadas da seguinte forma:

A partir do século XIII as cidades medievais tornaram-se importantes centros comerciais no continente europeu, atraindo um grande contingente populacional. Em seu interior, a produção artesanal ganhou importância. Os comerciantes tornaram-se a classe privilegiada da sociedade urbana, que emergia no seio da economia feudal e, ao mesmo tempo, adquiria total independência do feudalismo. O intercâmbio comercial a partir desse período gerou uma economia monetária sólida e criou a base da acumulação primitiva do capitalismo comercial. (**Território e sociedade**, v. 3, p. 83)

As demais coleções que se referiram a classes sociais em suas explanações sobre o processo de urbanização enfocam o século XVIII como momento inicial da urbanização. Em algumas coleções, vigora a perspectiva que relaciona esse fenômeno à industrialização. O exemplo a seguir vem do segundo livro da coleção **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 2, p. 11):

Nesse momento histórico, as cidades representaram o ambiente ideal para o florescimento da indústria, pois nelas viviam os donos dos meios de produção (comerciantes, banqueiros e proprietários das manufaturas), que possuíam o capital necessário para investir no desenvolvimento de novas tecnologias de produção. Além disso, os habitantes desses centros urbanos representavam um importante mercado consumidor para os produtos industrializados e ofereciam mão de obra barata para as fábricas, fatores intensificados a partir de então por um expressivo êxodo rural.

Essa ótica reaparece quando a coleção apresenta a urbanização brasileira (**Geografia – Espaço e Vivência**, v. 2, p. 105). A obra **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 1, p. 248) também segue essa perspectiva, mas destacando a origem rural dos trabalhadores que se destinavam às cidades naquele contexto:

As indústrias, necessitando de um grande contingente de mão de obra, atraíram muitos trabalhadores rurais. Nas cidades, surgiram então as primeiras vilas operárias, construídas próximas às fábricas, com alguma infraestrutura urbana, como ruas e comércio. Posteriormente foram instalados serviços essenciais, como escolas e hospitais. Desse modo, a população urbana começou a crescer mais que a rural, dando início à urbanização.

Ainda segundo essa coleção, o crescimento das cidades criou uma nova estrutura social, sendo vista em termos de consumo: “Supermercados, shopping centers e centros comerciais aproximam os consumidores desses produtos – o que não significa que todos tenham acesso aos mesmos bens, já que persistem as desigualdades sociais.” (**Geografia: sociedade e cotidiano**, v. 1, p. 248). Essa perspectiva que identifica os grupos sociais urbanos segundo a renda ou o consumo também é encontrada na coleção **Conexões** (v. 3, p. 38).

A coleção **Fronteiras da globalização** também ressalta o deslocamento populacional suscitado pelo surgimento da indústria moderna. Contudo, diferente da coleção anterior, nela se aponta o surgimento do proletariado urbano em função de sua posição do processo produtivo:

Houve um grande deslocamento de trabalhadores do campo para a cidade, o que fez aumentar a população urbana e surgir o proletariado urbano [...]. Nos países desenvolvidos, a indústria e as atividades terciárias absorveram a mão de obra vinda do campo, tornando o processo de urbanização mais equilibrado. A globalização mudou esse quadro, em consequência de uma reestruturação da economia que gerou desemprego (tecnológico e estrutural). (**Fronteiras da globalização**, v. 1, p. 207)

Ressurge aqui o “homem fator mão de obra”, visto na seção sobre Geografia e Atividade Industrial. Vistas por esse prisma, as cidades contemporâneas ganham a função de reservatório. Outro exemplo que segue essa linha é a coleção **Geografia para o ensino médio** (v. 3, p. 55):

As cidades populosas são grandes mercados consumidores e grandes reservas de mão de obra. A implantação das fábricas e a ampliação do comércio estimulam o desenvolvimento dos meios de transporte, comunicação e serviços. Fundam-se bancos e se configura um setor financeiro cada vez mais complexo. Infraestruturas ferroviárias e rodoviárias, energéticas e telefônicas são criadas para servir às novas atividades econômicas. Tudo isso atrai empresas industriais e comerciais, dinamizando a expansão urbana.

No mesmo livro, retoma-se a relação entre industrialização e urbanização para destacar o recente crescimento da população urbana na China (**Geografia para o ensino médio**, v. 3, p. 133).

Encontra-se nas coleções uma atenção diferenciada quanto aos processos de urbanização dos ditos países subdesenvolvidos. Para a coleção **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 2, p. 14), entre os fatores que motivam o êxodo rural em países com baixa industrialização estão: “a miséria em que vivem os trabalhadores camponeses; a concentração de terras agricultáveis nas mãos dos latifundiários; os conflitos entre grupos étnicos rivais e a guerrilha promovida por narco-traficantes”. Perspectiva semelhante é encontrada também na coleção **Fronteiras da globalização** (v. 1, p. 208).

A urbanização brasileira, por sua vez, é ainda mais detalhada. Naturalmente, aspectos semelhantes aos vistos sobre países subdesenvolvidos também aparecem na descrição da evolução do fenômeno urbano no nosso país.

O exemplo a seguir vem da coleção **Território e sociedade** (v. 3, p. 101):

No caso do êxodo rural, é preciso considerar que, além dos fatores de atração nas cidades (perspectiva de maior acesso a serviços e mercadorias, por exemplo), existem os fatores de repulsão no campo – associados à concentração de propriedade rural, aos baixos salários, à falta de políticas que beneficiem o pequeno proprietário e à mecanização das atividades rurais. Entre o final dos anos 1960 e o final da década de 2000, mais de 40 milhões de brasileiros deixaram o campo e se dirigiram para as cidades.

Ainda a mesma coleção destaca o caráter excludente da urbanização brasileira. Esse fato estaria relacionado ao direcionamento das políticas públicas para determinadas classes:

A urbanização brasileira teve um caráter concentrador e excluiu boa parte da sociedade de seus benefícios. A velocidade com que se processou a urbanização no país criou dificuldades para o poder público suprir o espaço das cidades, especialmente das grandes, com a infraestrutura urbana e os serviços sociais necessários ao bem-estar da população. Isso, evidentemente, é agravado em razão de as políticas de planejamento urbano estarem voltadas, prioritariamente, para as classes média e alta. (**Território e sociedade**, v. 3, p. 102)

A obra **Geografia: o mundo em transição**, por sua vez, ressalta a influência da industrialização na urbanização do Brasil. Mas aqui a questão das classes sociais é vista por outro ângulo: o da superação do domínio de uma classe por outra. Em suas próprias palavras:

Como vimos, a urbanização brasileira só começou no momento em que a indústria se tornou o setor mais importante da economia nacional. Assim, representa um dos aspectos da passagem de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial, o que só ocorreu no século XX e se intensificou a partir de 1950.

Essa transformação do Brasil, que deixou de ser um país agrário e rural para tornar-se um país urbano e industrial, embora ainda subdesenvolvido, apresenta outros aspectos. Por exemplo: as camadas sociais dos fazendeiros e grandes comerciantes exportadores deixaram de ser dominantes politicamente, perderam parte da sua influência sobre

o governo em favor dos industriais, banqueiros, empresários das comunicações (televisão, jornais, rádios, revistas) e até mesmo, pelo menos antes das privatizações, diretores de grandes empresas estatais. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 2, p. 61)

Os aspectos problemáticos da urbanização também são relacionados à existência de classes sociais. A obra **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 2, p. 20) associa a escravidão à origem das desigualdades sociais vistas nas cidades, especialmente envolvendo afrodescendentes:

A libertação dos ex-escravos e a falta de terras disponíveis forçaram a migração desses grupos para as cidades. Entretanto, nas cidades, eles também não foram incorporados ao mercado de trabalho, visto que os imigrantes europeus tinham bem mais experiência na produção industrial. Assim, esse processo cumulativo resultou em problemas socioeconômicos para as comunidades afrodescendentes. As questões referentes a esse grupo social até hoje não foram solucionadas pela sociedade brasileira.

A coleção **Fronteiras da globalização** (v. 3, p. 101) vê no processo de urbanização a formação de um grupo social de excluídos:

Como consequência do êxodo rural, tivemos o grande crescimento da população urbana e a diminuição proporcional da população rural em nosso país, o que ocasionou o intenso processo de urbanização ocorrido, principalmente, após as décadas de 1950 e 1960. Outra consequência desse movimento migratório é o surgimento de uma grande massa de excluídos nos grandes centros urbanos. Essa população habita geralmente as periferias das grandes cidades, em bairros desprovidos de infraestrutura, de transportes e de saneamento básico, muitas vezes formando as chamadas favelas. Em pior situação, estão aqueles que não têm outra alternativa senão morar na rua.

4.5.2 Como é discutida a questão da moradia nas cidades?

A temática da organização territorial das cidades e da moradia aparece em diferentes momentos das coleções didáticas estudadas, sendo discutida tanto de forma geral, quando a partir de casos específicos, entre os quais se destacam os exemplos brasileiros. Entre essas passagens de texto também se encontram referências às classes sociais, seja pela discussão das condições materiais das habitações, seja pela discussão da localização de cada classe no contexto urbano.

Logo em suas primeiras páginas, quando discute a vivência fragmentada típica das grandes cidades, a coleção **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 1, p. 32) relaciona o zoneamento das cidades a existência de grupos na sociedade:

A divisão das cidades grandes em zonas (norte, sul, leste e oeste; cidade baixa, cidade alta, cidade velha, cidade nova) e a organização em bairros demonstram um pouco a existência desses fragmentos, dos diversos lugares que constituem um espaço. Além disso, esse modo de organização espacial demarca e se expressa na cultura, na linguagem, nos sotaques, nas tradições e nos hábitos dos grupos sociais. É preciso analisar também de que forma se dão a constituição e a produção dos lugares.

Ao discutir, em seu segundo volume, a urbanização brasileira, o texto da coleção é mais específico quanto aos zoneamentos derivados da existência de classes diferentes, no caso, ricos e pobres:

Nas cidades surgiram também espaços segregados, isto é, que separam os ricos dos pobres. O contraste é visível: de um lado, prédios luxuosos, enormes palacetes e condomínios residenciais fechados; do outro, ausência de infraestrutura, como ruas sem pavimentação, falta de iluminação pública, saneamento básico precário, insuficiência de escolas e de áreas públicas para o lazer.

Como os terrenos do centro e das regiões nobres das cidades se

valorizam, passam a custar mais, e as pessoas que não tem condições procuram terrenos mais baratos na periferia, onde, muitas vezes, são levadas a ocupar os morros e as várzeas dos rios. Segundo dados do IBGE, mais de 30% dos domicílios ocupam loteamentos irregulares em cidades como Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. (**Geografia: sociedade e cotidiano**, v. 2, p. 247)

A coleção **Áreas do conhecimento** segue a mesma linha de raciocínio, apontando a especulação imobiliária como organizadora da urbanização no Brasil.

Em comparação, os países desenvolvidos apresentam um perfil distinto:

Em países desenvolvidos, ao contrário do Brasil, a organização espacial urbana foi sendo reorganizada pelo planejamento do Estado. Dessa forma, a população de menor renda estabelece-se ao redor do centro econômico urbano, utilizando o transporte coletivo para ir e vir do trabalho com menor tempo e distância. Já a periferia nesses países é um espaço arborizado e supervalorizado, procurado por pessoas de maior renda que querem tranquilidade e dispõem de condução própria para se deslocar. (**Áreas do conhecimento**, v. 1, p. 171)

A relação entre a especulação imobiliária e a organização do espaço urbano também aparece nas coleções **Ser Protagonista** (v. 2, p. 221), **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 3, p. 112-113) e **Conexões** (v. 3, p. 35,38). Também trabalhando nessa perspectiva, a coleção **Projeto Eco** (v. 1, p. 160) acrescenta à renda outros elementos para a definição de pobreza e, conseqüentemente, de pobres na cidade:

Os pobres, em sua maioria, são relegados às áreas socialmente segregadas, chamadas de favelas.

Embora a renda (em dinheiro) seja um fator fundamental da vida nas cidades, ela é apenas um dos aspectos da pobreza urbana. Outros fatores somam-se à renda, como a falta de serviços públicos essenciais, como água encanada e tratada, saneamento básico, coleta de lixo, vagas hospitalares, escolas, creches, etc. Essas questões, que evidenciam a insuficiência e a ineficiência das políticas públicas, aumentam os problemas de saúde e de emprego da população urbana pobre, agravando ainda mais a vulnerabilidade dessas pessoas a riscos ambientais e à criminalidade.

Essa leitura que ressalta a diferenciação nos serviços públicos entre as áreas de populações ricas e pobres também é encontrada nas coleções **Conexões** (v. 1, p. 260), **Geografia: o mundo em transição** (v. 2, p.68) e **Geografia geral e do Brasil** (v. 3, p. 185). Nas últimas duas, destaca-se também a distribuição desigual da violência, problema social que atinge principalmente a parcela pobre da população.

Mas é a coleção **Geografia para o ensino médio** que se destaca pela discussão acerca do nexo entre a organização territorial das cidades e as classes sociais. Em seu segundo livro, o capítulo sobre o espaço das metrópoles também relaciona a questão da renda à estrutura espacial das cidades:

As áreas residenciais de alta renda não se distribuem aleatoriamente pela mancha urbana. Como regra, essas áreas se desenvolvem em determinado setor da cidade e, ao longo do tempo, tendem a se segregar espacialmente das áreas residenciais populares. O elemento que define a segregação espacial é o preço dos terrenos e dos imóveis. Os setores da cidade preferidos pelas camadas de alta renda experimentam valorização imobiliária, o que limita a possibilidade de instalação de famílias de baixa renda. Em São Paulo, por exemplo, os bairros de alta renda expandiram-se pelo quadrante sudoeste da cidade. (**Geografia para o ensino médio**, v. 2, p. 159)

Mais adiante, o texto aprofunda a questão ao discutir o avanço da urbanização pelo surgimento da metropolização. Aqui, faz-se referência aos diferentes e potencialmente conflitantes usos que diferentes classes fazem da cidade:

À medida que se desenrola o processo de metropolização e espraiam-se bairros residenciais de alta renda cada vez mais distantes do centro, o centro comercial e de serviços vai sendo abandonado pelos consumidores com maior poder aquisitivo. Com isso ele se transfigura, voltando-se para o consumo popular. Esse processo é designado, na linguagem do senso comum, pela expressão decadência do centro – noção nitidamente preconceituosa, que registra a forma de as camadas de alta renda interpretarem a cidade.

Os bairros populares das grandes cidades desenvolveram-se inicialmente nos arredores das áreas industriais. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, seu crescimento acompanhou o trajeto das vias férreas, e as estações de trem funcionaram como polos de núcleos residenciais suburbanos. Mais tarde, no pós-guerra, com a aceleração do êxodo rural, configuram-se vastos anéis periféricos em loteamentos populares legais ou clandestinos.

Esses anéis periféricos de baixa renda expandiram-se com base na autoconstrução, isto é, na construção de habitações pelo trabalho das próprias famílias. A mancha urbana alargou-se antes da implantação de infraestruturas básicas, como a iluminação pública e redes de água e esgotos, e dos serviços de transporte e saúde. Ainda hoje, extensas áreas da periferia carecem de ligações com a rede de esgotos e dependem de serviços informais de transporte. (**Geografia para o ensino médio**, v. 2, p. 161)

Mas uma discussão ainda mais profunda é apresentada antes, no capítulo sobre as cidades e o espaço brasileiro. Tratando especificamente das cidades de Brasília e Belo Horizonte, a coleção oferece exemplos da relação entre os interesses de classes privilegiadas e o planejamento urbano. Sobre Brasília, a coleção relata o seguinte:

O plano urbanístico, contudo, não eliminou a clássica estruturação espacial das grandes cidades brasileiras: o contraste entre as áreas centrais reservadas às classes médias e às elites, de um lado, e as periferias populares, de outro. Mas operou uma transformação radical nesse esquema, abrindo um espaço vazio entre a área central (o Plano Piloto) e a periferia (as cidades-satélites).

O preço dos terrenos no Plano Piloto e as rígidas disposições urbanísticas alijaram os trabalhadores de menor qualificação da área central. Dessa forma, a capital cresceu como cidade polinucleada: uma única aglomeração urbana dispersa territorialmente em diversos núcleos separados. Tais núcleos são chamados de regiões administrativas, já que a Constituição impede a formação de municípios autônomos no Distrito Federal (veja o mapa). (**Geografia para o ensino médio**, v. 2, p. 76)

Também se encontra esse debate no terceiro livro da obra **Conexões**. A semelhança com relação ao visto anteriormente é de um nível que desperta a curiosidade:

O plano urbanístico não eliminou a clássica estruturação espacial das grandes cidades brasileiras: o contraste entre as áreas centrais reservadas às classes médias e às elites, de um lado, e as periferias populares, de outro. No entanto, operou uma transformação radical nesse esquema, abrindo um espaço vazio entre a área central (o Plano Piloto) e a periferia (as cidades-satélites). O elevado preço dos terrenos do Plano Piloto empurrou os mais pobres para núcleos urbanos satélites, que cresceram como verdadeiras cidades-dormitório.

Embora não estivessem formalmente previstas no plano, as cidades-satélite desenvolveram-se para, de certa forma, protegê-lo, evitando a concentração da pobreza. Dessa maneira, a capital cresceu como cidade polinucleada: uma única aglomeração urbana dispersa territorialmente em diversos núcleos separados. Esses núcleos são chamados de regiões administrativas, já que a Constituição impede a formação de municípios autônomos no Distrito Federal [figura]. (**Conexões**, v. 3, p. 272)

A sequência dos textos das duas obras ressalta as cidades-satélites como áreas da população trabalhadora de baixo nível de renda, citando o tempo elevado que essas pessoas gastam com seus deslocamentos diários. O Plano Piloto é apresentado como lócus da elite de dirigentes políticos, administrativos ou membros da diplomacia estrangeira (**Geografia para o ensino médio**, v. 2, p. 77; **Conexões**, v. 3, p. 273).

Sobre a cidade de Belo Horizonte, a coleção **Geografia para o ensino médio** (v. 2, p. 89) afirma a relação entre sua criação, a situação econômica do estado de Minas Gerais e os interesses das classes dominantes:

Belo Horizonte nasceu em 1897, como uma cidade planejada. Sua origem está ligada a um projeto estratégico das elites mineiras, destinado a reverter o processo de decadência econômica de Minas Gerais. A expansão da economia cafeeiro paulista e o crescimento do poder de atração do Rio de Janeiro contrastavam com a estagnação de Minas Gerais, que havia um século conhecia o inexorável declínio da mineração.

A transferência da capital de Ouro Preto para a nova cidade foi um ato simultaneamente simbólico e estratégico. Ouro Preto recordava as riquezas perdidas do passado; Belo Horizonte, capital sem passado, evocava a luta por um futuro de glórias. Ouro Preto, no caminho da zona da Mata mineira, situava-se em área cada vez mais influenciada pelo Rio de Janeiro; Belo Horizonte, 100 quilômetros a noroeste, pretendia ser um

centro polarizador da vida econômica mineira.

A outra abordagem sobre o espaço urbano que frequentemente se associa ao conceito de classes sociais refere-se às condições materiais de moradia. Nas coleções, explora-se essa questão especialmente por seu viés paisagístico, isto é, pela visibilidade que as habitações dão para a existência de desigualdades sociais.

Em **Geografia: o mundo em transição**, encontra-se um dos exemplos dessa forma de aproximação da questão urbana. Ao discutir a produção do espaço geográfico, seu texto afirma o seguinte:

Percebemos claramente que a cidade de São Paulo, como a maioria das outras cidades, não é homogênea, ou seja, não é igual em todas as suas áreas.

Há bairros onde a paisagem é dominada pelos modernos edifícios e outros nos quais ainda predominam construções bem antigas. A região central concentra o comércio com um grande movimento de pessoas e de veículos, apresentando uma agitação que, em geral, não se encontra na periferia e nos bairros mais distantes. Alguns bairros são repletos de mansões e edifícios luxuosos, com amplos apartamentos; outros, porém, são muito pobres, com milhares de famílias amontoando-se em pequenas casas ou barracos mal construídos, sem conforto nem segurança.

Isso acontece porque a cidade de São Paulo, como todo o Brasil, apresenta enormes desigualdades sociais, ou seja, grandes diferenças econômicas entre as pessoas, principalmente entre ricos e pobres.

Essas desigualdades aparecem com clareza na organização do espaço geográfico. Ele reflete a sociedade: quando ela é igualitária, isto é, quando as pessoas têm um nível de vida semelhante, o espaço também apresenta poucas variações. Quando a sociedade é desigual, dividida, o espaço mostra-se com áreas desiguais. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 1, p. 74)

Outro exemplo nesse sentido vem da coleção **Ser Protagonista**. Em duas passagens, recorre-se ao aspecto visual para distinguir habitações e áreas de pessoas pobres das moradias de pessoas de classes mais abastadas. Primeiro,

coloca-se o seguinte:

Nas cidades brasileiras a segregação espacial fica evidente quando comparamos, por exemplo, bairros de classe média e alta com bairros da periferia. Na periferia das cidades, as construções são em grande parte pequenas, simples e, geralmente, erguidas pelos próprios moradores (fenômeno que recebe o nome de autoconstrução). (**Ser Protagonista**, v. 2, p. 221)

Mais adiante, ao trabalhar os problemas sociais urbanos, a coleção retoma a paisagem para definir a condição de vida da população pobre:

O problema da habitação é um dos que mais chamam a atenção, especialmente nas grandes cidades. A excessiva concentração populacional gera distorções na paisagem urbana. Expressiva parcela da população de baixa renda se vê obrigada a viver em habitações improvisadas e submoradias, como as favelas e os cortiços. (**Ser Protagonista**, v. 2, p. 232)

Na sequência, a coleção explora também o outro lado da relação. As construções dedicadas a pessoas de maior renda também fazem parte de uma estratégia de classe, no caso, dos proprietários de terras urbanas:

Nas cidades, os problemas de moradia são muito visíveis. Enquanto as favelas e os cortiços continuam a existir, a indústria da construção civil não cessa de erguer prédios destinados aos setores da população cujo poder aquisitivo lhes permite comprar um imóvel. Nas áreas periféricas, as dificuldades enfrentadas por uma parte da população se revelam na construção de moradias com baixo padrão de infra-estrutura e acabamento. Tais moradias muitas vezes se situam em terrenos de proteção ambiental, como os mananciais, ou em áreas privadas.

Os donos dessas áreas seguem uma lógica de mercado: eles esperam pela valorização de suas terras. A presença de prédios desabitados também segue essa lógica. São construções públicas e privadas abandonadas ou que estão estrategicamente desocupadas, à espera de algum processo de melhoria de sua infra-estrutura ou de intervenção que valorize a região. (**Ser Protagonista**, v. 2, p. 238)

A coleção **Geografia – Espaço e Vivência** também explora os dois lados da questão. Primeiro, vê a precariedade das habitações populares como característica do baixo nível salarial da população trabalhadora dos países subdesenvolvidos. Depois, ao afirmar as paisagens urbanas brasileiras como aparência das desigualdades sociais, aponta o crescimento, ao lado das favelas, de condomínios fechados em bairros ricos: “Essas áreas são verdadeiros enclaves no interior da malha urbana, pois são isolados dos demais bairros por muros altos, portões e guaritas de vigilância, com acesso exclusivo aos condôminos e funcionários” (**Geografia – Espaço e Vivência**, v. 3, p. 153, 180).

Já a coleção **Geografia global** (v. 2, p. 178) dá maior ênfase à tipificação das formas de moradia da população pobre nas cidades – favelas, cortiços e loteamentos urbanos são apontados como expressões das formas encontradas pelas classes populares para solucionar seus problemas de habitação. Esse trabalho descritivo também é realizado, com um nível de detalhamento ainda maior, pelos segundos volumes de **Geografia para o ensino médio** (p. 162) e **Geografia: o mundo em transição** (p. 67).

A obra **Geografia geral e do Brasil** também enfoca a paisagem urbana como forma aparente das desigualdades sociais. Contudo, a coleção destaca o papel das políticas públicas na mitigação ou no agravamento das diferenças entre as classes.

As desigualdades sociais se materializam na paisagem urbana. Quanto maiores as disparidades entre os diferentes grupos e classes sociais, maiores as desigualdades de moradia, de acesso aos serviços públicos e de qualidade de vida, e maior a segregação espacial. No entanto, mesmo num bairro de população pobre, essa qualidade de vida pode ser melhorada caso os serviços públicos de educação, saúde, transporte coletivo, saneamento básico, entre outros, passem a funcionar de forma adequada. Essas mudanças positivas têm maiores chances de se concretizar quando a comunidade se organiza para melhorar seu

cotidiano e reivindicar os seus direitos. Quando isso não acontece, as desigualdades e a exclusão socioespacial tendem a se manter e, muitas vezes, a aumentar. (**Geografia geral e do Brasil**, v. 3, p. 184)

A transformação das condições de habitação no espaço urbano também é discutida nas coleções didáticas estudadas. No tocante a esse tema, o Estado é colocado em papel de destaque, mas ganham relevância também os movimentos sociais populares e suas disputas com classes sociais dominantes e com o poder estatal.

A coleção **Território e sociedade** faz um balanço da relação entre a ação do Estado e a atuação de movimentos sociais, ao comentar a ascensão do fenômeno urbano na Europa. Industrialização, urbanização e o crescimento da organização trabalhista são associados ao desenvolvimento do planejamento urbano:

Quando a industrialização e a urbanização se tornaram um fenômeno mundial na segunda metade do século XIX, os problemas urbanos ficaram evidentes nos países industrializados. Pairava sobre esses países uma contradição: o crescimento econômico conquistado pela industrialização não havia melhorado a vida de grande parte da população urbana. Ao mesmo tempo em que a Revolução Industrial se desenvolvia em diversos países da Europa, revoltas populares desencadeavam-se por todo o continente, diante das precárias condições de vida em que viviam as camadas mais pobres da população urbana.

O proletariado urbano, cada vez mais numeroso, amontoava-se em habitações deterioradas às margens de ruas estreitas, sem saneamento básico nem serviço de coleta de lixo – situações que constituíam ameaças permanentes de convulsão social. Os movimentos socialistas acreditavam que a insatisfação latente das camadas populares causada pela situação precária em que viviam levaria à Revolução Socialista. Por isso, o Estado procurou, por meio do planejamento urbano, soluções para remediar os problemas sociais, controlando, assim, as revoltas populares. A remodelação de cidades como Viena, Londres, Florença e Paris atendeu a problemas comuns: promover a melhoria sanitária, preservar e criar espaços públicos, alargar as ruas e avenidas. No entanto, nem todas as intervenções urbanas ocorridas na Europa ao longo do século XIX, que marcaram a origem do urbanismo, partiram de objetivos e concepções idênticos. (**Território e sociedade**, v. 3, p. 84)

Na sequência, o texto exemplifica a relação entre planejamento urbano e controle de movimentos sociais pelo caso da reforma haussmaniana em Paris (**Território e sociedade**, v. 3, p. 84). A coleção **Ser Protagonista** (v. 2, p. 216), por outro lado, enfatiza a importância dos movimentos operários para a melhoria das condições de habitação nas cidades:

Já na segunda metade do século XIX, os movimentos operários passaram a ganhar força e reivindicar melhorias trabalhistas e sociais. Gradativamente, as condições insalubres de moradia foram sendo sanadas por políticas públicas voltadas ao planejamento urbano. As cidades continuaram crescendo, mas de forma mais planejada.

O espaço urbano brasileiro também é objeto das análises que discutem os sujeitos da remodelação das cidades. Em discussão a respeito das reformas do Rio de Janeiro no início do século XX, a coleção **Conexões** (v. 1, p. 244) traz um exemplo da ação do Estado e das suas consequências para a população pobre da cidade:

As áreas centrais do Rio de Janeiro, por exemplo, foram inteiramente remodeladas no começo do século XX, de acordo com os preceitos dos sanitaristas. Uma das primeiras providências tomadas pelo governo foi colocar abaixo os velhos casarões coloniais, que há muito tinham se convertido em moradias improvisadas para as famílias mais pobres. Cortiços e habitações populares desse tipo eram considerados os principais focos de infecção, e passaram a ser sistematicamente fiscalizados pelos agentes sanitários. No lugar dos cortiços, surgiram palacetes, praças e jardins, e as ruelas estreitas e pantanosas cederam lugar a grandes e largas avenidas. Esse processo, que ficou conhecido como “Renegação”, obrigou os pobres a migrar para os bairros de periferia e para os morros que circundam a cidade.

Mais adiante, o texto relata a insatisfação popular suscitada pelas medidas sanitaristas. No cerne da questão, a destruição das moradias das classes pobres:

Mas não foi uma tarefa fácil. A população se revoltou contra os médicos e as autoridades sanitárias, tidos como responsáveis pela demolição dos cortiços e habitações populares e pelo fechamento de centenas de

pequenos estabelecimentos comerciais que não operavam em conformidade com os novos padrões legais de higiene. (**Conexões**, v. 1, p. 245)

A coleção **Ser Protagonista** também está entre aquelas que enfatizam a ação de movimentos sociais na cidade. Em seu segundo volume, a obra relaciona o surgimento desse tipo de associação às contrições do urbano no Brasil:

Chamam-se movimentos sociais as organizações ou grupos estruturados para criar formas de associação entre pessoas, grupos de pessoas ou entidades com interesses comuns e que buscam defender seus direitos por meio de ações coletivas.

As causas pelas quais lutam são amparadas em anseios legais (direito à moradia, melhores salários, direito à terra, etc.), embora as manifestações organizadas (protestos, passeatas e ocupações, entre outras) para chamar a atenção da sociedade para suas reivindicações possam às vezes ferir a ordem pública.

Os movimentos sociais por moradias são uma manifestação das muitas contradições das cidades: ao mesmo tempo que elas oferecem um conjunto de atrativos econômicos, culturais e de lazer, uma parcela de sua população não chega a ter a garantia do mínimo necessário à sobrevivência.

Devido aos problemas mencionados, surgiram no Brasil movimentos sociais urbanos que lutam por moradia. Um deles é o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que reivindica uma reforma da posse de terra na cidade de maneira a garantir condições de moradia a todos seus habitantes. Suas estratégias para sensibilizar a população são as caminhadas e passeatas e, principalmente, a ocupação de prédios desabitados. (**Ser Protagonista**, v. 2, p. 238)

Outra abordagem sobre movimentos sociais urbanos é feita pela coleção **Geografia – Espaço e Vivência**. Nela, a organização das camadas pobres das cidades brasileiras é vista como resultado da segregação a que estão submetidos:

O processo de intensa segregação socioespacial vivenciado no Brasil nas últimas décadas tem levado muitos grupos sociais excluídos a se organizar, como o dos trabalhadores sem-teto, que promovem a ocupação de prédios ou de terrenos destinados à especulação imobiliária. Também são respostas à situação de exclusão social ações de rebeldia como os arrastões e os saques ao comércio. Tais ações têm sido imediatamente reprimidas pelo Estado por meio da polícia ou do exército.

Esses conflitos e tensões são decorrência da enorme desigualdade social que se reproduz de forma ampliada nas cidades. Na realidade, é negado aos grupos sociais rebelados o direito à cidadania, acesso à habitação, à alimentação, ao trabalho, à saúde, à justiça e à liberdade. (**Geografia – Espaço e Vivência**, v. 3, p. 181)

A coleção **Geografia: o mundo em transição** também dedica algumas linhas aos movimentos sociais urbanos, que são vistos como reações à ausência do Estado nas áreas das cidades ocupadas pela população pobre. Nesse caso, são considerados tanto os movimentos organizados quanto espontâneos. Também se apresentam as reações a tais movimentos:

Um movimento popular que vem se multiplicando nas grandes cidades brasileiras é o dos sem-terra urbanos, ou sem-teto, centenas de famílias que, da noite para o dia, ocupam um dos muitos terrenos ociosos que existem nessas cidades e aí procuram fixar moradia. Isso resulta em repressão policial, conflitos com fiscais da prefeitura, com “seguranças” contratados pelos proprietários dos terrenos, etc. Mas, muitas vezes, pela resistência, esses ocupantes saem vitoriosos, com um local para construir suas casas.

Outro movimento popular que ocorre de vez em quando nas metrópoles do país, mas, nesse caso, de forma espontânea, sem a organização que existe entre os sem-teto, são as depredações de ônibus e trens. Isso costuma ser uma decorrência das péssimas condições desses transportes coletivos, como irregularidade nos horários, atrasos constantes, filas e superlotações, além de aumentos abusivos das tarifas. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 2, p. 69)

No entanto, apontam-se também as fragilidades das atuais organizações populares no Brasil. Conclui-se, assim, que no embate entre os sujeitos sociais urbanos prevalecem “os interesses empresariais de lucros a curto prazo com base na exploração dos trabalhadores. A cidade, portanto, não é construída para o cidadão, para o morador, o habitante; é permanentemente reconstruída para o capital, para a lógica do lucro” (**Geografia: o mundo em transição**, v. 2, p. 69).

4.6 AGRICULTURA E QUESTÕES AGRÁRIAS

4.6.1 Tipos de propriedade e de relações de trabalho no campo

A coleção **Ser Protagonista** é um exemplo de obra que inclui as relações de trabalho entre os critérios de análise do espaço rural. Após citar os tipos de cultivo e de tecnologia utilizados, o texto de seu primeiro livro diz que

As diferenças ocorrem ainda nas relações de trabalho, destacando-se o trabalho assalariado e o trabalho familiar. Em algumas regiões do mundo persiste o trabalho escravo, universalmente considerado uma violação dos direitos humanos. Essas diferenças são fundamentais para entendermos a organização do espaço rural no mundo. Essas diferenças são fundamentais para entendermos a organização do espaço rural no mundo. (**Ser Protagonista**, v. 1, p. 138)

Entre os tipos de agricultura, a coleção lista a agricultura patronal, na qual predominam trabalhadores assalariados, e a agricultura familiar, na qual o trabalho é feito pela família do proprietário das terras. A agricultura familiar é definida de forma semelhante pela coleção **Projeto Eco** (v. 1, p. 181), que a denomina agricultura de subsistência. A obra **Geografia geral e do Brasil** (v. 3, p. 227, 229) faz também definições sobre agricultura familiar e agricultura patronal, afirmando que elas diferem entre si pela forma de gestão da mão de obra. Por fim, a coleção **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 2, p. 30-31) também enfatiza a atuação de empresas no que chama de agricultura moderna.

Uma abordagem distinta é apresentada pela coleção **Geografia: o mundo em transição** (v. 1, p. 124), que enfatiza, na classificação dos tipos rurais, a

forma de propriedade da terra:

A propriedade privada é aquela em que um indivíduo – ou uma empresa, um grupo de pessoas ou uma instituição não governamental – tem a propriedade da terra, ou seja, pode fazer com ela o que bem entender, desde que respeite a legislação: vender, arrendar, produzir o que e como quiser, utilizar somente como lazer, etc.

A propriedade estatal ocorre quando o poder público – o governo federal, estadual ou municipal – é o dono da terra, e os trabalhadores rurais são funcionários públicos, que obedecem as diretrizes do Estado.

A propriedade coletiva é aquela que pertence a toda comunidade que nela reside: algumas terras indígenas, por exemplo, ou as terras em que vivem inúmeras sociedades tribais africanas.

Isso não significa um abandono da leitura sobre as relações de trabalho travadas no campo. Ela aparece também na caracterização que a coleção faz para as *plantations*: “São grandes propriedades rurais, geralmente monocultoras – isto é, que cultivam um só produto –, voltadas para o mercado externo e que fazem uso intenso de uma mão de obra mal remunerada” (**Geografia: o mundo em transição**, v. 1, p. 125). Outras coleções também identificam *plantations* pela relação de trabalho que apresentam, escrava no passado colonial, semiescrava ou assalariada no contemporâneo (**Geografia – Espaço e Vivência**, v. 2, p. 36; **Projeto Eco**, v. 1, p. 180; **Geografia geral e do Brasil**, v. 3, p. 241; **Conexões**, v. 3, p. 52).

As coleções didáticas avançam no detalhamento dos tipos de propriedade quando discutem a situação dos espaços agrários de alguns países. Estados Unidos, China, Rússia, as nações da União Europeia e o Brasil são os que recebem maior atenção quanto ao nexos entre as propriedades rurais e as classes sociais.

Recorre-se novamente à coleção **Ser Protagonista** como exemplo. Nela são apresentados dois modelos distintos de agricultura familiar: a agricultura

camponesa russa e o *farmer* estadunidense. Eles são caracterizados da seguinte forma:

Na agricultura camponesa, a família produz para si mesma e para um mercado local, normalmente objetivando o sustento da própria família, e não o lucro. Um exemplo desse tipo de agricultura foi o *mir* russo, comunidade agrícola com um forte caráter coletivo em que as terras da aldeia eram redistribuídas entre as famílias de tempos em tempos. A agricultura camponesa familiar era uma maneira de resistir aos avanços do capitalismo (no século XIX), mantendo uma forma produtiva própria.

No *farmer* norte-americano, a produção tem grande integração com o mercado e o produtor é visto como um pequeno capitalista inovador, que busca ampliar sua produtividade para aumentar os lucros. Representa uma agricultura familiar que amplia o desenvolvimento capitalista. (**Ser Protagonista**, v. 1, p. 139)

No segundo livro da obra, os *farmers* estadunidenses são definidos da seguinte forma: “O sistema *farmer* (pequenas propriedades que utilizam o trabalho familiar) caracteriza-se pelo uso de tecnologia. Assim, uma família não necessita de muita mão de obra e pode continuar no campo e se sustentar” (**Ser Protagonista**, v. 2, p. 102). A coleção particulariza ainda o *modelo californiano*, que “tem por base a produção, em pequenas propriedades, de mercadorias diferenciadas, que necessitam de atenção especial. Seu ganho está, portanto, associado às especificidades da produção e não à escala” (**Ser Protagonista**, v. 2, p. 102).

Os *farmers* estadunidenses também aparecem como tipo específico de proprietário de terras em outras coleções. As obras **Geografia para o ensino médio** (v. 1, p. 141) e **Conexões** (v. 3, p. 55) ressaltam a origem dessa classe de proprietários fundiários estadunidenses: a imigração europeia durante o século XIX e o *Homestead Act* de 1862, política oficial de distribuição de terras. Mas também sinalizam a concentração de terras observada ao longo do século XX nos

Estados Unidos.

A coleção **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 3, p. 40), entretanto, destaca o papel de empresas no espaço agrário estadunidense:

No que se refere ao setor agroindustrial, a economia norte-americana também desponta como uma gigante. O espaço agrícola dos Estados Unidos caracteriza-se pela presença das chamadas empresas rurais, extensas propriedades agrícolas altamente capitalizadas, nas quais se emprega elevado nível tecnológico. Esse modelo transformou o país no maior produtor de milho e soja (é responsável por cerca de 40% do total mundial), assim como um dos maiores na produção de trigo e leite e na criação de suínos e aves.

Sobre o espaço agrário europeu, a coleção **Território e sociedade**, por outro lado, vê transformações importantes a partir da Revolução Industrial. Nesse período, ressalta o aumento da concentração fundiária, ao mesmo tempo em que o trabalhador do campo se torna mais especializado (**Território e sociedade**, v. 1, p. 14).

O manual **Geografia para o ensino médio** observa, em seu primeiro volume, que o tamanho médio das propriedades rurais da Europa é muito menor do que o registrado nos Estados Unidos. Entretanto, identifica na Europa pelo menos duas realidades diferentes, para a Grã-Bretanha e para o sul europeu, ambas relacionadas às culturas dessas regiões e ao modo como as classes dominantes nos seus espaços rurais lidaram com o avanço da economia capitalista. Primeiro, o texto afirma:

Na Grã-Bretanha, onde a velha agricultura camponesa foi destruída pelos cerramentos e, mais tarde, pela modernização industrial do século XIX, a área média dos estabelecimentos é de 60 hectares, ainda muito longe da média norte-americana. (**Geografia para o ensino médio**, v. 1, p. 144)

Depois, o texto se posiciona sobre a realidade da região sul europeia:

A herança histórica e o clima de tipo mediterrâneo diferenciam a agropecuária da Europa meridional. Durante a Idade Moderna, os latifundiários passaram a residir nas cidades e subdividiram as suas propriedades em parcelas, entregando-as à exploração de camponeses pobres, em troca de uma renda equivalente a parte da colheita (geralmente a metade). Esse sistema de trabalho, denominado *mezzadria* no sul da Itália, vigorava também em Portugal, na Espanha mediterrânea e nos Bálcãs. A sua dissolução, no século XIX, originou a estrutura de pequenas propriedades familiares característica de toda a região, que é o domínio das culturas permanentes de vinhas e oliveiras e dos pomares. (**Geografia para o ensino médio**, v. 1, p. 145)

A coleção **Ser Protagonista** (v. 2, p. 92) também destaca a ação da classe de proprietários de terra britânicos durante o século XVIII:

Mas o pioneirismo industrial inglês também se deve a transformações que desde o século XVII aconteciam no campo. Na passagem da ordem feudal para a capitalista, o processo de transformação das terras comunais em propriedades privadas, chamados de cercamentos, significou mudanças na estrutura fundiária inglesa.

Esse processo também se relaciona à Revolução Agrícola, ocorrida no século XVIII. Os senhores de terras, adotando técnicas modernas para a época, como o uso de máquinas, adubos artificiais e novos cultivos, eliminaram os campos comunais utilizados pelos pequenos camponeses. A criação de gado ganhou importância, sobretudo na produção de lã para a indústria têxtil.

Esse conjunto de elementos, combinado a uma produção comercial capitalista mais produtiva, possibilitou o aumento da produção agrícola para abastecer as cidades e o fornecimento de mão de obra abundante para as indústrias - já que milhares de camponeses sem terra migraram para as cidades, formando uma enorme reserva de mão de obra para a indústria nascente.

Já o espaço agrário russo é discutido não apenas por suas particularidades culturais. A coleção **Geografia para o ensino médio** (v. 3, p. 97) destaca também as transformações implementadas durante o período soviético, tema abordado no terceiro livro da obra:

A agricultura soviética foi coletivizada, por meio da expropriação das terras dos camponeses, no final da década de 1920, o que provocou retrocesso na produção de alimentos e uma trágica crise de fome em todo o país.

No lugar da propriedade privada familiar, criaram-se fazendas estatais (*sovkhozes*) e cooperativas (*kolkhozes*), cujas colheitas eram vendidas para o Estado. O sistema coletivo revelou-se um fracasso econômico, pois não existiam incentivos ao aumento da produtividade. A URSS acabou por depender de vultosas importações de cereais.

A China é outro país abordado por suas tradições camponesas e pelas experiências desenvolvidas ao longo da revolução socialista. Após comentar a estatização das terras agrícolas do país, a coleção **Ser protagonista** (v. 2, p. 135) lembra a redistribuição de terras realizada por Deng Xiaoping: “Houve ampla reforma na utilização da terra, que permitiu aos camponeses comercializar o excedente agrícola. Isso possibilitou grande aumento da produtividade da agricultura”. O mesmo momento histórico também é comentado pelas coleções **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 2, p. 195-196), **Geografia geral e do Brasil** (v. 2, p. 197-198) e **Geografia para o ensino médio** (v. 3, p. 129), que pauta a situação dos camponeses chineses:

A devolução do direito de usufruto da terra aos camponeses e a permissão para a venda da produção de alimentos em mercados livres proporcionaram um salto na produção agrícola e a rápida redução da miséria no campo. Mas a reforma agrária não se completou até hoje, pois a propriedade da terra não foi completamente devolvida aos camponeses, o que restringe o direito de compra e venda de fazendas.

O Japão também é apresentado do ponto de vista de sua estrutura fundiária. A coleção **Geografia: o mundo em transição** (v. 2, p. 155) cita a predominância de pequenos proprietários na ilha de Hokkaido e destaca o peso político dos agricultores na política do país:

Um dos focos de conflitos diplomáticos do Japão é sua política protecionista em relação à agricultura, pois o governo japonês evita importar alguns produtos agrícolas do resto do mundo – e, quando importa, o faz com uma excessiva carga de impostos, tornando esses produtos caros para o consumidor japonês – por causa da influência política dos agricultores, que é considerável no país. Portanto, existem subsídios para a agricultura japonesa, especialmente para a rizicultura, pois o arroz está associado às festas tradicionais e às cerimônias mais importantes do país.

A estrutura fundiária dos países latino-americanos também é observada. A característica original dos espaços agrários desses países é o predomínio das *plantations* e da escravidão como relação de trabalho durante o período colonial, enquanto atualmente se registra a presença de grandes empresas no campo e, ao mesmo tempo, um grande número de camponeses pobres (**Território e sociedade**, v. 2, p. 296, 318; **Geografia: sociedade e cotidiano**, v. 2, p. 278).

Porém, é na discussão sobre a estrutura fundiária brasileira que se encontra a maior parte das relações entre os tipos de propriedade e as classes sociais. A coleção **Conexões** (v. 3, p. 150) repete o esquema de classificação entre agricultura patronal e agricultura familiar:

Os estabelecimentos rurais brasileiros podem ser divididos pela forma como se organiza o processo de trabalho na unidade de produção. Assim, as unidades de agricultura familiar são aquelas nas quais os proprietários trabalham diretamente na terra, sem o uso de outra forma de mão de obra além dos próprios membros da família [...]. Por sua vez, as unidades de agricultura patronal são aquelas nas quais o trabalho contratado é superior ao familiar ou o comando da produção não é exercido por quem trabalha diretamente na terra [...].

Essa também é a forma de apresentação da coleção **Ser protagonista**, (v. 1, p. 160, 162, 166) que registra novamente a existência de relações de trabalho forçado, além de parcerias e arrendamentos. Também é a forma encontrada em **Território e sociedade** (v. 2, p. 321) e **Áreas do conhecimento** (v. 1, p. 131).

Já a coleção **Geografia: o mundo em transição** (v. 3, p. 76-77) produz uma classificação mais complexa, ao considerar não apenas o tipo de relação de trabalho, mas também a relação de propriedade da terra apresentada pelo agricultor. Dessa forma, chega a um cenário mais amplo, envolvendo pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, assalariados permanentes ou temporários, entre os quais se encontram os trabalhadores volantes e os boias-frias. Na sequência, chega-se à questão da distribuição da terra entre proprietários, afirmando-se o seguinte:

um dos grandes problemas agrários do Brasil é a sua estrutura fundiária, na qual existe uma extrema concentração da propriedade. A maior parte das terras ocupadas e os melhores solos encontram-se nas mãos de pequeno número de proprietários – os latifundiários –, muitas vezes com enormes áreas ociosas, não utilizadas para a agropecuária, apenas à espera de valorização, ao passo que um imenso número de pequenos proprietários possui áreas ínfimas – os minifúndios –, insuficientes para garantir-lhes, e a suas famílias, um nível de vida decente e com boa alimentação. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 3, p. 79)

Uma abordagem semelhante é feita nas coleções **Áreas do conhecimento** (v. 3, p. 119), a qual afirma que “a questão agrária pode ser associada, sobretudo, à terra e à sua posse”, e **Geografia global** (v. 3, p. 167). Um comentário antecedente chama atenção para a concentração da propriedade da terra:

Nossa estrutura fundiária, isto é, a forma como se distribuem as propriedades rurais no Brasil, é muito concentrada, ou seja, pouca gente possui muita terra, muita gente possui pouquíssima terra, e muito mais gente ainda não possui terra alguma.

A estrutura fundiária brasileira apresenta, ainda, valores extremos, bastante representativos dessa concentração. Enquanto pouquíssimas propriedades ocupam áreas com mais de 100.000 hectares, há um gigantesco número de propriedades com menos de um hectare. (**Geografia global**, v. 3, p. 164)

Considerando novamente a coleção **Geografia: o mundo em transição**,

nota-se que a discussão sobre relações de trabalho no campo é permeada por observações sobre as condições de trabalho. Assim, o trabalho assalariado é apresentado como minoritário, mas, ainda assim, significativo no espaço agrário brasileiro:

A jornada de trabalho é, geralmente, de dez ou doze horas diárias, com meia hora para almoço. Como não existem instalações para aquecer a marmíta, a comida é ingerida fria: daí a designação boia-fria. No fim da tarde, são levados de volta para a cidade e, na manhã seguinte, repete-se o processo, até que termine a colheita do produto. Eles passam alguns meses desempregados, quando não há colheitas nem necessidade de mão de obra, migrando de uma área para outra em busca de serviço. São muito utilizados em São Paul, Paraná, Minas Gerais e outros estados do Centro-Sul, para a colheita de cana-de-açúcar, algodão, café e laranja. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 3, p. 77)

Também é apresentada a situação dos peões, trabalhadores assalariados temporários encontrados na região Norte brasileira. Sobre isso, a coleção comenta o seguinte:

Os peões são contratados fora da Amazônia, em geral no Nordeste, pelos intermediários denominados gatos. Geralmente são iludidos com promessas de enriquecimento rápido, deixam suas famílias e vão trabalhar na derrubada da floresta, nas plantações das pastagens e em outras atividades agrárias. Suas remunerações, porém, são baixíssimas, deixando-os endividados com o gato ou com a empresa. São comuns as mortes por malária e outras doenças. E o contrato de trabalho, que sempre beneficia o empregador, impede-os de deixar o serviço antes de liquidar a dívida do transporte e da alimentação. Quando tentam fugir, são caçados como animais e, às vezes, castigados para servir de exemplo aos demais. É quase um trabalho compulsório, uma forma "moderna" de escravidão. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 3, p. 77-78)

A situação de boias-frias e outras relações de trabalho como a peonagem ou formas contemporâneas de escravidão no Brasil também são apresentadas nas coleções **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 2, p. 83), **Território e**

sociedade (v. 2, p. 319; v. 3, p. 172-173), **Áreas do conhecimento** (v. 3, p. 119) e **Conexões** (v. 3, p. 163).

A coleção **Conexões** vê tais relações de trabalho como derivações do Estatuto da Terra de 1964. Sobre esse marco legal e a postura das classes dominantes no campo brasileiro, a coleção afirma o seguinte:

Por meio do Estatuto da Terra criou-se o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendia ao homem do campo as mesmas garantias trabalhistas do trabalhador urbano. A mão de obra rural passou a ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – criada em 1943 –, com direito a férias, 13º salário, fundo de garantia e aposentadoria por tempo de serviço. Porém, o estatuto também reafirmou as tradições do capitalismo agrário brasileiro, pois, a partir de sua efetivação, houve um elevado número de empregados demitidos das grandes propriedades, pois os grandes fazendeiros não queriam se ver obrigados a pagar os direitos trabalhistas assegurados pela nova lei. (**Conexões**, v. 3, p. 163)

Essa também é a visão demonstrada pelas obras **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 2, p. 70), **Projeto Eco** (v. 1, p. 146) e **Ser Protagonista** (v. 2, p. 186). Nas duas últimas, esse assunto aparece entre os fatores do êxodo rural no Brasil.

4.6.2 A estrutura fundiária brasileira

As origens e as condições atuais do parcelamento da terra no Brasil são assuntos frequentemente relacionados às classes sociais pelos livros didáticos estudados. Essas observações não aparecem unicamente nos capítulos dedicados ao espaço rural, mas compõem também a linha de argumentação em unidades sobre urbanização, migrações ou análises regionais.

O reconhecimento da forte concentração da propriedade da terra no Brasil é o ponto comum a esses diferentes momentos. Num capítulo sobre deslocamentos populacionais, a coleção **Geografia global** (v. 2, p. 161), por exemplo, lista entre as razões para o êxodo rural no Brasil os seguintes motivos:

a estrutura fundiária brasileira se caracteriza por ser altamente concentrada, ou seja, pouca gente tem muita terra, muitos tem pouca terra, e uma massa enorme de trabalhadores rurais não tem terra nenhuma, estimulando os sem-terras a migrar em direção às cidades.

As relações trabalhistas são altamente exploratórias, pois a maioria da população rural, por não ser proprietária da terra, precisa vender seu trabalho para sobreviver. A oferta de mão de obra é muito superior à procura, o que determina uma remuneração salarial extremamente baixa.

O assunto é retomado no terceiro volume da coleção. Dessa vez, o capítulo é dedicado às questões agrárias brasileiras. Nele se pode ler o seguinte trecho:

Nossa estrutura fundiária, isto é, a forma como se distribuem as propriedades rurais no Brasil, é muito concentrada, ou seja, pouca gente possui muita terra, muita gente possui pouquíssima terra, e muito mais gente ainda não possui terra alguma.

A estrutura fundiária brasileira apresenta, ainda, valores extremos, bastante representativos dessa concentração. Enquanto pouquíssimas propriedades ocupam áreas com mais de 100.000 hectares, há um gigantesco número de propriedades com menos de um hectare.

A subocupação do espaço rural (entre outros fatores), no caso dos latifúndios, e a baixa produtividade, no caso dos minifúndios, implicam pequena absorção de mão de obra e menor oferta de produtos para o mercado. Juntos, esses fatores favorecem a desvalorização do trabalho e a especulação de preços. (**Geografia global**, v. 3, p. 164)

Situações semelhantes são encontradas nas coleções **Projeto Eco** (v. 1, p. 146), **Geografia: o mundo em transição** (v. 3, p. 81), **Geografia geral e do Brasil** (v. 3, p. 91), **Ser Protagonista** (v. 1, p. 149), **Conexões** (v. 3, p. 113, 164, 230), **Geografia para o ensino médio** (v. 2, p. 147), **Território e sociedade** (v. 2, p. 325) e **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 2, p. 85, 123, 136, 213).

A análise da estrutura fundiária propriamente dita é um dos temas mais relacionados a ações de classes sociais. Já em sua origem, a divisão de terras no Brasil está relacionada aos interesses da nobreza portuguesa. É o que faz a coleção **Áreas do conhecimento** (v. 3, p. 119):

É comum associarmos as grandes propriedades em nosso país ao sistema de exploração colonial aqui implantado: a organização das sesmarias, imensos territórios cedidos pela coroa portuguesa àqueles nobres que tivessem condição de as explorar. Esses nobres, por sua vez, fracionavam, também em grandes pedaços suas sesmarias e cediam essas partes a outros indivíduos, para a exploração. Assim, organizava-se o espaço produtivo, expulsando ou aprisionando os grupos indígenas, realizando o trabalho compulsório (escravidão), em grandes propriedades (latifúndio).

Dessa forma, organizou-se a tríade da exploração inicial do Brasil: monocultura (açúcar), latifúndio e escravidão. Com o tempo, alguns escravos se revoltaram, grupos indígenas se rebelaram, brancos pobres vagavam de parte a parte e a eles se juntavam em suas lutas. Todavia, as lutas organizadas por esses grupos foram todas derrotadas, e permaneceu no Brasil, por séculos, a exploração das terras assentadas nesta tríade.

A busca pela gênese colonial da estrutura fundiária brasileira está presente também na coleção **Conexões** (v. 3, p. 161), que traz descrições detalhadas da sociedade agrária colonial brasileira e conclui o seguinte:

é possível perceber que, logo no início da ocupação colonial, duas formas de propriedade de terras foram instituídas: a grande propriedade rural, voltada para exportação do açúcar, do algodão, do cacau; e a pequena propriedade rural, estabelecida por agricultores que ocupavam os lotes de pior qualidade para tirar da terra o seu sustento.

Referências às classes sociais no momento de ocupação colonial também são encontradas em **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 2, p. 75), **Ser Protagonista** (v. 1, p. 148) e **Território e sociedade** (v. 2, p. 326).

O segundo período histórico em que a ação de classes sociais sobre a

estrutura fundiária é observada pelas coleções didáticas é a primeira metade do século XIX. Esse momento pós-colonial corresponde ao contexto em que emerge a Lei de Terras de 1850.

A respeito da instituição desse marco legal, a coleção **Conexões** (v. 3, p. 161) pontua o seguinte comentário:

Ao ser assinada, a Lei de Terras definiu novos critérios para a posse de terras no Brasil. A partir daquele momento, a terra, antes considerada patrimônio pessoal do rei e obtida por doação, passou a ser adquirida mediante o poder de compra. Com isso, foi reafirmada e estimulada a tradição latifundiária do país; a obrigação da compra sancionou o poderio dos grandes proprietários, a quem a terra havia sido destinada desde o início da ocupação, dificultando ainda mais o acesso dos pequenos agricultores.

A coleção **Áreas do conhecimento** (v. 1, p. 62) relaciona essa medida à posterior abolição oficial da escravatura, ambas vistas como estratégias de elites agrárias:

as poderosas oligarquias rurais já estavam precavidas contra qualquer transformação social. Bem antes da Lei Áurea, elas conseguiram que o Império aprovasse a Lei de Terras (1850), que estabeleceu que as terras até então consideradas desocupadas só pudessem ser vendidas à vista, para os mesmos fazendeiros pertencentes às oligarquias rurais. Isso fez o Brasil perder a grande oportunidade de realizar uma ampla reforma agrária, que permitira aos ex-escravos se tornarem proprietários e produtores.

Outras coleções também abordam a Lei de Terras como uma estratégia das oligarquias rurais brasileiras. É o caso das obras **Ser protagonista** (v. 1, p. 148; v. 2, p. 240), **Fronteiras da globalização** (v. 3, p. 200) e **Território e sociedade** (v. 2, p. 326).

A permanência da forte concentração fundiária em tempos republicanos é também relacionada à ação política de elites rurais. É o que diz a coleção

Conexões (v. 3, p. 161):

Essa situação fundiária transformou-se em um grande problema social. Até 1930, o Brasil era essencialmente uma economia agroexportadora, mas, ao mesmo tempo, mantinha a maior parte da população excluída do acesso à terra. Como também ocorreu na Primeira República, período entre 1889 e 1930, o governo federal era sustentado politicamente pelos grandes fazendeiros, cujas famílias controlavam as administrações municipais e estaduais. Com particulares, essa elite local e regional reprimiu e sufocou diversas revoltas de trabalhadores rurais. Um exemplo foi a repressão, em 1897, a Canudos, povoado que reunia agricultores com preocupações religiosas, mescladas com as de natureza social [...].

A situação contemporânea da estrutura fundiária brasileira é relacionada ao acesso a financiamentos por parte de produtores rurais. A coleção **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 2, p. 68) é a que traz esse tipo de observação:

Nas últimas décadas, a maior parte dos créditos bancários tem beneficiado os donos de latifúndios, já que a produção mecanizada dos gêneros agrícolas para exportação (commodities) é viável somente por meio do sistema de monocultura, ou seja, do cultivo de um único gênero agrícola em grandes propriedades rurais. Esse fato explica a ocupação de áreas cada vez maiores do território brasileiro por lavouras monocultoras e o aumento da participação desses gêneros na produção agrícola nacional nas últimas décadas [...].

Essa política agrícola adotada pelo governo federal prejudicou os pequenos e médios produtores rurais, que recebem recursos financeiros insuficientes para fomentar sua produção. Tal fato dificulta a modernização dos minifúndios, propriedades agrícolas voltadas para a produção de culturas alimentares, como o feijão, o milho e a mandioca.

Novamente, apresenta-se a propriedade de grandes parcelas de terra como uma vantagem. Como consequência, a obra aponta “a expropriação da terra, ou seja, a perda das propriedades pelos pequenos e médios produtores rurais, tem sido nas últimas décadas a principal causa da concentração da estrutura fundiária” (**Geografia – Espaço e Vivência**, v. 2, p. 70).

No mais, as coleções avançam no debate sobre a relação entre classes

sociais e a estrutura fundiária em suas análises regionais. Destacam-se as abordagens sobre a região Nordeste feitas pelas coleções **Geografia para o ensino médio**, **Conexões** e **Geografia – Espaço e Vivência**.

A coleção **Geografia para o ensino médio** diferencia alguns “Nordestes”, ao comentar a formação da região ao longo do século XIX. A área algodoeira-pecuarista e a área açucareira são diferenciadas a partir da estrutura fundiária, a partir da qual se fazem desdobramentos:

A estrutura produtiva do “Nordeste algodoeiro-pecuarista” contrastava com a do “Nordeste açucareiro”. No lugar das plantations características dos tabuleiros e morros da zona da Mata, a paisagem do Sertão pontilhava-se de pequenas explorações, nas quais o algodão combinava-se com as culturas alimentares de subsistência. Os camponeses estabeleciam relações de parceria com o latifundiário pecuarista, pagando em algodão a renda estipulada pelo uso da terra. O latifundiário também atuava como intermediário entre os produtores e os compradores, vendendo algodão para empresas transacionais como a Sanbra, a Clayton e a Machine Cotton. Esse contraste refletia-se também na constituição de oligarquias fundiárias concorrentes. Com a República, iniciaram-se prolongadas disputas entre as elites da zona da Mata e do Sertão pelo controle das máquinas políticas estaduais. (**Geografia para o ensino médio**, v. 2, p. 169)

Posteriormente, a coleção acrescenta ainda o “Nordeste cacauzeiro”, também caracterizado por latifúndios (**Geografia para o ensino médio**, v. 2, p. 169). A diferenciação de áreas dentro do Nordeste a partir da estrutura fundiária também aparece na coleção **Geografia global** (v. 3, p. 171).

O poderio das elites rurais nordestinas é ressaltado pela obra **Conexões** (v. 3, p. 198):

As grandes propriedades rurais sempre foram controladas por latifundiários ou coronéis, como ficaram conhecidos os grandes fazendeiros nordestinos. Ainda no século XX, a débil economia regional sob o domínio do coronelismo acentuou a extrema pobreza da população nordestina, em especial a do sertanejo, habitante das vastas áreas de caatinga. Para a maioria dessa população, castigada pelo

precário desenvolvimento econômico, convivendo com períodos de seca [...] causados pelo regime desigual das chuvas e pela falta de investimentos em infraestrutura na área, não restou outra opção senão migrar para outras regiões do país.

A relação entre estrutura fundiária e poder também aparece na coleção **Ser Protagonista** (v. 1, p. 167): “Em geral, são latifundiários que detêm a posse de grandes propriedades improdutivas ou pouco produtivas. A influência política garante privilégios, como a construção de açudes em suas propriedades com mão de obra e recursos públicos”.

Por outro lado, a coleção **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 2, p. 137) indica os pequenos agricultores como os mais prejudicados pelas intempéries da região nordestina:

A baixa pluviosidade e a ocorrência de estiagens no Sertão comprometem o desenvolvimento das atividades agropecuárias nessa sub-região nordestina, prejudicando principalmente os pequenos proprietários, que constituem a maioria dos produtores rurais.

Com poucos recursos para investir em suas propriedades, esses agricultores geralmente cultivam apenas lavouras de subsistência (de feijão, mandioca, milho e alguns legumes), além de desenvolverem uma pequena criação de gado bovino e caprino, na forma extensiva. Em geral, essas atividades proporcionam renda muito baixa, insuficiente para suprir as necessidades básicas das famílias camponesas, que, em grande parte, vivem em condições precárias. Tal situação poderia ser amenizada por meio do aproveitamento dos recursos hídricos existentes na região.

A mesma coleção explora também a questão fundiária ao caracterizar a dinâmica atual da fronteira agrícola do Norte e do Centro-Oeste e sua relação com a urbanização dessas regiões:

As fronteiras agrícolas do Norte e do Centro-Oeste atraíram milhões de pessoas, principalmente migrantes oriundos do interior das regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Esses migrantes eram em sua maioria lavradores à procura de trabalho nas novas áreas de cultivo e de criação

que se abriam, já que, em muitos casos, haviam sido expropriados de suas terras nas regiões de origem. Os chamados posseiros se apropriaram de terras devolutas, ainda encobertas de florestas e cerrados, formaram pequenas e médias propriedades e desenvolveram o cultivo de produtos alimentares por meio da mão de obra familiar.

Na maioria das vezes, após o assentamento dos lavradores migrantes, as fronteiras agrícolas passaram a assistir também à chegada de grandes fazendeiros e de empresários, que adquiriam extensas áreas de terras, desencadeando um intenso processo de concentração fundiária nessas regiões. Os maiores índices de concentração fundiária se referem às fronteiras agrícolas do Norte e do Centro-Oeste, em razão da instalação de grandes estabelecimentos rurais dedicados à extração madeireira, à mineração, à produção pecuária bovina ou à monocultura de produtos de exportação, como a soja. (**Geografia – Espaço e Vivência**, v. 2, p. 79)

Por fim, a estrutura fundiária também é apresentada como elemento caracterizador da região Sul por duas coleções: **Conexões** e **Geografia global**. Na última, enfoca-se a diferença entre a distribuição de terras das áreas colonizadas no século XIX e os espaços marcados por grandes propriedades:

A ocupação do espaço agrícola do sul do Brasil começou com as grandes fazendas de pecuária formadas na região da Campanha. A partir do século XIX, com as correntes imigratórias, a paisagem passou a se caracterizar, também, nas áreas de concentração de colonos, pelas pequenas propriedades policultoras (com regime de trabalho familiar), e por produções típicas de clima temperado, como o trigo e a uva, visando, sobretudo, ao abastecimento do mercado regional. (**Geografia global**, v. 3, p. 170)

A mesma observação sobre o tipo de propriedade aparece na coleção **Conexões**. Mas também se faz referência ao incremento recente da concentração fundiária na região:

A modernização da agropecuária tem provocado mudanças na estrutura agrária em toda a Região Sul, com o aumento da concentração de terras e dos movimentos de luta pela terra, a partir da década de 1980. Pequenos proprietários e trabalhadores rurais perderam suas terras e trabalho, tendo como consequência o aumento de boias-frias e de migrações para as cidades, para outras regiões ou mesmo para outros países, como o Paraguai. (**Conexões**, v. 3, p. 252)

4.6.3 O uso de tecnologia no meio rural

Nas coleções estudadas, a incorporação de tecnologias no meio rural é vista em sua relação com as classes sociais por duas óticas. Numa delas, o foco recai sobre o nexos entre a capacidade de apropriação das modernas técnicas de produção por parte de produtores rurais e sua repercussão sobre a estrutura fundiária. Na outra, propõe-se ponderar os benefícios da instalação dessas técnicas para o conjunto da sociedade.

A chamada “revolução verde”, denominação vulgar para o conjunto de aplicações técnico-científicas direcionadas à agricultura a partir da segunda metade do século XX, é o principal mote para o debate sobre a incorporação de inovações por proprietários rurais. É essa a perspectiva encontrada na coleção **Território e sociedade** (v. 2, p. 296) quando discute a agricultura em países subdesenvolvidos:

Nos países subdesenvolvidos, a importação de sementes e insumos também aumentava a dependência em relação aos desenvolvidos. Naqueles países, a Revolução Verde também aumentou a distância entre os grandes agricultores, que tiveram acesso ao “pacote tecnológico”, e os pequenos lavradores, que não tiveram condições de competir nos novos parâmetros de produtividade. O aumento da produção baixou o preço dos produtos agrícolas, tornando o cultivo inviável para boa parte dos pequenos agricultores.

As novas condições do mercado contribuíram para o abandono e/ou a venda de pequenas propriedades, que foram sendo incorporadas por latifúndios (grandes proprietários). Nesse sentido, apesar de a Revolução Verde ter contribuído para um aumento significativo na produção de alimentos no planeta e ter criado, portanto, condições para alimentar um número maior de pessoas, acentuaram-se os problemas de concentração da propriedade rural em vários países do mundo, como Índia, Paquistão, Indonésia e Brasil.

O assunto é retomado num ponto posterior do texto. Novamente, o impacto

da imisção de tecnologia no campo sobre a estrutura fundiária é relacionado à dinâmica de movimentos sociais em países subdesenvolvidos:

A concentração fundiária, explicada pelo passado colonial, ganhou um toque de modernidade com a Revolução Verde e a mecanização rural. A Revolução Verde excluiu ainda mais os pequenos proprietários, incapacitados financeiramente de adquirir os insumos e o maquinário agrícola que ela trouxe consigo: herbicidas, pesticidas, adubos químicos, tratores, semeadeiras, colheitadeiras e outros. Ela também não incentivou a agricultura voltada para o mercado interno, que não gera divisas no comércio exterior. Na maior parte dos países subdesenvolvidos do planeta, o desenvolvimento tecnológico da Revolução Verde resultou em concentração fundiária e marginalização do trabalhador rural.

Não foi por acaso que várias rebeliões e revoluções populares nas últimas duas décadas do século XX tiveram como lema a reforma agrária. A necessidade de mudanças na estrutura fundiária e de produção agrícola são urgentes em todos os países subdesenvolvidos. (**Território e sociedade**, v. 2, p. 319)

A obra **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 2, p. 34) segue a mesma linha de raciocínio. Seus comentários sobre a “revolução verde” também ressaltam suas consequências financeiramente negativas sobre pequenos proprietários de terra:

A Revolução Verde também acentuou o processo de concentração de terras nos países nos quais foi implantada. Isso ocorreu porque muitos produtores rurais, por não terem atingido os níveis de produtividade esperados em razão de intempéries climáticas ou inadaptação dos produtos plantados às condições ambientais do território (relevo, solo, etc.) acabaram endividados, sendo obrigados, muitas vezes, a ceder suas terras aos bancos credores para saldar as dívidas contraídas na compra de maquinários e insumos ou a vender suas propriedades a produtores eventualmente mais bem-sucedidos. Hoje em dia, calcula-se que os produtores rurais que se valem de recursos da agricultura moderna comprometam cerca de 55% dos custos da produção na compra de agroquímicos (sementes, fertilizantes e defensivos), fato que os tem tornado "reféns" das multinacionais que fabricam esses insumos e dos bancos que financiam esse tipo de produção.

Outro texto que mostra o mesmo tipo de abordagem é encontrado na coleção **Geografia geral e do Brasil** (v. 3, p. 231):

isso ficou restrito às grandes propriedades que possuíam terras em condições ideais para a modernização, como, relevo plano para possibilitar a mecanização e condições climáticas favoráveis, entre outros. Em países que não realizaram reforma agrária e os trabalhadores agrícolas não tinham propriedade familiar, sobretudo na África e no Sudeste Asiático, a mecanização da produção diminuiu a necessidade de mão de obra, contribuiu para o aumento dos índices de pobreza e provocou êxodo rural.

A coleção **Geografia: o mundo em transição** também comenta a seletividade imposta pelas tecnologias da revolução verde aos proprietários de terra. Entretanto, questiona também a realização do objetivo final da utilização dessas técnicas: o aumento da produtividade do campo para a erradicação dos problemas de alimentação. Assim:

Não há dúvida de que a revolução verde apenas diminuiu – o que significa que não eliminou – o problema da fome nas regiões asiáticas onde foi mais aplicada (sul, sudeste e leste da Ásia), mas temos de admitir que, nesse caso, uma eliminação completa é algo praticamente impossível nas atuais condições econômico-sociais, pois existem enormes contingentes de pessoas com baixíssimos rendimentos, e os alimentos são mercadorias, não objetos gratuitos. Isso quer dizer que a fome e a subnutrição são problemas sociais – políticos e econômicos – e não meramente técnicos ou agroeconômicos. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 1, p. 128)

A coleção **Conexões** também discute os problemas relacionados à imisção de produtos técnico-científicos no campo. Entretanto, em vez de “revolução verde”, esse debate aparece sob a denominação de “modernização da agricultura”. Ainda assim, são apontados os riscos que a aplicação das tecnologias representa para os pequenos proprietários e, ainda, como elas representam a expansão do poder de empresas multinacionais sobre o campo:

Itens como fertilizantes e agrotóxicos são produzidos por um pequeno número de empresas transnacionais que dominam o setor, formando

oligopólios. Favorecidas pela modernização das técnicas agropecuárias, essas empresas controlam desde o fornecimento de bens de produção (máquinas, adubos, rações) e o processamento de produtos agropecuários (indústrias, de óleos vegetais, de beneficiamento e moagem de grãos, de laticínios) até a venda e a distribuição da produção.

As transnacionais desse setor têm, ainda, grande poder para estipular preços, aumentando assim seus lucros. Pode parecer contraditório o fato de que a tecnologia faz, ao mesmo tempo, os preços caírem e os lucros dos oligopólios aumentarem, mas um exemplo pode explicar essa questão. Se, numa região de agricultura familiar, a produção custar R\$100,00 e o lucro dos agricultores for de 20%, então o preço final da produção será de R\$120,00. Se uma grande empresa, utilizando técnicas modernas, conseguir baixar o custo de produção para R\$30,00, mesmo que mantenha uma margem de lucro de 100%, o produto final sairá por R\$60,00, metade do preço anterior.

Dessa forma, os pequenos produtores perdem produtividade e os pequenos agricultores são forçados a abandonar suas lavouras de subsistência e vender suas terras. O processo de industrialização da agropecuária com intensa aplicação de capitais caminha junto com a concentração fundiária, com o reagrupamento das propriedades e com a formação de grandes propriedades rurais.

Todas essas modificações provocam desemprego no campo e intenso êxodo rural. A intensa mecanização levou à redução da mão de obra e a mudança nas relações de trabalho, com a especialização de funções (agrônomos, tratoristas, mecânicos) e o aumento do trabalho assalariado e de diaristas. (**Conexões**, v. 3, p. 50)

A chamada modernização da agricultura também é vista pelo viés das consequências para os pequenos proprietários de terra nas coleções **Projeto Eco** (v. 1, p. 185) e **Geografia para o ensino médio** (v. 2, p. 173-174), sendo que nesta aparece como fator de repulsão dos trabalhadores do espaço rural brasileiro.

Por fim, o debate sobre a aplicação da biotecnologia à agricultura aparece também relacionado às classes sociais nas coleções **Projeto Eco** e **Áreas do conhecimento**. A primeira delas mais uma vez coloca a questão da seletividade atual da tecnologia:

Os países subdesenvolvidos são importadores de tecnologia, fato que interfere principalmente na produção de alimentos. Isso ocorre porque os produtos beneficiados pela Biotecnologia, tais como: sementes melhoradas geneticamente, plantas imunes ao ataque de pragas,

fertilizantes e adubos, são cada vez mais caros para o pequeno agricultor. Na maioria das vezes, a produção torna-se impraticável para o pequeno produtor rural, pois esse não dispõe de capital para adquirir esses insumos. Esses fatores contribuem para o empobrecimento da população do campo, trazendo como consequência o êxodo rural. (**Projeto Eco**, v. 3, p. 31)

A segunda coleção também indica que apenas produtores capitalizados terão acesso à tecnologia. Como consequência da forma de adoção da biotecnologia, indica também “um aumento da concentração de terras, aumento da pobreza, favelização dos trabalhadores rurais, sobre-exploração da força de trabalho rural, incluindo a feminina, infantil e da terceira idade” (**Áreas do conhecimento**, v. 3, p. 125).

4.6.4 Conflitos sociais no campo e reforma agrária

Um volume expressivo dos textos apresentados pelas coleções didáticas sobre espaços rurais gira em torno dos conflitos sobre uso, posse e propriedade da terra. Chama a atenção também a forma como se elaboram os textos: são, normalmente, ricos em detalhes sobre as formas de ação e os interesses dos sujeitos envolvidos, razão pela qual se pode concluir que as seções dedicadas à questão agrária compõem o principal espaço de discussões sobre classes sociais nos livros didáticos de Geografia analisados nesse trabalho.

A coleção **Ser Protagonista** começa a explorar o aspecto conflitante das relações no campo num ponto de vista geral. Os litígios contemporâneos envolvendo a questão da terra são relacionados ao desenvolvimento do

capitalismo e também a grandes processos de transformação política do século XX. Em suas palavras:

A luta pela terra tornou-se uma das principais formas de resistência do campesinato no mundo, uma maneira de resistir às relações capitalistas que muitas vezes levavam à sua destruição como grupo social. Os camponeses tiveram papel fundamental nas revoluções e revoltas sociais do século XX. Como representantes dos interesses daqueles que vinham sendo oprimidos pelas novas relações capitalistas, eles quase sempre se aliavam aos movimentos operários em busca de transformações da sociedade. (**Ser Protagonista**, v. 1, p. 140)

Na sequência, o texto pontua brevemente o papel do campesinato em alguns processos políticos:

Revolução Mexicana (1910). A luta central visava maior democratização do acesso à terra e propunha uma reforma agrária por meio do desmembramento das *haciendas* (grandes propriedades de terras, os latifúndios mexicanos). Parte do objetivo foi alcançada, pois foi feita uma reforma agrária, mas nem todas as reivindicações foram atendidas. Destacaram-se Pancho Villa (ao norte) e Emiliano Zapata (ao sul) como líderes dos movimentos camponeses na revolução.

Revolução Chinesa (1949). A sociedade chinesa tem uma estrutura camponesa milenar. Ao longo da história da China, os camponeses desempenharam papel central nas lutas sociais, tendo participado de rebeliões contra a autoridade do poder central ou contra o domínio estrangeiro. Na revolução de 1949, liderada por Mao Tsé-tung, os camponeses foram de fundamental importância para a vitória dos comunistas.

Os camponeses também desempenharam papel central em outras revoluções no século XX, como a Revolução Russa (1917), a Cubana (1959), a Vietnamita (1965-1975) e a Nicaraguense (1979). (**Ser Protagonista**, v. 1, p. 140)

A coleção **Território e sociedade** também enfatiza a dimensão política da luta pela terra, mas faz referência específica à questão da reforma agrária. Sua visão sobre a importância da redistribuição da terra é exposta da seguinte forma:

A reforma agrária é vista como um caminho para melhorar as relações de trabalho, minimizar os conflitos no meio rural e a desigualdade social

nos países subdesenvolvidos, além de aumentar a produtividade da agricultura comercial, principalmente naqueles que apresentam percentual significativo da população economicamente ativa no setor primário. Melhorar a renda dos trabalhadores e incorporá-los ao mercado de consumo produz reflexos positivos no restante da economia. Além disso, contribui para reduzir o êxodo rural e a consequente pressão no mercado de trabalho urbano. (**Território e sociedade**, v. 2, p. 319)

Em seguida, a coleção discute casos de reforma agrária na América Latina. Cuba, Bolívia e México são tomados como exemplos. Sobre o último, faz-se o seguinte comentário:

O caso do México é exemplar. Foi o primeiro país a realizar a mais ampla reforma agrária na América Latina. Implantada em 1934, consistiu em leis que limitavam o tamanho da propriedade rural. No entanto, com o tempo elas se tornaram obsoletas e, atualmente, ocorrem grandes conflitos agrários no país. A guerrilha de Chiapas, no sul do México, retoma a luta por uma reforma agrária consistente e conta com o apoio de milhares de famílias camponesas mexicanas, além da opinião pública internacional. (**Território e sociedade**, v. 2, p. 320)

A coleção **Geografia: sociedade e cotidiano** também enfoca a atuação política de movimentos campesinos no México. Entretanto suas observações giram em torno da atuação do movimento zapatista da segunda metade da década de 1990. Além da questão da terra, vinculam-se também as manifestações às origens indígenas da população mexicana (**Ser Protagonista**, v. 3, p. 157). Uma leitura sobre o movimento zapatista também é apresentada pela coleção **Áreas do conhecimento** (v. 3, p. 136-137).

O Brasil, a exemplo de temas estudados anteriormente, é o principal objeto dos textos que se referem a classes sociais. São os conflitos no campo brasileiro que recebem as análises mais detalhadas, assim como a problemática da reforma agrária e da atuação do movimento que se firmou nas últimas décadas do século XX como principal interessado no tema: o Movimento dos Trabalhadores Sem-

Terra (MST).

A coleção **Geografia: o mundo em transição** aborda esse assunto em seu terceiro volume. Seu texto considera a questão da distribuição de terras um dos problemas mais debatidos no transcorrer de nossa história. Sua ascensão na metade do século XX esteve relacionada a um movimento social: “Esse problema voltou à tona nos anos 1950, quando intensos movimentos sociais – entre os quais se destacaram as chamadas Ligas Camponesas, no Nordeste – lutavam para concretizar a reforma agrária no país” (**Geografia: o mundo em transição**, v. 3, p. 75). A ação das Ligas Camponesas também é lembrada pelas obras **Ser Protagonista** (v. 1, p.168), **Território e sociedade** (v. 2, p. 327), **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 2, p. 124), **Áreas do conhecimento** (v. 3, p. 128), **Projeto Eco** (v. 3, p. 200) e **Conexões** (v. 3, p. 162). Todas apontam a instauração do regime militar em 1964 como responsável pelo refluxo desse movimento.

Tratando novamente da coleção **Geografia: o mundo em transição** (v. 3, p. 80), verifica-se na continuação do texto a descrição dos sujeitos das disputas pela posse da terra:

Esses conflitos envolvem principalmente posseiros – lavradores que, com suas famílias, ocupam um pequeno pedaço de terra sem o título de propriedade – e grileiros – em geral, grandes empresas ou fazendeiros que contratam jagunços (capangas ou "seguranças") para invadirem terras devolutas ou terras já ocupadas pelos posseiros, que acabam sendo expulsos brutalmente.

[...]

Além dos posseiros, outras personagens envolvidas com frequência nos conflitos fundiários são os indígenas, os seringueiros e mesmo os pequenos proprietários com títulos legalizados.

A ganância dos grandes proprietários por quaisquer terras inclui as reservas dos indígenas, que lutam para manter seus territórios. Os seringueiros e demais trabalhadores que exercem atividades extrativistas (coleta de castanha, do guaraná e outros produtos comuns da

Amazônia), muitas vezes, acabam sendo expulsos ou perdendo seu modo de vida pelo avanço das grandes propriedades agropecuárias, que derrubam a floresta. E os pequenos proprietários em geral, mesmo tendo suas propriedades registradas em cartório, geralmente enfrentam a pressão econômica – e até violência física, em alguns casos – dos grandes proprietários que querem expandir seus domínios ou ampliar suas posses.

A redistribuição de terras por meio de reforma agrária é vista como caminho para mitigar os conflitos de reduzir a violência no campo. No entanto, novamente os interesses de grupos dominantes são apresentados como obstáculos à realização desse processo:

Existem de fato inúmeros problemas ou empecilhos para a realização de uma profunda reforma agrária no Brasil. Um deles é que existem fortes interesses contrários dos grandes proprietários rurais, que muitas vezes acabam predominando: esses proprietários formam *lobbies* ou grupos de pressão para convencer os políticos – tal como ocorreu na Constituição de 1988, ou antes disso, em 1966, logo após a promulgação do Estatuto da Terra, que ficou só no papel – e abortam as tentativas de mudanças na legislação que procuram facilitar a desapropriação de terras.

Também existem dificuldades jurídicas: em muitos casos, os proprietários ganham na justiça indenizações milionárias ou até bilionárias, várias vezes acima do preço de mercado dos imóveis, como pagamento de suas terras desapropriadas, o que ocorreu muito nos anos 1990 e início do século XXI. Isso, às vezes, ainda ocorre, por causa da corrupção ou dos interesses comuns entre os proprietários e determinados fiscais ou funcionários do Incra encarregados de avaliar o imóveis. Esses avaliadores exageram o valor do imóvel, visto que, em alguns casos, negociam uma comissão para isso, e eventualmente alguns juízes, por diversos motivos – seja pela identificação ou conivência com os proprietários, seja por acreditarem nos laudos dos fiscais –, dão sentenças favoráveis a essas indenizações abusivas. (**Geografia: o mundo em transição**, v. 3, p. 81-82)

Nesse cenário, dá-se o surgimento de organizações sociais em defesa da reforma agrária. Entretanto, a caracterização dessas entidades feita pela coleção **Geografia: o mundo em transição** (v. 3, p. 82) é bastante reticente, especialmente quanto a seus interesses e objetivos:

Algumas organizações que lutam pela reforma agrária e que dizem

representar os trabalhadores rurais sem-terra (existem inúmeras, às vezes até rivais) até mesmo incentivam a vinda de pessoas sem vocação nem experiência no trabalho rural, principalmente desempregados (embora não apenas), que existem aos milhões nas cidades, para engrossar suas fileiras. Isso porque, com maior número de pessoas, elas podem promover manifestações mais ruidosas e conseguir, assim, uma maior cobertura da mídia (TV, jornais, revistas), o que garantirá a continuidade das verbas ou auxílios que recebem do governo brasileiro (sempre interessado em votos e também em agradar a determinados movimentos para evitar manifestações ruidosas), de algumas ONGs (Organizações Não-Governamentais) dos países ricos ou, às vezes, até do Banco Mundial.

Uma perspectiva um pouco diferente é encontrada na coleção **Território e sociedade** (v. 2, p. 327), na qual também se apresentam os sujeitos da luta pela terra no Brasil: “essa luta envolveu indígenas, posseiros, grileiros, pequenos proprietários, grandes fazendeiros e até empresas dos mais variados ramos de negócio”; no entanto muda a visão acerca dos movimentos sociais rurais, particularmente o MST:

O MST é, atualmente, o principal movimento social no Brasil. Seus integrantes são desempregados do campo e da cidade, antigos boias-frias, operários, trabalhadores da construção civil, empregados de fazendas. A estratégia do MST baseia-se em fazer pressão permanente sobre os órgãos de governo responsáveis pela questão da terra, valendo-se da ocupação de latifúndios improdutivos, manifestações públicas e passeatas.

A conquista da terra é um dos objetivos do MST, mas as ações do movimento continuam após os assentamentos, na forma de reivindicações por créditos agrícolas, assistência técnica e criação de infraestrutura para os novos assentamentos. O MST fornece apoio às famílias, com criação de escolas, formação de cooperativas de produção, serviços e comercialização. (**Território e sociedade**, v. 2, p. 327)

O MST é visto de forma semelhante pela coleção **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 2, p. 124), a qual afirma que essa entidade significou a unificação de movimentos regionais e que “ tornou-se um movimento de ação nacional e obteve repercussão externa graças à organização e à mobilização de seus integrantes”. A coleção também cita a criação da União Democrática Ruralista (UDR) com o

objetivo de representar o interesse na defesa da propriedade privada pelos latifundiários. O conflito entre entidades defensoras da reforma agrária e proprietários de terra é narrado da seguinte forma:

para pressionar o governo a introduzir a reforma, o MST e outras associações ligadas à questão agrária promoveram e ainda promovem a invasão e a ocupação de terras e de prédios públicos, atitudes que levam parte da opinião pública a criticar o movimento. No entanto, apesar de serem pouco divulgados nos meios de comunicação, o processo de grilagem (apropriação de terras de forma ilícita por meio de títulos falsos), a contínua violência contra os camponeses e a repressão aos trabalhadores sem terra vêm sendo responsáveis por centenas de mortes no país. (**Geografia: sociedade e cotidiano**, v. 2, p. 125)

Também destacam a atuação do MST e de outros movimentos sociais que defendem a reforma agrária as coleções **Ser Protagonista** (v. 1, p. 168; v. 2, p. 240), **Projeto Eco** (v. 3, p. 204), **Geografia – Espaço e Vivência** (v. 2, p. 71-72), **Áreas do conhecimento** (v. 3, p. 130,132-133), **Geografia global** (v. 3, p. 166) e **Conexões** (v. 3, p. 165-166).

Por fim, também são feitas algumas análises sobre conflitos em nível regional. A coleção **Conexões** (v. 1, p. 229) lembra a existência de conflitos pela posse da terra motivados por projetos de mineração na região Norte brasileira:

Algumas das consequências desses projetos foram os problemas sócio-ambientais decorrentes dessa ocupação. O desmatamento, realizado na maior parte das vezes por madeireiros, de maneira ilegal, empobreceu os solos da região, tornando-os muitas vezes inadequados para a agricultura e impedindo a população nativa de obter seu sustento com o extrativismo.

A violência na região também é um problema. Muitos migrantes instalaram-se como posseiros ou grileiros, causando diversos conflitos com as populações nativas e indígenas e, ainda, com os defensores desses povos, como padres e missionários.

Na coleção **Geografia: sociedade e cotidiano** (v. 2, p. 39), encontra-se

uma discussão sobre conflito envolvendo seringueiros e seringalistas na Amazônia brasileira. Após comentar a formação dos seringais no século XIX e a migração de trabalhadores para a região, o texto descreve da seguinte forma os motivos e os desdobramentos desse conflito:

Alguns grandes latifúndios foram sendo ocupados por vários tipos de aventureiros ou comprados por empresários gananciosos, desejosos de obter lucros rapidamente. Essas pessoas promoveram uma verdadeira destruição da cobertura vegetal, eliminando os seringais em áreas mais baixas e os castanhais em áreas mais elevadas, retirando, assim, as condições básicas de sobrevivência dos povos que viviam das atividades extrativas.

Diante de tal situação, os seringueiros do Acre, liderados por Chico Mendes, organizaram-se em um dos mais importantes movimentos sociais brasileiros do século XX. Esse movimento ficou conhecido mundialmente por sua luta em favor de um tipo de desenvolvimento econômico baseado na exploração sustentável da floresta, sem derrubá-la. Portanto, esse era o primeiro passo para a organização dos povos da floresta.

Outra região que tem conflitos fundiários ressaltados é a Nordeste. Nesse caso, a disputa gira em torno do acesso à água e aos investimentos financeiros estatais disponibilizados para obras ligadas aos recursos hídricos. Sobre isso, a coleção pontua o seguinte:

As classes dominantes muitas vezes usaram e continuam usando a seca para conseguir investimentos governamentais, fazendo o discurso da defesa à população carente, quando, na verdade, são elas as maiores beneficiadas.

Os mais pobres, especialmente os pequenos proprietários, realmente enfrentam o problema da seca, embora investimentos bem aplicados pudessem solucioná-la. É a concentração de terras um dos fatores preponderantes que explicam a repulsão de nordestinos para outras regiões brasileiras, e não necessariamente a seca. (**Geografia: sociedade e cotidiano**, v. 2, p. 53)

Nesse caso, a ação de movimentos sociais é lembrada no sentido da denúncia da influência política dos grandes proprietários de terra.

5 ANÁLISES FINAIS E RESULTADOS

Após a extensa leitura dos textos didáticos selecionados, pode-se retomar o problema colocado inicialmente para este trabalho. Afinal, os livros didáticos de Geografia oferecidos pelo PNLD para o ensino médio abordam o conceito de classes sociais? E como o fazem?

Considerando-se classes sociais numa perspectiva ampla, ou seja, admitindo todos os níveis de conceituação, as observações feitas no capítulo anterior nos levam a responder positivamente a essa interrogação. Por meio de um conjunto variado de temas, os livros informam ao leitor sobre divisões no interior de sociedades e discutem suas repercussões sobre a realidade.

Entretanto, essa leitura sobre a dinâmica social não se encontra plenamente distribuída entre os temas tocados pelas coleções didáticas. O número de passagens assinaladas dentro de cada um dos grupos temáticos delimitados já indicava a concentração dessas discussões em torno dos temas Geografia e Sociedade e Agricultura e Questões Agrárias.

A leitura comparativa e a classificação desses textos, apresentada no capítulo 4, reforçou tal avaliação. Na medida em que foram agrupadas por tema, as passagens extraídas dos livros didáticos mostraram-se redundantes mais frequentemente ao discutir questões agrárias, por exemplo. Isso mostra a utilização de uma ferramenta conceitual comum, nesse caso o conceito de classes sociais, para a construção dos argumentos de obras didáticas diferentes.

Por outro lado, questões ligadas ao tema Meio Ambiente raramente apresentaram leituras embasadas em qualquer perspectiva sobre classes sociais.

Disso decorre o baixo número de textos assinalados nas coleções didáticas que foram enquadrados nesse campo temático.

Entre a grande concentração de referências a classes sociais nos temas Agricultura e Questões Agrárias, bem como Geografia e Sociedade, e seu escasseamento nas discussões sob o tema Meio Ambiente, situam-se os conjuntos de textos classificados sob os temas Processos Político-Territoriais, Geografia e Questões Urbanas e Geografia e Atividade Industrial. Mesmo no interior desses grupos temáticos, observam-se concentrações em torno de alguns tópicos.

A forma de organização dos conteúdos nas coleções didáticas revela que a discussão sobre Estados nações ocupa boa parte dos textos, conforme já assinalamos. Mas são os processos de formação territorial do Brasil e dos Estados Unidos que concentram os momentos em que as coleções recorrem mais frequentemente ao conceito de classes sociais, relacionando interesses de grupos sociais à dinâmica política desses países. No restante dos casos, essa ótica está ausente.

Nas discussões sobre temas urbanos, vê-se com destaque a discussão sobre a questão da moradia nas cidades. As descrições sobre as condições materiais das moradias ou sobre as divisões do espaço urbano em áreas segundo classes sociais sobressaem mesmo diante das análises do processo de urbanização de modo mais geral.

Sobre a atividade industrial, entretanto, o que se observa é justamente o contrário. As coleções enfatizam as classes sociais no processo de industrialização, seja em explicações gerais, seja em estudos de caso. Uma porção menor das referências remete a outros aspectos, como a relação entre

organizações reivindicativas de trabalhadores e entidades patronais.

Essa visão geral sobre os livros didáticos pode ser desdobrada e gerar uma análise mais profunda, se relacionarmos os textos selecionados aos níveis de conceituação identificados no segundo capítulo. Afinal, se é possível afirmar que se trabalha com classes sociais nas coleções didáticas de Geografia para o ensino médio, pode-se igualmente discutir de que forma esse conceito é empregado, correspondendo ao nível incipiente, econômico-estrutural ou histórico.

5.1 CONCEPÇÕES INCIPIENTES

Retomando a síntese teórica apresentada no terceiro capítulo desta tese, podem ser considerados em um nível de conceituação incipiente todos os textos dos livros didáticos em que são apresentados grupos sociais delimitados por critérios que não se baseiam nas relações de produção. A ausência desse elemento não impede o reconhecimento de diferenças e mesmo desigualdades, mas não é suficiente para que se avance a uma compreensão das raízes da divisão entre seres humanos.

Essa visão sobre as sociedades é a que predomina nos livros didáticos analisados. Para reconhecer isso, é preciso identificar como a conceituação incipiente é traduzida de modo específico dentro de cada um dos grupos temáticos estabelecidos.

A primeira e mais simples das formulações incipientes é a que identifica grupos sociais a partir de suas condições materiais de vida. Em outras palavras,

são passagens que diferenciam classes genericamente como ricas ou pobres.

Essa forma de conceituação está no cerne da maior parte das abordagens que foram reunidas sob o tema Geografia e Sociedade. A recorrente ilustração da desigualdade social de recortes territoriais por meio da diferença dos rendimentos entre os estratos mais abastados e mais carentes da população (quanto ganham os 10% mais ricos X quanto ganham os 10% mais pobres...) é uma manifestação da presença dessa concepção incipiente nos textos didáticos.

Outro momento claramente marcado por conceituações incipientes sobre classes sociais é aquele dedicado a discutir teorias demográficas. Aqui, a referência às ideias de Thomas Malthus propicia a presença desse nível conceitual, uma vez que esta se baseia justamente na suposta diferença do comportamento demográfico de pessoas ricas e pessoas pobres.

Por fim, também se encontra essa leitura incipiente sobre divisões da sociedade na discussão sobre fluxos migratórios. Ao classificar as razões para o deslocamento populacional entre fatores repulsivos e atrativos, as coleções novamente dão luz à questão da distribuição desigual da renda entre populações.

As discussões classificadas no grupo temático Meio Ambiente também são predominantemente marcadas por conceituações incipientes sobre classes sociais. Aqui, a divisão entre classes por renda aparece transmutada em questão ambiental na medida em que a pobreza aparece como vetor de degradação.

Houve menor incidência de textos tratando de classes sociais no tema Processos Político-Territoriais. Dentre os tópicos agrupados nesse conjunto temático, encontram-se mais referências a divisões da sociedade por renda em caracterizações de regiões brasileiras. Enfatiza-se frequentemente a existência de desigualdade de renda e da pobreza como elementos caracterizadores da região

Nordeste.

Nas discussões alocadas no grupo temático Geografia e Atividade Industrial, entretanto, percebem-se novamente numerosas passagens em que se emprega de forma incipiente o conceito de classes sociais. Aqui, os trabalhadores aparecem como fator “mão de obra”, o qual, combinado a outros, determina o curso da industrialização dos países e a distribuição do fenômeno industrial pelo espaço.

Uma derivação desse modo de compreender os trabalhadores surge na forma como são discutidas as organizações sindicais. Estas aparecem como contraforça na economia industrial, na medida em que são relacionadas à desconcentração de indústrias. Também se pode verificar essa compreensão nos textos que apontam a ausência de organizações de trabalhadores como fator positivo na industrialização de países asiáticos.

As discussões localizadas sob o tema Geografia e Questões Urbanas também são marcadas pelo uso recorrente de conceituações incipientes. Nesse grupo temático se encontram combinadas as leituras de divisões sociais a partir da renda e do consumo – de onde surge a classificação de classes altas/ricas em oposição a classes baixas/pobres – à noção de homem fator mão de obra sinalizada também nas discussões sobre atividade industrial.

Conforme visto no capítulo anterior, há numerosas referências à divisão das cidades em zonas que correspondem aos níveis de rendimento de seus moradores. Também são exploradas as diferenças entre os padrões das habitações. As cidades são vistas ainda como reservatórios de mão de obra, quando a urbanização é relacionada à industrialização moderna.

Finalmente, o grupo temático sobre Geografia e Questões Agrárias foi

aquele em que as coleções didáticas estudadas recorram com menos frequência a concepções incipientes sobre classes sociais. O assunto em que houve maior ênfase na renda como fator de diferenciação social foi o uso de tecnologias no meio rural, onde a disponibilidade de recursos financeiros ensejou desigualdades entre agricultores.

5.2 CONCEPÇÕES ECONÔMICO-ESTRUTURAIS

A leitura das contribuições teóricas à construção do conceito de classes sociais permite-nos identificar como segundo nível de conceituação aquele chamado de econômico-estrutural. Ele corresponde a leituras que reconhecem a produção social como essencial na delimitação de grupos na sociedade. Assim, valorizam-se as relações de trabalho e de propriedade como critérios para definir a que classe pertence cada indivíduo.

Esse tipo de leitura é encontrado nas coleções didáticas estudadas quando estas fazem suas caracterizações gerais sobre o capitalismo. A compreensão da composição da sociedade capitalista por burgueses e proletários está presente em boa parte dos textos analisados. Em um número menor de coleções também são abordadas as divisões existentes nas sociedades feudais, ou seja, servos e nobres também são apresentados ao leitor.

Nas discussões compreendidas no grupo temático Geografia e Sociedade, encontram-se algumas conceituações econômico-estruturais em discussões sobre fenômenos migratórios. Nesse caso, os deslocamentos são relacionados a

necessidades econômicas, como o provimento de força de trabalho escrava à economia colonial ou de trabalhadores na economia capitalista contemporânea.

As discussões referentes ao grupo temático Meio Ambiente não apresentam leituras estruturais de relevância. Alternativamente, naquele sobre Processos Político-Territoriais voltam-se a encontrar conceituações estruturais, sobretudo nas discussões ligadas à formação territorial brasileira e nos textos dedicados a análises de dinâmicas regionais.

A investigação da formação do Brasil leva as coleções a enfatizarem a dupla problemática da apropriação da terra e da escravidão, bem como suas consequências sobre a sociedade colonial brasileira. Essa questão ressurge nas caracterizações sobre as regiões do país, especialmente a Norte e a Nordeste.

Porém a maior concentração de leituras baseadas em conceituações estruturais encontra-se nos textos agrupados sob a temática Geografia e Atividade Industrial. Trata-se principalmente de capítulos dedicados a processos de industrialização, embora também se encontrem algumas passagens nas discussões sobre localização industrial.

Os comentários sobre o despontar da indústria moderna são frequentemente apontamentos sobre a divisão que se instaura entre proprietários de meios de produção e proprietários de força de trabalho ou, resumidamente, burguesia e proletariado. Destaca-se a ascensão da indústria como momento de nascimento da classe operária, assim como da disseminação do trabalho assalariado.

Essa mesma ótica surge nas discussões do grupo temático Geografia e Questões Urbanas. Menos numerosas, as passagens assinaladas sob esse tema apresentam-se como econômico-estruturalistas nas análises sobre processos de

urbanização na medida em que tal fenômeno aparece associado ao crescimento da indústria moderna. As cidades também são vistas como lócus das classes sociais que surgem na industrialização, isso é, da burguesia e da classe operária.

Também nas discussões alocadas no grupo temático Geografia e Questões Agrárias, sobressai o nível econômico-estrutural do conceito de classes sociais. A própria forma de abordagem desse tema torna propícia a utilização de leituras estruturais, uma vez que frequentemente a análise sobre os tipos de propriedade e de relações de trabalho fazem parte das observações iniciais dos capítulos sobre agricultura.

Pode-se assinalar que as discussões sobre tipos de propriedade e de relações de trabalho na agricultura são também as mais complexas do ponto de vista estrutural. A necessidade de abarcar diferentes formas da produção rural leva as coleções a reconhecer uma diversidade maior de sujeitos. É o que se depreende das extensas caracterizações de grandes e pequenos proprietários, arrendatários e posseiros, trabalhadores familiares ou assalariados e outras classificações semelhantes.

Nas discussões sobre a estrutura fundiária brasileira também prevalecem leituras estruturais. Nesse tópico, a abordagem da problemática da concentração fundiária enseja recorrentes referências às diferenças entre proprietários de terra e expropriados, ora de forma simples, ora adicionando matizes e oferecendo uma visão mais complexa sobre a dinâmica social. A relação entre grandes e pequenos proprietários de terra também é debatida a partir da apropriação de tecnologias modernas no meio rural.

5.3 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS

O nível de conceituação sobre classes sociais identificado como histórico distingue-se dos demais pela forma articulada de compreensão da divisão de grupos numa sociedade. Assinala-se a ligação entre economia e política como um elemento crucial na construção de uma classe, ou seja, sua existência está ligada a sua capacidade de agir politicamente em torno de seus interesses. Igualmente, compreende-se que a formação de uma classe possui uma relação com a cultura na medida em que também envolve o compartilhamento de experiências e valores por um determinado coletivo.

É importante salientar que, nessa perspectiva, a formação de uma classe não é resultado direto das relações econômicas de uma dada sociedade. Trata-se de um processo mais complexo que, mesmo sujeito a determinações econômicas, é aberto ao fazer e ao desfazer. Nesse sentido, a classe é uma ação humana, podendo acontecer durante um período de tempo e, em seguida, deixar de existir como tal.

Esse nível de conceituação diferencia-se ainda dos demais por sua ênfase no aspecto relacional das classes. Isso quer dizer, em outras palavras, que a delimitação de uma classe dá-se em oposição a outro grupo que, nesse processo, configura-se como classe rival ou antagônica.

Esse sentido de conceituação sobre classes sociais é pouco presente no conjunto dos livros didáticos analisados. Em geral, as passagens assinaladas que podem ser associadas a esse nível de conceituação são exemplos pontuais em que uma ou outra coleção se destaca num determinado tema.

Isso pode ser percebido dentro do grupo temático denominado Geografia e Sociedade, no qual se destacou como exceção uma coleção que relacionou, ainda que brevemente, desigualdade de renda a fatores estruturais, como a concentração fundiária ao surgimento de um grupo político como o MST. Ainda nesse grupo temático, houve coleções que colocaram fenômenos migratórios como estratégias de uma classe, ao discutir a migração forçada de africanos ao Brasil para atender à demanda da economia colonial escravista.

A presença do nível histórico de conceituação também é minoritária entre as poucas passagens que relacionam classes sociais a temas ambientais. No grupo temático Meio Ambiente, algumas coleções projetaram-se por acrescentar a seus debates a abordagem de conflitos ambientais. Ao discutir a formação de movimentos sociais nesses litígios e delimitar os interesses conflitantes, esses textos permitem ao leitor uma aproximação classista dessa temática.

No conjunto temático Processos Político-Territoriais, assinalaram-se algumas coleções como exceções por apresentarem caracterizações sobre o Estado como instituição política. Dentre estas, algumas relacionaram a ascensão do Estado ao interesse específico de classes sociais, o que remete a uma conceituação histórica. O mesmo se viu nas discussões sobre as formações territoriais brasileira e estadunidense. As coleções sinalizadas nesses dois tópicos foram, aliás, praticamente as mesmas.

Quanto às dinâmicas regionais, as estratégias de classes dominantes locais para a manutenção de seus domínios político e econômico são temas em que se encontra a questão das classes sociais com maior projeção. A discussão sobre a Sudene na região Nordeste brasileira é o caso estudado nos livros didáticos em que se faz mais nítida a organização de uma classe pela disputa dos

recursos estatais. A região Norte também se destaca por ser frequentemente caracterizada por conflitos sociais, o que leva as coleções didáticas a delimitar os sujeitos e os interesses envolvidos nessas disputas.

Os textos que enfocam processos de transformações políticas sob a ótica de classes sociais são pouco numerosos em relação ao total das passagens assinaladas nas coleções didáticas. Entretanto, nota-se neles maior preocupação em discutir os interesses e objetivos de frações internas das sociedades, razão pela qual ali se pode reconhecer uma abordagem histórica sobre classes sociais. Sobressaem as discussões sobre as revoluções socialistas russa e chinesa.

Por fim, alguns conflitos territoriais também foram debatidos a partir de uma ótica conceitual histórica. A discussão sobre como sujeitos e interesses sociais distintos opõem-se com relação a uma causa específica, como a posse de um território, possibilita que o leitor desenvolva uma reflexão sobre a formação de classes dentro da dinâmica social.

O grupo temático dedicado a questões político-territoriais é pontilhado de textos que remetem ao nível conceitual histórico. O contrário, entretanto, é registrado nas discussões classificadas no grupo Geografia e Atividade Industrial. Nesse tema, o predomínio de visões estruturais é praticamente absoluto, havendo, no máximo, menções à atuação política da burguesia como um fator positivo para a industrialização. Situação semelhante é encontrada nos assuntos relacionados ao tema Geografia e Questões Urbanas, no qual conceituações históricas aparecem apenas pontualmente quando algumas coleções discutem planejamento urbano e movimentos sociais reivindicatórios nas cidades.

Finalmente, o grupo temático que sobressaiu pela presença de discussões envolvendo classes sociais numa perspectiva histórica foi Geografia e Questões

Agrárias. A forma como esses textos foram construídos e o grande número de coleções em que se registraram passagens com essa característica são as razões desse destaque.

A tipificação das propriedades e das relações de trabalho no campo é frequentemente acompanhada por observações de ações de classes sociais no campo político. Essa postura reflete-se também nas análises sobre a estrutura fundiária brasileira. Nesse caso, pode-se notar que, além da demonstração da distribuição desigual da terra entre produtores rurais, as coleções exploram aspectos políticos, como a gênese colonial, relacionando a estrutura fundiária aos objetivos da nobreza lusitana, bem como mencionando a Lei de Terras de 1850 e sua ligação com os interesses da classe de grandes proprietários de terra do período imperial brasileiro.

O ápice das análises que envolvem classes sociais numa perspectiva histórica encontra-se nas discussões sobre conflitos sociais no campo. A problemática do uso e da propriedade da terra aparece tanto na escala global – na qual algumas coleções expõem o papel político de camponeses em revoltas em diferentes países –, quanto, com maior frequência, em discussões sobre a situação do campo no Brasil.

O tratamento dado ao campo brasileiro envolve o reconhecimento de um conjunto numeroso de sujeitos, desde grandes proprietários de terra e grandes empresas até pequenos proprietários e expropriados ou sem-terra, passando por posseiros, grileiros, arrendatários etc. Mas, ao abordar conflitos, as coleções passam a enfatizar organizações que reúnem indivíduos em torno de interesses e objetivos comuns, como as Ligas Camponesas e o MST.

As constatações apresentadas conduzem-nos naturalmente a indagar as razões que levam as discussões envolvendo classes sociais a assumir esse perfil concentrado em alguns temas nas coleções didáticas de Geografia. Trata-se de uma questão superior à organização dos conteúdos dos livros e a suas propostas pedagógicas, uma vez que a comparação entre coleções diferentes revelou uma utilização semelhante do conceito de classes sociais.

6 CONCLUSÕES

O presente trabalho permitiu-nos mostrar de que forma as coleções didáticas de Geografia ofertadas pelo PNLD 2012 às turmas de ensino médio de escolas públicas abordam as classes sociais em suas explicações. Em sua maioria, os textos que lançam mão desse conceito fazem-no de forma incipiente, não estabelecendo nexos com a estrutura produtiva, elemento fundamental para a definição materialista-histórica de classes sociais. Também são raros os momentos em que se relacionam as classes sociais a fatores políticos e culturais, características dos refinamentos que esse conceito recebeu ao longo do século XX.

Verificou-se também que os textos relacionados à questão das classes sociais concentram-se principalmente em dois grupos temáticos: Geografia e Sociedade, e Geografia e Questões Agrárias. Este último grupo temático é também aquele em que se encontram mais frequentemente textos que lidam com classes sociais num nível histórico, apresentando maior complexidade em relação aos demais.

Tais observações permitem-nos concluir que, de maneira geral, as coleções didáticas de Geografia para ensino médio abordam apenas minimamente o conceito de classes sociais. As diferenças e desigualdades entre grupos sociais são apontadas em diversos momentos, mas raramente se explora sua relação com a dinâmica social de maneira profunda.

A situação diagnosticada traz um conjunto de consequências potencialmente negativas ao objetivo de estimular a reflexão crítica sobre as

sociedades – uma das razões motivadoras do ensino de Geografia na educação básica. Primeiramente, ao não apresentar maior elaboração quanto a classes sociais, os livros didáticos de Geografia deixam de participar da construção desse conceito junto aos estudantes. Trata-se de um conceito central para as Ciências Humanas, área que abriga a Geografia, segundo as propostas curriculares oficiais (BRASIL, 2000, 2002).

A contribuição da Geografia oportunizaria, por exemplo, a compreensão do papel da relação entre sociedade e espaço na formação de classes. Em acréscimo à temporalidade das relações de classe, possibilitaria refletir sobre suas espacialidades, colocá-las em análise em diferentes escalas, reconhecer suas vinculações com lugares. Em suma, são numerosas as possibilidades de abordar geograficamente a questão das classes sociais, inclusive na educação básica.

Desse modo, a ampliação do uso do conceito de classes sociais nos livros didáticos de Geografia favoreceria a atuação do ensino de Geografia na consecução dos objetivos estipulados para a área de Ciências Humanas. Do mesmo modo, por se tratar de um conceito que originalmente não se encerra em nenhuma disciplina, sua adoção mais frequente ensejaria mais oportunidades de práticas interdisciplinares.

Evidentemente, a efetivação de práticas interdisciplinares não se encerra na escolha da temática ou do conceito a ser trabalhado. Contudo, ressaltamos as grandes oportunidades que trabalho que surgem a partir de obras que se dedicam profundamente à discussão sobre classes sociais, como por exemplo Thompson (1998 e 2011). Do ponto de vista teórico, as obras apresentadas no segundo capítulo podem servir ao educador interessado em buscar aprofundamentos

sobre o tema.

Outro fruto da debilidade com a qual o conceito de classes sociais é empregado nas coleções didáticas de Geografia é o reforço do senso comum. É verdadeiro que as desigualdades podem ser apresentadas por meio de diferentes características (renda, condições materiais de moradia etc.), mas não estabelecer relações entre tais desigualdades e a produção social, a organização de grupos políticos e mesmo a formação de valores culturais significa limitar a compreensão das disparidades sociais. Apreender desigualdades por meio de uma conceituação complexa sobre classes sociais significa abrir uma possibilidade de historicização e politização – portanto de estímulo à criticidade desejada pela educação.

Novamente alertamos para um risco: considerar que um determinado tema, seja classes sociais, seja outro qualquer, seja tomado como promotor da criticidade por si mesmo. O que se quer sinalizar é que o exercício intelectual que envolve a apreensão das classes encontradas em sociedades, sobretudo na perspectiva histórica, enseja a reflexão que transcende aparências, possibilitando que se pense pessoas nas suas existências em coletivos, assim como permite pensar coletividades sem obliterar os indivíduos.

A concentração de referências a classes sociais em temas ligados a questões sociais e agrárias também deve ser observada com cautela. Corre-se o risco que criar a ideia de que somente se pode lidar com classes dentro de determinadas discussões, reduzindo o potencial que essa ferramenta conceitual traz para a compreensão da dinâmica social. Vê-se uma carência maior nas discussões relacionadas a questões ambientais.

Em contraposição, estender abordagens sobre classes sociais seria uma

forma de aprofundar a criticidade dentro de cada grupo temático e das coleções como um todo. Tal medida também traria como potencial benefício o incremento da coerência teórica das coleções, já que significaria considerar, por exemplo, movimentos sociais urbanos e rurais a partir do mesmo prisma conceitual.

REFERÊNCIAS

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto, 1994.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Guia de Livros Didáticos**: PNLD 2012: Geografia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN+)** – Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2002.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução n.º 38 do Conselho Deliberativo do FNDE, de 15 de outubro de 2003. Provê as escolas do ensino médio das redes estadual, do Distrito Federal e municipal de livros didáticos de qualidade, para uso dos alunos, abrangendo os componentes curriculares de Português e Matemática por meio do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000038&seq_ato=000&vlr_ano=2003&sgl_organizacao=00000001>

o=FNDE/MED>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara da Educação Básica (CEB). Resolução CEB n.º 03, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Definição de critérios para avaliação de Livros Didáticos**: 1ª a 4ª séries. Brasília: FAE, 1994.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **O que é o Plano Decenal de Educação para todos**. Brasília: MEC/SEF, 1993.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Decreto n.º 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Lei n.º 7.091, de 18 de abril de 1983. Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei n.º 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1980-1988/L7091.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Decreto n.º 77.107, de 4 de Fevereiro de 1976. Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77107-4-fevereiro-1976-425615-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Decreto n.º 68.728, de 9 de junho de 1971. Provê sobre a política do livro técnico e do livro didático e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971-410492-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Decreto n.º 58.653, de 16 de junho de 1966a. Institui no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58653-16-junho-1966-378849-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Decreto n.º 59.355, de 4 de outubro de 1966b. Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted) e revoga o Decreto número 58.653-66. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59355-4-outubro-1966-400010-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Constituição de 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-republicacao-1-pl.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Decreto-lei n.º 8.460, de 26 de dezembro de 1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Decreto-lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as Condições de Produção, Importação e Utilização do Livro Didático. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Decreto-Lei n.º 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; BRIGNOLI, Héctor Pérez. El concepto de clases sociales: bases para una discusión. **Revista de Ciencias Sociales**, n.º 12, IV, p. 7-66, 1976. Disponível em: <<http://www.revistacienciasociales.ucr.ac.cr/temas-de-las-ciencias-sociales-12/>>. Acesso em: 12 maio 2015.

CARVALHO, Naiemer Ribeiro de. **Geographia do Brazil**: a construção da nação nos livros didáticos de geografia da Primeira República. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Aires%20de%20Casal-1.pdf>>. Acesso em: 1º mar. 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.º 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

DESIDERIO, Raphaela Toledo. **O ambiental nos livros didáticos de Geografia**: uma leitura nos conteúdos de Geografia do Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DIAS, Wagner S. **A ideia de América Latina nos livros didáticos de Geografia**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

EMMEL, Rúbia. **“Estado da arte” e coletivos de pensamento da pesquisa sobre o livro didático no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FEDOSOEYEV, F. A Teoria Marxista Das Classes e da Luta de Classes. **Marxists Internet Archive**, nov. 2007. Não paginado. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/21/teoria.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.

FERRACINI, Rosemberg. **A África e suas representações no(s) livro(s) didático(s) de Geografia no Brasil – 1890-2003**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERRAZ, Cristiano Lima. Marxismo e teoria das classes sociais. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 9, n.º 1, p.271-301, jan. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/570/5662044,d.cWc>>. Acesso em: 10 maio 2015.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Dados estatísticos. **FNDE**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>. Acesso em: 1º jul. 2015.

FURIM, Adenezile de Fátima Reis. **O ensino de Geografia Física no Ensino Médio: qual seu lugar?** Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

GATTI JR., Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)**. Bauru: EDUSC; Uberlândia: EDUFU, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GORZ, Andre. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3. ed., 2007.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 21, n.º 70, p. 159-170, abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-7330200000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1º mar. 2015.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: IPL, 2011. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/relatorios_boletins/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

KAUTSKY, Karl. The class struggle: (Erfurt Program). **Marxists Internet Archive**, 2000. Não paginado. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1892/erfurt/>>. Acesso em: 15 maio 2015.

KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara. **Acordo MEC/USAID: a comissão do livro técnico e do livro didático - COLTED: (1966/1971)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LÊNIN, Vladimir. Uma grande iniciativa. **Marxists Internet Archive**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/06/28.htm>>. Acesso em: 15 maio 2015.

LIMA, Rodne de Oliveira. Sujeito e história: sobre o conceito marxista de classes sociais. **Mediações** – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 10, n.º 1, p. 125-140, 2005.

LÖWY, Michael. Prefácio. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACIEL, Giséle Neves. **As interpretações sobre a industrialização na região sul do Brasil presentes nos livros didáticos de Geografia PNLD 2005/2007**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MANTOVANI, Katia Paulilo. **O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: impactos na qualidade do ensino público**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 3. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013a. p. 151-163.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Carta a Friedrich Bolte en Nueva York. **Marxists Internet Archive**, abr. 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/m23-11-71.htm>>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política. **Domínio Público**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000084.pdf>>. Acesso em:

20 maio 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

_____. Classes Sociais e Luta de Classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro: Uerj, n.º 20, p. 33-55, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciencia, técnica y arte: el desafío de la investigación social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Investigación social: teoría, método y creatividad**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2007.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. **Por uma História Política da Educação: a Lei de Diretrizes e Bases e a Democracia da Terceira República (1946-1961)**. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. **Razão e utopia: Thompson e a História**. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

NOSELLA, Maria de Lurdes Chagas Deiró. **As belas mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo: Moraes, 1981.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 61-74, maio 1999.

OLIVEIRA, Tatiana Fonseca. **A filosofia da práxis nos Cadernos do cárcere**. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PALMER, Bryan. **Edward Palmer Thompson**: objeções e oposições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.º 114, p. 179-195, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2013.

PINHEIRO, Antônio Carlos. **Trajetória da pesquisa acadêmica sobre ensino de Geografia no Brasil 1972-2000**. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PIRES, Marcelo Raimundo. **Representações de Brasil em Delgado de Carvalho**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

PLEKHANOV, Georgi. The materialist conception of history. **Marxists Internet Archive**, [s.d.]. Não paginado. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/plekhanov/1897/history/part1.htm>>. Acesso em: 20 maio 2015.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Geografia no Currículo Escolar Brasileiro. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, Porto Velho, v. 2. n.º 12, p. 1-12, dez. 1998.

RUA, João. **Em busca de autonomia e da construção do conhecimento: o professor de Geografia e o livro didático**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SALLES, André Mendes. Ensino de História, um campo de pesquisa: reflexões sobre os livros didáticos. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 13-33, jan./jun. 2010.

SANTOS, Theotonio dos. **Conceito de classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 1, n.º 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <<http://www.rbhcs.com/rbhcs/article/download/6/pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

SILVA, Dakir Larara Machado da. **A geografia que se ensina e a abordagem da natureza nos livros didáticos**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. O Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, v. 1, p.1-24, 5 nov. 2000. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/283>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

STALIN, Joseph. Dialectical and Historical Materialism. **Marxists Internet Archive**, [s.d.]. Não paginado. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1938/09.htm>>. Acesso

em: 20 maio 2015.

THERBORN, Göran. **What does the ruling class do when it rules?** State apparatuses and state power under feudalism, capitalism and socialism. Londres: NLB, 1978.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Senhores e caçadores:** a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase.** Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1984a.

_____. La política de la teoría. In: SAMUEL, Raphael. **Historia popular y teoría socialista.** Barcelona: Editorial Crítica, 1984b.

_____. **A miséria da teoria ou planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Revolution again! Or shut your ears and run. **New Left Review**, Londres, n.º 6, p. 18-31, 1960.

_____. Agency and choice – 1. **The new reasoner:** a quarterly journal of socialist humanism, Yorkshire, n.º 5, p. 89-106, 1958.

VESENTINI, José William. **Para uma Geografia Crítica na escola.** São Paulo: Editora do Autor, 2008. Disponível em: <<http://www.geocritica.com.br/Arquivos%20PDF/LIVRO01.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

VLACH, Vânia. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José William (Org.). **O Ensino de Geografia no século XXI**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2007. Cap. 6. p. 188-218.

COLEÇÕES DIDÁTICAS ESTUDADAS

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Fronteiras da globalização**: o mundo natural e o espaço humanizado. v. 1. São Paulo: Ática, 2010.

_____. **Fronteiras da globalização**: o espaço geográfico globalizado. v. 2. São Paulo: Ática, 2010.

_____. **Fronteiras da globalização**: o espaço brasileiro. v. 3. São Paulo: Ática, 2010.

ALMEIDA, Maurício de. **Geografia global 1**. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

_____. **Geografia global 2**. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

_____. **Geografia global 3**. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

BIGOTTO, José Francisco; VITIELLO, Márcio Abondanza; ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. **Geografia**: sociedade e cotidiano. Fundamentos. v. 1. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

_____. **Geografia: sociedade e cotidiano. Espaço brasileiro.** v. 2. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

_____. **Geografia: sociedade e cotidiano. Espaço mundial.** v. 3. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

BOLIGNAN, Levon; BOLIGNAN, Andressa. **Geografia – Espaço e Vivência.**v. 1. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Geografia – Espaço e Vivência.**v. 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Geografia – Espaço e Vivência.**v. 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

GUERINO, Luiza Angélica. **Projeto Eco – Geografia: a dinâmica do espaço geográfico.** v. 1. Curitiba: Positivo, 2010.

_____. **Projeto Eco – Geografia: a dinâmica do espaço brasileiro.** v. 2. Curitiba: Positivo, 2010.

_____. **Projeto Eco – Geografia: a dinâmica do espaço brasileiro.** v. 3. Curitiba: Positivo, 2010.

LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lazaro; MENDONÇA, Cláudio. **Território e sociedade no mundo globalizado.**v. 1. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Território e sociedade no mundo globalizado.**v. 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Território e sociedade no mundo globalizado**.v. 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

MAGNOLI, Demétrio. **Geografia para o ensino médio**: meio natural e espaço geográfico. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Geografia para o ensino médio**: Brasil, Estado e espaço geográfico. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Geografia para o ensino médio**: política, economia e espaço mundial. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINI, Alice de; DEL GAUDIO, Rogata Soares. **Áreas do conhecimento** - Geografia, 1º ano. São Paulo: IBEP, 2010.

_____. **Áreas do conhecimento** - Geografia, 2º ano. São Paulo: IBEP, 2010.

_____. **Áreas do conhecimento** - Geografia, 3º ano. São Paulo: IBEP, 2010.

SAMPAIO, Fernando dos Santos; SUCENA, Ivone Silveira. **Ser Protagonista** - Geografia, 1º ano. São Paulo: Edições SM, 2010.

_____. **Ser Protagonista** - Geografia, 2º ano. São Paulo: Edições SM, 2010.

_____. **Ser Protagonista** - Geografia, 3º ano. São Paulo: Edições SM, 2010.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia geral e do Brasil:** espaço geográfico e globalização. v. 1. São Paulo: Scipione, 2010.

_____. **Geografia geral e do Brasil:** espaço geográfico e globalização. v. 2. São Paulo: Scipione, 2010.

_____. **Geografia geral e do Brasil:** espaço geográfico e globalização. v. 3. São Paulo: Scipione, 2010.

TERRA, Lygia; GUIMARÃES, Raul Borges. **Conexões:** Estudos de Geografia Geral e do Brasil: estudos da globalização. v. 1. São Paulo: Moderna, 2010.

_____. **Conexões:** Estudos de Geografia Geral e do Brasil: formação territorial e impactos ambientais. v. 2. São Paulo: Moderna, 2010.

_____. **Conexões:** estudos de geografia geral e do Brasil: espaço econômico e dinâmicas regionais. v. 3. São Paulo: Moderna, 2010.

VESENTINI, José William. **Geografia:** o mundo em transição. Geografia geral: conceitos principais. v. 1. São Paulo: Ática, 2010.

_____. **Geografia:** o mundo em transição. Geografia geral e do Brasil: problemas e alternativas. v. 2. São Paulo: Ática, 2010.

_____. **Geografia:** o mundo em transição. Geografia do Brasil: humana, física e regional. v. 3. São Paulo: Ática, 2010.